

MESTRADO INTEGRADO

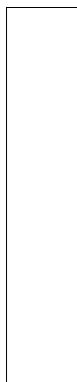
ARQUITETURA

Crescer no Bairro do Cerco do Porto: Uma proposta de redesenho do espaço público

Ana Raquel Ferreira Conceição



2023



Crescer no Bairro do Cerco do Porto:

Uma proposta de redesenho do espaço público

Ana Raquel Ferreira Conceição

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Orientação:

Professor Doutor Nuno Miguel Lima Brandão Costa

Co-orientação:

Professora Doutora Joana Cravo de Almeida Restivo

Porto 2023/2024

Agradeço,

Ao Professor Doutor Nuno Brandão Costa pela cuidada orientação, inspiração e pela humildade na partilha de conhecimentos.

À Professora Doutora Joana Restivo pela grande dedicação e por me orientar sempre no seguimento das minhas ideias, acreditando nelas e guiando-me sempre no caminho certo.

Às crianças do ASZ Fontainhas por me deixarem entrar no seu mundo pela porta grande e por tudo o que me ensinaram ao longo dos meses.

À arquiteta Sara Neves e ao **engenheiro José Ferreira**, da Domus Social, por toda a ajuda, entusiasmo e disponibilidade no decorrer da dissertação.

Ao arquiteto Gonçalo Canto Moniz e equipa da URBiNAT, por me orientar, pela constante simpatia, pela aprendizagem e por me permitir contactar de perto com o seu trabalho.

Ao André Sousa, à Ana Rita e à Beatriz Lobo do “Espaço Todos” pela confiança nas minhas ideias e pela indispensável ajuda na sua concretização.

Às crianças e jovens do Bairro do Cerco do Porto, por me acolherem de braços abertos permitindo-me conhecer a fundo a sua realidade. Por me abrirem horizontes, pelo carinho e amor com que me receberam e pela vontade e entusiasmo em seguirem com as minhas convicções.

Ao Ricardinho, morador do Bairro do Cerco do Porto pelo carinho e pela amizade.

À minha família, por tudo e por tanto.

Aos meus pais. À minha mãe por ser sempre o meu grande exemplo de dedicação e resiliência, pela confiança e apoio nas minhas decisões, e sobretudo pelo incondicional amor. Ao meu pai, pelo exemplo, pelos ensinamentos, pelo amor e por ser sempre colo.

Às minhas avós. À avó Odete e à avó Alice pelo grande exemplo, por nunca deixarem de me fazer sentir merecedora do seu orgulho, e obrigada por uma vida cheia de amor.

Aos meus irmãos. À minha irmã Carlota, pelo exemplo de esforço e resiliência. À minha irmã Filipa por ter sido a minha primeira e eterna melhor amiga. Ao meu irmão Tomás por me fazer sempre sentir motivo de orgulho.

À Ana, ao Hugo e ao João, por serem as melhores pessoas com quem partilhar esta jornada. Pela amizade, pelo companheirismo, pela paciência e por tantas vezes terem sido o meu colo.

À Bárbara, à Catarina, ao Chico, ao Pedro, ao Rui e ao Vasco pela amizade, pelas gargalhadas e pela companhia. **Ao Rafa** pela paciência e por ter sido indispensável.

Aos meus amigos de uma vida, agradecer por tanto. Pelos anos e anos da mais pura das amizades e por serem grande parte da minha vida e do meu crescimento. Obrigada por tanto que me é impossível descrever aqui.

Ao Miguel, por me fazer acreditar que, de uma forma ou de outra, continua aqui a guiar-me na orientação certa. Por tudo o que me ensinou e por nunca deixar de morar no meu coração. Onde quer que estejas, que estejas orgulhoso.

Agradecimentos

ÍNDICE

Resumo	9
Abstract	11
0. Considerações gerais	
Motivações	12
Metodologia	13
A. Cronologia	
As ilhas do Porto ou o Porto das ilhas	18
A partir do Estado Novo	22
Plano de Melhoramentos de 1956	26
A partir do 25 de Abril de 1974	34
B. Anteriores intervenções	
Programa “Urban”	38
RSI e “Programa Escolhas”	40
PEDU - Plano Estratégico do Desenvolvimento Urbano	42
Domus Social	42
EIICP	44
Proposta de reabilitação do arquiteto Virgínio Moutinho	48
Segunda fase - atelier José Gigante	48
Proposta de reabilitação do arquiteto José Manuel Soares	50
Urbinat	52
C. O Bairro do Cerco do Porto	
O território	56
O objeto: o Bairro do Cerco do Porto	56
D. O espaço público como cenário das relações sociais	64
E. As crianças do Bairro do Cerco do Porto	70
Notas do terreno	74
E.1 Trabalho de campo com as crianças e jovens do Bairro do Cerco do Porto	80
Análise dos dados	84
F. Proposta de redesenho do espaço público do Bairro do Cerco do Porto	
Breves notas	90
Proposta de redesenho	96
Considerações finais	110
Referências bibliográficas	114
Índice de Imagens	118
Anexos	128

RESUMO

A presente dissertação procura analisar e refletir sobre a postura da figura da criança que nasce numa realidade de vulnerabilidade social no espaço, compreendendo de que forma esse espaço contamina e/ou molda o desenrolar da sua infância.

Para este propósito o espaço público do Bairro do Cerco do Porto surge como objeto de estudo na confrontação dos problemas, mas também como base para soluções de redesenho que transgridem os seus limites.

Assim, o Bairro do Cerco do Porto é construído ao abrigo do Plano de Melhoramentos de 1956 que representa uma iniciativa sem precedentes na cidade do Porto. Dada a urgência da construção e a respetiva eficiência das respostas representa um pragmatismo que se vem a materializar num conjunto de bairros construídos maioritariamente em zonas periféricas da cidade, acarretando consigo uma dura realidade social para se crescer.

Esta termina a revelar-se a semente para uma cadeia infindável de problemas. A colocação do bairro nas periferias leva os moradores consigo, tornando ténue a linha entre os muros da cidade e os muros da sociedade. A segregação espacial transforma-se em segregação social e abre caminho à criação de estigmas e preconceitos que desde logo contaminam a vida destas crianças e que já não deveriam ser expectáveis na cidade atual.

Aqui, o foco centra-se na análise do espaço público como pano que se estende da porta de casa para a porta da rua sem comprometer o conforto, e a figura da criança como símbolo de liberdade, de vida e de um futuro mais próspero.

O que se pretende é a procura de soluções que tornem a cidade atual mais democrática, mais saudável para o desenrolar da infância dos seus mais jovens moradores e, no fim, que não abra espaço à existência de estigmas.

Com esta dissertação comprometi-me a ir ao fundo da questão; a quebrar as barreiras de relação e questionar diretamente ao destinatário do presente projeto, não abrindo espaço a uma arquitetura não participativa. No fim, este propósito vem se a refletir numa proposta de redesenho para o espaço público do Bairro do Cerco do Porto, onde as crianças são co-autoras, mais que destinatárias do projeto.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze and reflect on the stance of a child born into a reality of social vulnerability within a specific space, understanding how this space contaminates and/or shapes the course of their childhood.

For this purpose, the public space of the Bairro do Cerco do Porto emerges as the object of study, confronting problems but also serving as a foundation for redesign solutions that transcend its boundaries.

The Bairro do Cerco do Porto was constructed under the Improvement Plan of 1956, representing an unprecedented initiative in the city of Porto. Due to the urgency of construction and the efficiency of responses, it embodies a pragmatism that materializes into a set of neighborhoods primarily built in peripheral areas of the city, bringing with it a harsh social reality for growth.

This ultimately proves to be the seed for an endless chain of problems. Placing the neighborhood on the outskirts takes the residents along, blurring the line between the city walls and the walls of society. Spatial segregation transforms into social segregation, giving rise to the creation of stigmas and prejudices that immediately affect the lives of these children and shouldn't be expected in today's city.

Here, the focus is on analyzing public space as a canvas that extends from the doorstep to the street without compromising comfort, and the child as a symbol of freedom, life, and a more prosperous future.

The aim is to seek solutions that make the current city more democratic, healthier for the unfolding of childhood for its youngest residents, and ultimately do not allow room for the existence of stigmas.

With this dissertation, I committed myself to delve into the issue, breaking down relational barriers and directly questioning the recipient of this project, not leaving room for non-participatory architecture. In the end, this purpose is reflected in a redesign proposal for the public space of Bairro do Cerco do Porto, where children are co-authors rather than just recipients of the project.

0. CONSIDERAÇÕES GERAIS

MOTIVAÇÕES

Durante o meu semestre de intercâmbio na FADU-UBA, Facultad de Arquitectura, Diseño Y Urbanismo na Universidade de Buenos Aires, deparei-me deste cedo com a grande atenção que é dada à questão social na arquitetura.

Na verdade, todas as cadeiras lecionadas se direcionam de alguma forma para esse tema e, ainda que as questões sociais do respetivo território sejam mais densas e relevantes do que no nosso, senti desde logo uma grande disparidade nesse aspeto em relação aos quatros anteriores anos de curso na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

Assim, desde cedo este foi um tema que me suscitou interesse e que soube que teria que ser abordado na minha dissertação.

A par com isso, aquando da minha chegada ao Porto percebi ao longo dos anos que havia toda uma parte da cidade que me era desconhecida, nomeadamente nas zonas periféricas, e desde logo me comecei a questionar sobre os motivos.

Será porque são zonas associadas a medo? Será uma questão de segregação espacial? Será que não existem pólos de atração nestas zonas? Poder-se-á de facto chamar uma periferia desconectada?

Para além disto, certos bairros sociais eram sempre referidos em conversa como os “bairros a evitar”, como é o caso do Bairro do Cerco do Porto, estudado na presente dissertação, por ser inclusivamente um bairro que, já tendo sido alvo de algumas reabilitações, continua a revelar uma série de problemas.

Juntando a todas estas questões, inscrevi-me no passado ano num trabalho de voluntariado com crianças e jovens do Bairro das Fontainhas, no ASZ Fontainhas – Associação de Solidariedade Zona das Fontainhas – que de alguma forma me tornou mais ciente de algumas das questões sociais e me fez repensar na forma como as crianças se movem no espaço e em como esse espaço influencia, ou não, o desenrolar da sua infância.

Sendo assim, surgiu a ideia de propor o redesenho do espaço público do Bairro do Cerco do Porto de modo a torná-lo mais saudável

para o crescimento e desenvolvimento das crianças e jovens e onde estas são o foco principal.

Aqui o Bairro do Cerco do Porto pretende ser visto como o objeto de estudo na resolução de problemas e procura de soluções que poderão ser mais gerais e abrangentes a outros territórios.

METODOLOGIA

Tendo o tema da dissertação escolhido, a fase seguinte seria a de criar um método para o desenvolvimento da mesma.

Em primeiro lugar, começar a compreender e analisar a história da habitação social em Portugal. Perceber como se foi modificando e ajustando aos longo dos anos, para melhor responder às necessidades e problemas das diferentes épocas. Assim, compreender como se chega ao Plano de Melhoramentos de 1956 onde se insere o Bairro do Cerco do Porto e o que foi feito até depois do 25 de Abril de 1974. No fundo, analisar um contexto histórico que vem justificar o desenho que se observa no objeto de estudo e, ainda, o que levou à sua construção.

Num segundo momento, o trabalho passou pela análise de anteriores intervenções no objeto de estudo, de forma a entender que iniciativas já ocorreram no bairro e por que motivos surgiram, a par com analisar os efeitos produzidos. Por um lado, estudar as iniciativas de ação social e, por outro lado, as intervenções a nível do edificado e também do espaço público. Observar estas mesmas intervenções será valioso para aquando da proposta de redesenho poder resgatar certas ideias e reutilizá-las ou, pelo contrário, abandonar algumas formas de agir no território.

Tendo estes pontos estabelecidos, o seguinte momento passou pela análise física do território. Em primeiro lugar, analisar a grande escala e analisar a zona onde se insere o Bairro do Cerco do Porto e, de seguida, ir aproximando o estudo ao território em si passando por uma análise mais crua do edificado e do espaço público. Por esta altura já se compreenderá melhor os motivos de existir tamanha segregação, mesmo a nível físico.

Neste momento faltava uma aproximação à questão social que se desejava também abordar na presente dissertação, procurando pontos de ligação entre o território e a realidade social. No fundo, era necessário compreender como uma segregação a nível geográfico se refletia numa segregação também a nível social, de modo

a tentar perceber porque acontece e como a arquitetura pode, ou não, ter o papel de subverter essa mesma realidade.

Passando de uma abordagem mais global, aqui seria a altura de fazer uma aproximação à realidade mais específica das crianças e jovens do Bairro do Cerco do Porto, começando por refletir sobre a forma como essa realidade influencia o desenvolver da sua infância. Também aqui o pensamento arquitetónico sobre o espaço e sobre a sua influência nesta realidade social volta a surgir.

Até aqui continuava a faltar decidir a melhor forma de incluir as crianças do Bairro do Cerco do Porto em todo o processo tornando-as o ponto central da intervenção. No fundo, o que procurava era encontrar a melhor forma de as incluir, sem tornar o processo invasivo, de modo a tornar acessível a obtenção de respostas em relação às suas verdadeiras necessidades e preocupações no território onde crescem. Assim, surge a ideia de criar um ambiente lúdico pelas ruas do bairro que toma o nome de “caça ao tesouro”.

No fim, todos os temas supracitados se vêm refletir numa proposta de redesenho do espaço público do Bairro do Cerco do Porto que vem responder a essas mesmas necessidades, ao mesmo tempo que resgata alguma das ideias estudadas ao longo da dissertação.

A. CRONOLOGIA

AS ILHAS DO PORTO OU O PORTO DAS ILHAS¹

Artigo 65º da Constituição da República Portuguesa:

“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”²

A Revolução Industrial, sendo um fenómeno iniciado na Grã-Bretanha, irá produzir efeitos em Portugal na segunda metade do século XIX, gerando uma grande afluência de população aos principais centros urbanos, estando na origem dos problemas de habitação que então se fizeram sentir em Lisboa e no Porto.³

O desenvolvimento da indústria provoca um exponencial crescimento da população e representa importantes mudanças na estrutura social da época. Nesta altura os assalariados – a população ativa na indústria – muda-se das zonas rurais para os grandes centros urbanos, fazendo-os crescer de forma descontrolada⁴, e criando graves problemas na habitação por não haver alojamento suficiente para a massa de pessoas que chegavam.⁵

Uma das grandes consequências deste fenómeno no Porto apresenta-se na habitação na forma de “ilhas” onde habitava maioritariamente a classe operária vinda desse movimento de migração.⁶ Estas surgem numa altura em que, face ao problema da falta de habitação, os burgueses começam a fazer render os seus logradouros, criando pequenas casas em banda com uma entrada comum.⁷

As “ilhas” caracterizavam-se como “(...) casas térreas, sem as dimensões mínimas legais, em regra apenas com três divisões, das quais apenas uma com iluminação e ventilação directas, com sanitários exteriores e comuns a vários moradores, situadas no interior dos quarteirões e, em geral, agrupadas em série e com exíguo e comum acesso.”⁸

Estas “ilhas” do Porto, guiadas na sua forma pelos loteamentos almadinos, representavam uma “racionalidade construtiva e eficiência económica”, de iniciativa privada, tal que provocou a generalização deste tipo de habitação.⁹ Começava-se a criar uma espécie de “cidade invisível” sobrelotada que se escondia por detrás das habitações da classe média.

Já no século XX existiam 1048 “ilhas” que abrigavam 5000 habitan-

¹ LORADOR, Pedro. ““As Ilhas do Porto” ou “O Porto das Ilhas”?”.

Disponível em: <https://www.sutori.com/es/historia/as-ilhas-do-porto-ou-o-porto-das-ilhas--DbnvxsHxeSrAkZ-M3Yyhwybu9>

² Constituição Política da República Portuguesa

³ AZEVEDO, Ana Carina (Lisboa, 2021). “Da Revolução Industrial à industrialização portuguesa”

Disponível em: <https://jornalismo.com/historia/da-revolucao-industrial-a-industrializacao-portuguesa/>

⁴ *Ibidem*

⁵ RESTIVO, Joana Cravo Almeida (Porto, 2014). Habitação pública no Porto – Intervir para requalificar, Tese de Doutoramento em Engenharia Civil, página 51

⁶ *Ibidem*

⁷ BISMARCK, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, página 14

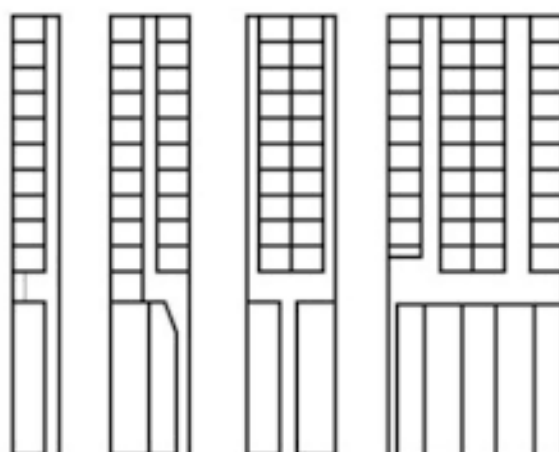
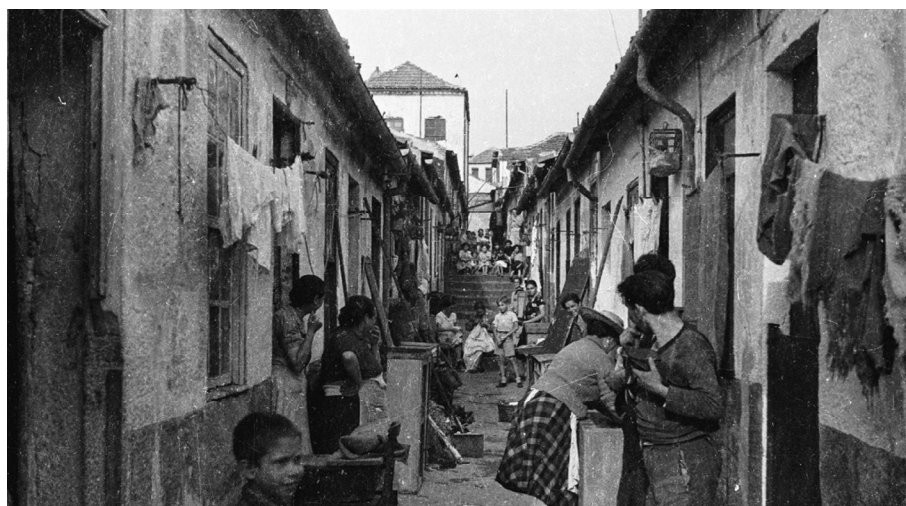
⁸ Plano de Melhoramentos 1956-66. 1966. Editado por Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos. Porto: Câmara Municipal do Porto, página 7

⁹ BISMARCK, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, página 14

Fig 1. Porto: "Ilha" da Rua de São Vítor, nº 109 em: Gisa_Arquivo Histórico C.M.P

Fig 2. "'Ilhas" e casas insalubres" em: Gisa_Arquivo Histórico C.M.P

Fig 3. "As ilhas do Porto - estudo socioeconómico" em: M. Pimenta, J. A. Ferreira, L. V. Ferreira, F. Alexandra and P. Pimentel (2001), Câmara Municipal. Pelouro de Habitação e Acção Social 2001



tes, cerca de um terço da população da cidade. Nesta altura, um surto de peste bubónica vem denunciar as deploráveis condições de vida em que vivia grande parte da população portuense.¹⁰

Assim, rapidamente a construção e proliferação das “ilhas” do Porto torna-se um grave e duradouro problema ao longo dos anos, ainda que se relate algumas tentativas de o resolver. A primeira iniciativa para melhoria da habitação para classe operária na cidade será de cariz filantrópico, promovida entre 1899 e 1904 pelo jornal “O Comércio do Porto” em terrenos cedidos pela Câmara Municipal do Porto.¹¹

Estas “colónias operárias” destinavam-se à população operária ou com fracos recursos económicos e levaram à construção de três bairros: Monte Pedral (1901), Lordelo do Ouro (1903) e Antas (1904). Estes três bairros contavam com cerca de 100 habitações, número manifestamente insuficiente face à grande massa de pessoas necessitadas. Ainda assim, esta mostrava-se como uma primeira experiência que solucionava os problemas de salubridade e condições de habitabilidade.¹²

Para além disto, as habitações surgiam como uma inovação em termos de modelo de habitação. O modelo casa-jardim, de influência francesa, dentro de um núcleo relativamente encerrado e localizado nas periferias da cidade. O Monte Pedral ou as Antas caracterizavam-se por quatro habitações agrupadas no mesmo edifício com dois pisos e um pequeno jardim privado para cada casa.¹³

Na década de 1910 são lançadas quatro colónias municipais inspiradas nas experiências do jornal “O Comércio do Porto” entre 1914 e 1917: Antero Quental, Dr. Manuel Laranjeiras, Viterbo Campos e Estevão Vasconcelos.¹⁴ Neste caso, o modelo adotado era o de quatro habitações agrupadas, de um ou dois pisos, com jardins e entradas independentes.¹⁵ Estes procuravam combinar a ideia do edifício coletivo com a da casa própria.

Estas unidades residenciais fomentavam a inserção e unidade urbana, situando-se em zonas relativamente centrais da cidade e assumindo a figura de quarteirão, no entanto, continuavam a definir-se em espaços segregados.¹⁶ No total foram construídas 312 habitações, número ainda insatisfatório face às 12000 habitações em tipologias de “ilha”.¹⁷

Já em 1918, durante o governo de Sidónio Pais, existem esforços com o objetivo de erradicar os bairros insalubres de Lisboa e do Porto, construindo habitações de baixo custo para as classes mais desfavorecidas. Estas novas formas de habitação contavam com “o

¹⁰ **BISMARCK**, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, página 14

¹¹ *Idem*, páginas 14 e 15

¹² *Idem*, página 15

¹³ *Ibidem*

¹⁴ **ALVES COSTA**, Patrick (Porto, 2021). (Re)abilitar_O Cerco. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, página 36

¹⁵ **RESTIVO**, Joana Cravo Almeida (Porto, 2014). Habitação pública no Porto – Intervir para requalificar, Tese de Doutoramento em Engenharia Civil, página 53

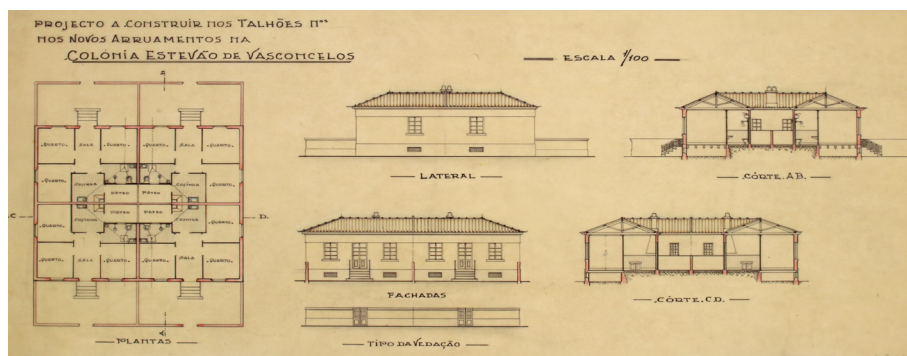
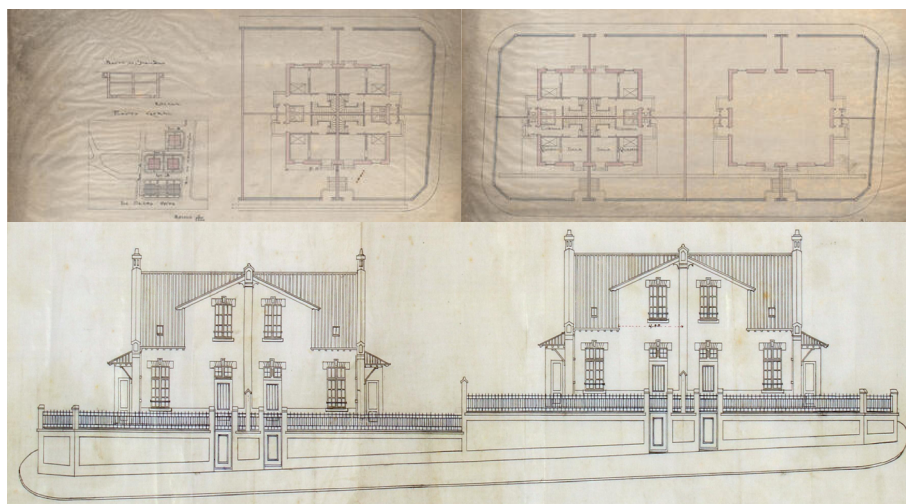
¹⁶ **BISMARCK**, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, página 19

¹⁷ **ALVES COSTA**, Patrick (Porto, 2021). (Re)abilitar_O Cerco. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, página 36

Fig 4. Bairro Operário
Bairro operário "O Comércio
do Porto" Monte Pedral
Em: Gisa_Arquivo Histórico
C.M.P

Fig 5. Colónia Estevão de
Vasconcelos em: Gisa_Arqui-
vo Histórico C.M.P

Fig 6. Rua Central da Colónia
Viterbo de Campos à Arrábida
em: Gisa_Arquivo Histórico
C.M.P



seu jardim, o seu teatro, o seu campo de jogos, as suas escolas,...”, mas dadas a instabilidade política e financeira da República não foi possível a concretização do projeto.¹⁸

Para além disto, é ainda publicado no mesmo ano o primeiro diploma (Decreto-Lei 4137, de 24 de Abril de 1918) que prevê o apoio financeiro do Governo para a promoção de habitação social.¹⁹

Ainda que em 1919 tenha sido iniciada no Porto a construção do Bairro Sidónio Pais, em 1920 a população portuense continuava em acelerado crescimento e o número de pessoas a viver em condições miseráveis não parava de aumentar.²⁰

A verdade é que a construção deste bairro, que surge ao abrigo da primeira regulamentação que prevê o apoio económico do Governo na promoção de habitação (Decreto-Lei 4137/18), foi suspensa três anos depois e só foi retomada em 1927. Aqui o Bairro Sidónio Pais caracterizava-se pelo uso do modelo de habitações unifamiliares agrupadas de quatro a quatro.²¹

A PARTIR DO ESTADO NOVO

Durante os seguintes 6 anos põe-se fim à Primeira República (1926) e, mais tarde, dá-se a ascensão do Estado Novo (1933). Aqui deverá destacar-se o programa das “Casas Económicas” (Decreto-Lei 23052, de 23 de Setembro de 1933), com rendas resolúveis, ao abrigo do qual se fizeram vários bairros em Lisboa e também no Porto entre 1935 e 1965²², mas que se veio a provar inglório por não resolver as carências habitacionais das classes mais necessitadas.²³

Ainda assim, foi sob o domínio do Estado Novo que se concluíram os bairros da República, ainda que sob duras críticas a propósito da habitação da 1ª República. Consoante Oliveira Salazar, citado por Bismarck: “A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a casa própria, a nossa casa”.²⁴

Já em 1938 surge o programa das “Casas Desmontáveis” em Lisboa, Porto e Coimbra (Decreto-Lei 28912, de 12 de Agosto de 1938) e que servia para realojar temporariamente habitantes de bairros demolidos.²⁵

Mais tarde, em 1945, surge o programa das “Casas Para Famílias Pobres” (Decreto-Lei 34486, de 6 de Abril de 1945) que se destinava às classes mais desfavorecidas, mas que não representa a

¹⁸ **BISMARCK**, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, páginas 16 e 17

¹⁹ Constituição da República Política Portuguesa

²⁰ **BISMARCK**, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, página 19

²¹ **RESTIVO**, Joana Cravo Almeida (Porto, 2014). Habitação pública no Porto – Intervir para requalificar, Tese de Doutoramento em Engenharia Civil, página 53

²² Ilhéu, Condomínhas, Azenha, Paranhos, Amial, Ramalde, São Roque da Lameira, Costa Cabral, Marechal Gomes da Costa, Vilarinha, António Aroso e Viso. Em: **BISMARCK**, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, página 21

²³ **LAMEIRA**, Gisela e **ROCHA** Luciana (Porto, 2019). “Mapa da Habitação. Guia para uma terminologia específica em arquitetura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]”. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, página 48

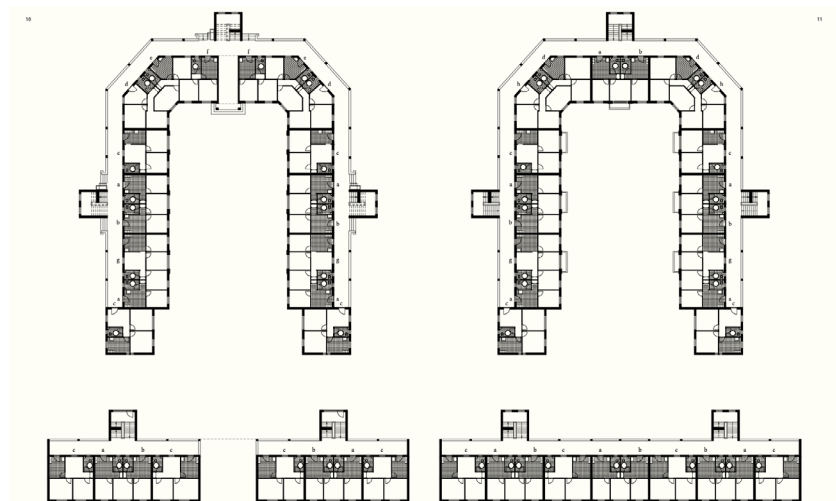
²⁴ **BISMARCK**, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, página 19

²⁵ **LAMEIRA**, Gisela e **ROCHA** Luciana (Porto, 2019). “Mapa da Habitação. Guia para uma terminologia específica em arquitetura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]”. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, página 47

Fig 7. Bairro de Casas Económicas da Encarnação. Fotografia Gisela Lameira

Fig 8. Bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada, em construção, Lisboa, 1939

Fig 9. Planta do Bloco Habitacional do Duque de Saldanha, 1938



construção de um grande número de habitações.²⁶

As iniciativas municipais para resolver as necessidades habitacionais das classes mais desfavorecidas irão dar lugar à construção do Bloco Duque de Saldanha, em 1938, este que era o primeiro multifamiliar de habitação social no Porto. Este contava com 115 habitações distribuídas em dois blocos de quatro pisos, em forma de “U” em torno de um pátio central e com uma galeria comum. Situava-se numa zona central da cidade, opondo-se aos ideais do regime do Estado Novo que promovia a construção dos mesmos bairros em zonas periféricas da cidade.²⁷

Esta experiência, apesar de servir como ponto de viragem para a economia da construção coletiva, não tem continuidade e os bairros voltam a ser construídos segundo as regras do Estado Novo: casas de um ou dois pisos, geminadas ou em banda com quintal e em áreas periféricas.²⁸

Na verdade, o que a “lição de Salazar” determinava é que este tipo de modelo de habitação plurifamiliar promovia a propagação de doenças, nomeadamente pela “grande concentração de cozinhas num mesmo prédio”. Para além disso, considerava que o contacto entre as pessoas nos espaços de circulação dentro de um edifício de habitação coletiva era perigoso quando não controlado pelas forças policiais.²⁹

Em 1939 realiza-se o “Inquérito Geral às Ilhas do Porto” que, terminado três anos depois, revela a existência de 13000 casas em 1156 “ilhas” onde moravam 45 243 habitantes.³⁰

Seguindo o modelo das “Casas Económicas” é aprovado em 1941 a construção do Bairro Operário da Triana - onde posteriormente foi construído o Bairro de São João de Deus – e que se caracterizava por uma junção entre o modelo de casa independente das “casas económicas” e as habitações em banda. No final o resultado vem padecer dos mesmos problemas que se queriam resolver: áreas mínimas de habitação, com aberturas mínimas e sem serviços públicos. Este é o único bairro construído sobre os princípios do Estado Novo e é prova da ineficácia dos mesmos.³¹

Nos seguintes anos observa-se a construção de alguns bairros que “vêm consagrar a opção municipal pela construção de edifícios multifamiliares de altura moderada, em terrenos periféricos”³². Assim, na época do Estado Novo, as realizações camarárias de 1940 e em diante mostram-se como um conjunto de experiências municipais que vão evoluindo de modelo de casa unifamiliar, para pequeno multifamiliar com tipologias de habitação muito compactas, em

²⁶ **LAMEIRA**, Gisela e **ROCHA** Luciana (Porto, 2019). “Mapa da Habitação. Guia para uma terminologia específica em arquitetura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]”. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, página 50

²⁷ **RESTIVO**, Joana Cravo Almeida (Porto, 2014). Habitação pública no Porto – Intervir para requalificar, Tese de Doutoramento em Engenharia Civil, página 55

²⁸ *Ibidem*

²⁹ **BISMARCK**, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, página 22

³⁰ *Ibidem*

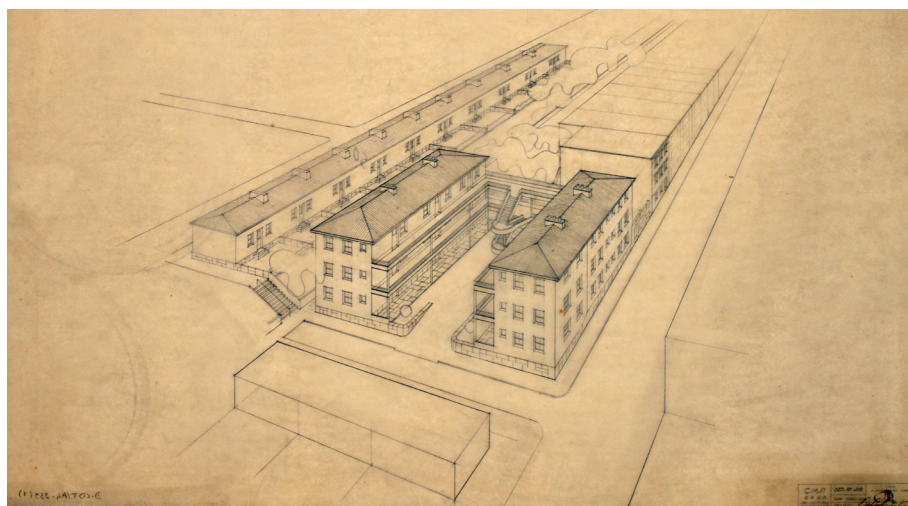
³¹ **BISMARCK**, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, páginas 24 e 25

³² **RESTIVO**, Joana Cravo Almeida (Porto, 2014). Habitação pública no Porto – Intervir para requalificar, Tese de Doutoramento em Engenharia Civil, página 57

Fig 10. Porto: construção do Bairro de habitações populares de Rebordões em: Gisa_Arquivo Histórico C.M.P

Fig 11. Bloco de moradias a construir no Bairro de São Vicente de Paulo: anteprojeto em: Gisa_Arquivo Histórico C.M.P

Fig 12. Bairro São João de Deus em: Gisa_Arquivo Histórico C.M.P



blocos de quatro pisos, aproximando-se cada vez mais de edifícios coletivos, ainda que em zonas periféricas da cidade. Nesta altura, os blocos eram dispostos nos terrenos sem terem necessariamente uma relação direta com a via ou rua pública.³³

Já em 1950 surge a construção de um bloco de moradias no Bairro São Vicente de Paulo onde se buscava repetir a ideia dos blocos de habitação coletiva, com forma de “U”. Contava com dois blocos de 3 pisos ligados por uma galeria e com uma caixa de escadas central que recorda o Bloco do Duque de Saldanha.³⁴

Em 1955 e 1956 surgem dois novos projetos: o Bairro Rainha D. Leonor e o Bairro de São João de Deus e que vinham a experimentar uma habitação coletiva num cenário de custos reduzidos. Revelam uma “racionalização de estratégias de elaboração, execução e construção” que acabam a ser reconhecidos pela Câmara Municipal como uma solução rentável de construção em altura.³⁵

No fundo, o que acontece é que, pelo menos até à década de 60, o que se foi notando no âmbito da promoção de habitação de interesse social foi um “abandono dos elementos morfológicos do quarteirão, das ruas e dos acontecimentos urbanos resultantes destas (como as praças, largos e alargamentos)”. Cada vez mais se foi priorizando a maximização dos terrenos livres e a construção em altura (em torre, banda, bloco). O que se procurava era a criação de mais habitações na mesma área de terreno livre.³⁶

PLANO DE MELHORAMENTOS DE 1956

Decreto-lei nº 40616:

“Torna-se assim indispensável consagrar à resolução do problema específico das “ilhas” novo e decidido esforço, ajustado à envergadura da tarefa e ao propósito da sua execução em prazo limitado.”³⁷

Sendo assim, face aos grandes problemas que a cidade do Porto vinha a reconhecer a nível habitacional, é aprovado a 28 de Maio de 1956 o Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto que previa:

“(…) construção no prazo de dez anos, a partir de 1 de Janeiro de 1957, de prédios urbanos com a capacidade mínima de alojamentos de 6000 fogos, de rendas módicas, destinados exclusivamente a habitação de famílias provenientes das construções a demolir ou a beneficiar (...)”. “Os terrenos necessários (...) determinaram a escolha de zonas de expansão que se adaptassem ao traçado da rede viária do plano de urbanização da cidade e às características das

³³ **RESTIVO**, Joana Cravo Almeida (Porto, 2014). Habitação pública no Porto – Intervir para requalificar, Tese de Doutoramento em Engenharia Civil, página 57

³⁴ **BISMARCK**, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, página 29

³⁵ *Idem*, página 30

³⁶ **ALVES COSTA**, Patrick (Porto, 2021). (Re)abilitar_O Cerco. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, página 49

³⁷ Plano de Melhoramentos 1956-66. 1966. Editado por Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos. Porto: Câmara Municipal do Porto, página 7

Fig 13. Plantas dos Bairros
construídos ao abrigo do
Plano de Melhoramentos do
Porto - Fonte: Gisa_Arquivo
Histórico C.M.P

¹ Dados retirados de "Bairros
Lista", Domus Social. Disponí-
vel em: [https://www.domusso-
cial.pt/bairros-lista](https://www.domusso-
cial.pt/bairros-lista)



Novembro 1956: Bom Sucesso

União de Freguesias de Lordelo do Ouro e
Massarelos
6 blocos
Moradias construídas: 128 moradias
Tipo III (3 quartos): 128 moradias
Atualmente residem 197 pessoas¹



Janeiro 1957: Pio XII

Freguesia de Campanhã
6 blocos
Moradias construídas: 122 moradias
Tipo I: 2; Tipo II: 8; Tipo III: 104; Tipo IV: 8
Reabilitado em 2007
Atualmente residem 297 pessoas¹



Junho 1957: Carvalhido

União de Freguesias de Lordelo do Ouro e
Massarelos
14 blocos
Moradias construídas: 264 moradias
Tipo I: 8; Tipo II: 56; Tipo III: 192; Tipo IV: 8
Reabilitado em 2007 e em 2017
Atualmente residem 610 pessoas¹



Abril 1958: Pasteleira

União de Freguesias de Lordelo do Ouro e
Massarelos
27 blocos
Moradias construídas: 608 moradias
Tipo I: 36; Tipo II: 130; Tipo III: 410; Tipo IV: 32
Reabilitado em 1997 e em 2022
Atualmente residem 1514 pessoas¹



Ago-Set 1958: Outeiro (1ª fase)

Freguesia de Paranhos
13 blocos
Moradias construídas: 235 moradias
Tipo I: 8; Tipo II: 54; Tipo III: 165; Tipo IV: 8
Ampliado em 1964
Atualmente residem 919 pessoas¹



Abril 1958: Agra do Amial

Freguesia de Paranhos
8 blocos
Moradias construídas: 181 moradias
Tipo I: 13; Tipo II: 40; Tipo III: 120; Tipo IV: 8
Reabilitado em 2002
Atualmente residem 362 pessoas¹



Ago-Out 1959: Carriçal (1ª fase)

Freguesia de Paranhos
11 blocos
Moradias construídas: 170 moradias
Reabilitado em 2009
Atualmente residem 561 pessoas¹

zonas no mesmo definidas.”³⁸

O Plano de Melhoramentos de 1956 representa uma “intervenção pública inédita de resposta à problemática da habitação debilitada, representando uma reorganização socio-territorial sem precedentes na cidade do Porto ou até mesmo em Portugal”.³⁹ Este nota-se como um “valioso instrumento urbanístico, propondo um novo zonamento para a cidade, novas acessibilidades e valorizando os terrenos da zona periférica e da área central, permitindo a expansão do comércio e serviços”.⁴⁰

Os projetos aqui consagrados mostram quase uma junção de dois elementos: por um lado os princípios da Carta de Atenas no que diz respeito a uma racionalização económica e construtiva e, por outro lado, alguns dos princípios do Estado Novo no que diz respeito à construção em zonas periféricas da cidade.⁴¹

No Plano de Melhoramentos toma-se como ponto de partida que “o traçado de arruamentos que envolve ou serve estas unidades residenciais insere-se sempre nas grandes malhas do Plano Director” e em certos casos, como no Bairro do Cerco do Porto, no qual o presente estudo se irá focar, “tendo obedecido o aproveitamento do terreno à utilização das áreas adjacentes de vias a abrir ou até existentes”.⁴²

Para o efeito, as moradias construídas ao abrigo do Plano de Melhoramentos de 1956 apresentam características que vêm a resolver todos os anteriores problemas. Existem quatro tipos de moradias - T1, T2, T3 e T4 - que dizem respeito ao número de quartos correspondentes, além de sala comum de estar e de comer e do recinto da cozinha que conta com fogão elétrico, lavatório e tina de uso múltiplo. As casas de banho incluem chuveiro e existe ainda lavadouro. Na maioria dos bairros, cada habitação possui também recinto privado para estendal de roupa.⁴³

Esta representa a disposição escolhida inicialmente, mas as devidas alterações foram assumidas na tentativa de cada vez mais responder às necessidades diretas dos futuros moradores. É exemplo disto, a individualização espacial da cozinha, a diferenciação das circulações internas entre zona comum (sala) e zona mais privada (quartos), entre outros respetivos a cada caso específico. Uma observação da primeira solução faz com que as alterações sejam feitas no sentido de separar mais nitidamente os espaços.⁴⁴

Em relação aos métodos de construção adotados, a escolha recai na rapidez de construção, na questão financeira e também na resistência do material, optando-se por usar tijolo e perpiano de granito

³⁸ Plano de Melhoramentos 1956-66. 1966. Editado por Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos. Porto: Câmara Municipal do Porto, páginas 8 a 11

³⁹ **ALVES COSTA**, Patrick (Porto, 2021). (Re)abilitar_O Cerco. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, página 40

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ **BISMARCK**, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, páginas 30 e 31

⁴² Plano de Melhoramentos 1956-66. 1966. Editado por Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos. Porto: Câmara Municipal do Porto, página 12

⁴³ *Idem*, página 17

⁴⁴ *Idem*, página 18

Fig 14. Plantas dos Bairros
construídos ao abrigo do
Plano de Melhoramentos do
Porto - Fonte: Gisa_Arquivo
Histórico C.M.P

¹ Dados retirados de "Bairros
Lista", Domus Social. Disponí-
vel em: [https://www.domusso-
cial.pt/bairros-lista](https://www.domusso-
cial.pt/bairros-lista)

Maió - Junho 1960:

Carriçal (2ª fase): Mais 88 moradias (total de 258); Tipo I: 40; Tipo II: 88; Tipo III: 109; Tipo IV: 21

Fernão de Magalhães (2ª fase): Mais 110 moradias (total de 346); Tipo I: 52; Tipo II: 120; Tipo III: 135; Tipo IV: 39

S. Roque da Lameira (2ª fase): Mais 335 moradias (total de 451); Tipo I: 76; Tipo II: 128; Tipo III: 197; Tipo IV: 50



Ago-Out 1959: Fernão de Magalhães (1ªfase)

Freguesia de Bonfim
18 blocos
Moradias construídas: 236 moradias
Reabilitado em 2007 e em 2020
Atualmente residem 650 pessoas¹



Julho 1960: Fonte da Moura

União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e
Nevogilde
28 blocos
Moradias construídas: 638 moradias
Tipo I: 54; Tipo II: 120; Tipo III: 428; Tipo IV: 36
Reabilitado em 2013
Atualmente residem 1566 pessoas¹



Ago-Out 1960: S. Roque da Lameira (1ªfase)

Freguesia de Campanhã
21 blocos
Moradias construídas: 236 moradias
Reabilitado em 2016
Atualmente residem 998 pessoas¹



Março 1961: Cerco do Porto

Freguesia de Campanhã
34 blocos (32 na 1ª fase e 2 na 2ª fase)
Moradias construídas: 804 moradias
Tipo I: 139; Tipo II: 268; Tipo III: 295; Tipo IV: 102
Reabilitado em 2022
Atualmente residem 2059 pessoas¹



Agosto 1962: Regado

Freguesia de Paranhos
23 blocos
Moradias construídas: 722 moradias
Tipo I: 206; Tipo II: 359; Tipo III: 80; Tipo IV: 80
Reabilitado em 2007 e intervencionado em 2021
Atualmente residem 1359 pessoas¹



Fevereiro 1963: Engenheiro Arantes e Oliveira

Freguesia de Ramalde
31 blocos
Moradias construídas: 900 moradias
Tipo I: 188; Tipo II: 360; Tipo III: 248; Tipo IV: 104
Este é o maior bairro social do PMP¹

nas paredes exteriores. Para a laje a escolha é de lajes vazadas de betão armado, elemento pré-fabricado e que dispensa a cofragem. Já as varandas e as escadas são feitas de betão armado maciço, e no que toca ao revestimento dos pavimentos a escolha é soalho de pinho, betonilha de cimento no caso da cozinha.⁴⁵

No que toca à ação social: “em todos os bairros está prevista a edificação de centros sociais ou a adaptação de casas a esse fim, onde além da assistência moral e material se estabeleçam secções culturais e até recreativas que desviem da rua ou de locais inconvenientes a juventude mal preparada”⁴⁶. Destes destacam-se a construção de bibliotecas, centros comerciais, postos de enfermagem, parques infantis, escolas, capelas, entre outros.⁴⁷ A respeito das rendas, estas procuravam ser o mais justas e humanas possíveis, adaptando-se a cada agregado familiar.⁴⁸

De facto, o que aconteceu foi que o crescimento do tecido urbano na cidade acabou por absorver essa “urbe” tornando naturalmente mais democrática a proximidade a melhores serviços, infra-estruturas, etc. Ainda assim, continuava a fazer-se sentir uma dicotomia cidade/periferia, revelando que a questão da segregação seria mais que uma questão espacial, uma questão social.⁴⁹

Apesar de tudo isto, o que se verifica na construção destes bairros é que essa standardização, ainda que imprescindível para a época e para os prazos a cumprir, dá uma certa impessoalidade e rigidez ao construído, a par com umas reduzidas áreas de apenas 8m² por habitante. As tipologias apresentavam um esquema muito rígido orientados a norte-sul, com acesso esquerdo-direito e nascente-poente por galeria.⁵⁰

No fim de contas este foi um processo inigualável na história da habitação social do Porto pelo pragmatismo e eficiência das respostas. Tendo isto em conta, e apesar de ter existido o supracitado inquérito, inspeções que dizem respeito à análise das condições de vida, estudos, projetos-piloto, entre outras iniciativas, este, apesar de informado, não foi um processo participado criando consequências que se notam a longo prazo. Noutros contextos, outras iniciativas como o Programa INA-Casa, criado em Itália depois da Segunda Guerra Mundial, testemunham a importância desses aspetos.

Assim, o Programa INA-Casa destacava-se como uma “expressão da vida individual e colectiva dos seus habitantes”. No fundo, fazia falta um estilo de vida mais comunitário característico das “ilhas” e para isso era necessário revalorizar os espaço públicos e semi-públicos e promover o contacto com a vizinhança, ideia esta tão inimiga das diretrizes do Estado Novo. A verdade é que esta segregação

⁴⁵ Plano de Melhoramentos 1956-66. 1966. Editado por Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos. Porto: Câmara Municipal do Porto, páginas 18 e 19

⁴⁶ *Idem*, página 21

⁴⁷ *Ibidem*

⁴⁸ *Idem*, página 24

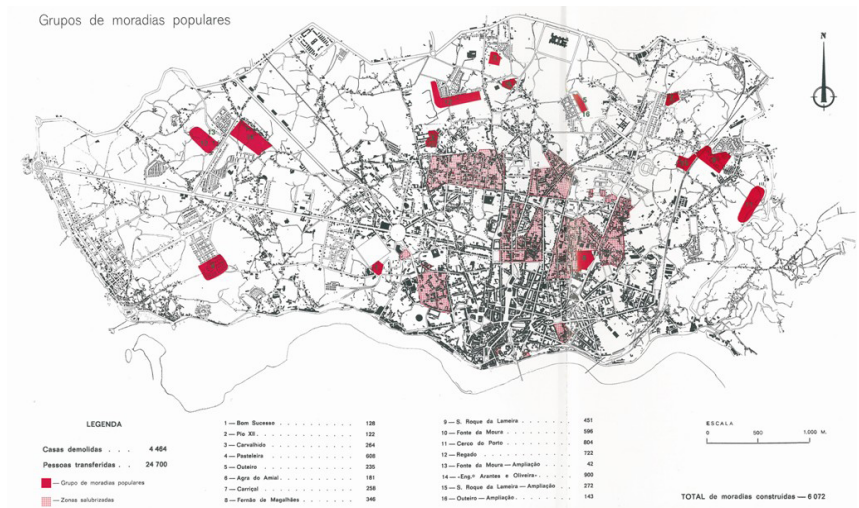
⁴⁹ PEREIRA, Maria João Pinho (Minho, 2011). A Infância no Bairro do Lagarteiro: Modos de Ser Criança em Territórios de Exclusão. Dissertação de mestrado em Sociologia da Infância pela Universidade do Minho, páginas 13 e 14

⁵⁰ BISMARCK, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, páginas 33 e 36

Fig 15. Plano de Melhoramentos. 1956 - 1966

Fig 16. Vista aérea do Bairro do Cerco do Porto, fotografia fornecida pela Domus Social

Fig 17. Bairro do Cerco do Porto em construção, fotografia fornecida pela Domus Social



espacial dos bairros do Plano de Melhoramentos fazia-os carecer de equipamentos sociais e promovia, assim, o isolamento da população.⁵¹

Aqui, o Bairro do Cerco do Porto, construído em 1961, surge como a “concretização e reflexo máximo da abstração calculista do programa”. Foi construído com 32 blocos “que apenas o sol orienta” e que contavam com 804 habitações. Os blocos surgem quase como elementos atirados para o terreno e que criam espaços públicos setorizados e fragmentados, como a “terra de ninguém”.⁵²

Observa-se uma implantação violenta num terreno que não lhe corresponde, como consequência da execução do conjunto estar subordinada a uma lógica estrita de economia e rapidez de execução, em que idealmente os blocos se implantam em função do terreno, evitando ter de intervir no mesmo. Assim, acabam por se verificar soluções menos bem conseguidas a nível do desenho urbano e que não são o que se espera de um bairro de habitação social, mas apenas o que se esperaria de um “campo-prisão”.⁵³

Ainda assim, o Plano de Melhoramentos de 1956 termina a ser bem sucedido, cumprindo os prazos e ultrapassando o objetivo em 72 habitações, no entanto, os 6000 fogos representavam apenas metade dos alojamentos existentes em “ilhas”. Assim, cerca de 15% a 20% da população mudou-se para as “áreas de expansão periféricas”, sendo que apenas dois dos 13 bairros se localizavam em áreas centrais da cidade.⁵⁴

“Com o Plano de Melhoramentos (...) produziu-se eficiente e aprazível urbanização em oitenta hectares de terreno e foi possível proporcionar uma vida melhor, perfeitamente digna da condição humana, em quase 10% da nossa população. (...) foi atingida a média diária de 2 moradias construídas.”⁵⁵

Mais tarde, existiu uma expansão deste Plano (1967 a 1971) que contou apenas com a construção de 1674 habitações.⁵⁶ Nesta segunda fase, procurava-se construir em terrenos próximos dos bairros existentes ou apenas a extensão dos mesmos. Neste período observa-se um ritmo mais lento da construção dadas as dificuldades financeiras da altura, fazendo com que alguns dos empreendimentos planeados no âmbito desta segunda fase tenham sido concluídos ao longo da década de 1970. Apesar desta ação de larga escala na cidade, as necessidades habitacionais da cidade do Porto persistiram.⁵⁷

Entre 1969 e 1971 surge ainda a primeira versão do Bairro do Aleixo que revela alguma inovação pela combinação da caixa de escadas

⁵¹ **BISMARCK**, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, página 33

⁵² *Idem*, página 37

⁵³ *Idem*, páginas 37 e 38

⁵⁴ **RESTIVO**, Joana Cravo Almeida (Porto, 2014). Habitação pública no Porto – Intervir para requalifica., Tese de Doutoramento em Engenharia Civil, página 59

⁵⁵ Plano de Melhoramentos 1956-66. 1966. Editado por Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos. Porto: Câmara Municipal do Porto, página 31

⁵⁶ **RESTIVO**, Joana Cravo Almeida (Porto, 2014). Habitação pública no Porto – Intervir para requalificar, Tese de Doutoramento em Engenharia Civil, página 59

⁵⁷ **BISMARCK**, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, páginas 39

Fig 18. Bairro do Aleixo, Porto

Fig 19. Bairro habitacional das Antas construído ao abrigo do programa SAAL, Porto 1974-1977

Fig 20. Exposição “O Processo Saal: Arquitectura e Participação, 1947-1976”



com a galeria-saguão, que vinham promover espaços de socialização entre moradores. O que se procurava aqui era “desfazer o bloco” e insistir na relação do mesmo com o espaço público. Já em 1971 é construído o Bairro de Contumil que conta também com a introdução de um saguão e com criação de um espaço de “lavouro” que separa a zona da cozinha, da zona da sala e dos quartos, garantindo autonomia aos espaços.⁵⁸

A verdade é que, mais de metade dos alojamentos municipais existentes no Porto localizam-se em bairros construídos ao abrigo do Plano de Melhoramentos de 1956, ou da sua extensão. No entanto, existem estudos que sugerem que estes edifícios, já na altura da sua construção, apresentavam áreas inferiores às aquelas estabelecidas pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), ainda hoje em vigor.⁵⁹

A PARTIR DO 25 DE ABRIL DE 1974

Os planos e programas para tentar resolver os problemas habitacionais mantêm-se ao longo dos anos. Em 1974 surge o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), lançado por Nuno Portas, que procurava uma forma participada de fazer habitação social e nas áreas centrais da cidade, provocando uma ruptura com as lógicas precedentes (de produção e de localização da habitação social).⁶⁰

Para além de reclamar o direito não só à habitação, mas também à cidade, negava uma “produção de cidade sob a égide do capitalismo”. Apesar da sua importância, o programa SAAL é extinto em 1976 por ter sistemas de financiamento incompatíveis com os sucessivos governos.⁶¹

Depois do 25 de Abril e da queda da Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1974), “a “casa própria” tornou-se a grande promessa e o grande mito da democracia”. Aqui via-se uma política de incentivo à aquisição de habitação própria em zonas periféricas, estas que são nesta altura muito valorizadas sofrendo um exponencial crescimento a partir dos anos 80.⁶²

Já no início da década de 1990 os problemas da habitação continuavam alarmantes, dada a quantidade de pessoas que continuavam a viver em “ilhas” e em bairros de lata, em terrenos contíguos aos dos bairros sociais. Com a grande quantidade de emigrantes e retornados, a “cidade invisível” que se falava anteriormente ganha outra camada agora em torno dos blocos de habitação.⁶³

⁵⁸ BISMARCK, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, páginas 39 a 41

⁵⁹ RESTIVO, Joana Cravo Almeida (Porto, 2014). Habitação pública no Porto – Intervir para requalifica., Tese de Doutoramento em Engenharia Civil, página 74

⁶⁰ *Idem*, página 59

⁶¹ BISMARCK, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, página 43

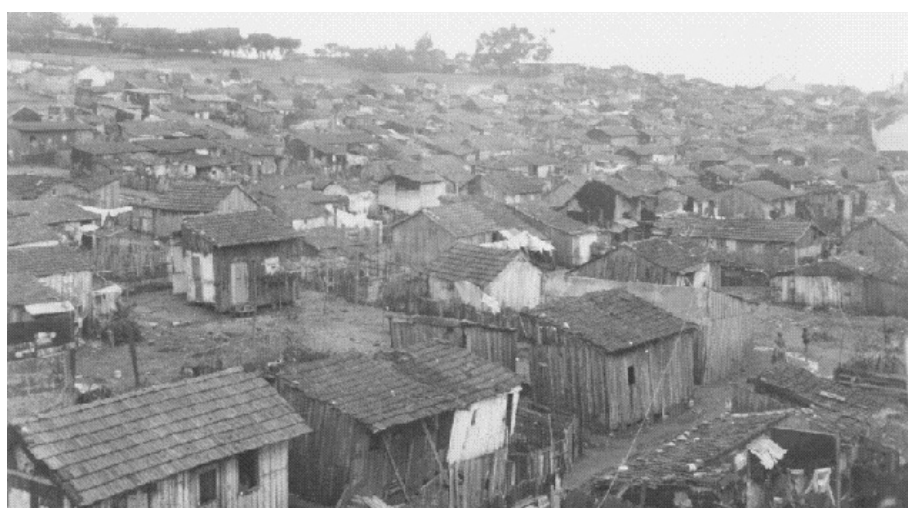
⁶² *Idem*, página 45

⁶³ *Idem*, página 46

Fig 21. Bairro da Bouça,
SAAL, Porto, 1973-1978 em:
Gisa_Arquivo Histórico C.M.P

Fig 22. Ilha na Rua de S. Vitor,
Porto

Fig 23. Bairro das Minhocas
ou da Bélgica, Lisboa 1938



Em 1982 surge a Obra Diocesana de Promoção Social e entre 1989 e 1993 são criados 2 programas que procuravam resolver de vez as carências da habitação, promovendo um programa de bairros sociais como parte estratégica integrada de inclusão social: O Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, em 1989 e o Programa Especial de Realojamento (PER) em 1993 que produziram um conjunto considerável de habitação social.⁶⁴

Os objetivos do PER eram, no fundo, fugir dos erros passados. A ideia era “evitar a absoluta guetização da população em unidades campo, unidades bloco, unidades célula, suburbanizadas, isoladas e sem equipamentos públicos”. O que se procurava era construir em zonas centrais da cidade, aproveitando as características dos terrenos e contando com a participação dos moradores durante o planeamento. Apesar desta vontade, o que se verificou no fim do processo foi a repetição de um modelo que continuava a criar espaços fragmentados.⁶⁵

Em 2001 perante o cenário extremo de degradação social a que chegara o Bairro São João de Deus o Município entendeu que teria que se demolir os 28 blocos de habitação coletiva que dele faziam parte. Como consequência dos realojamentos da população, os problemas sociais que se viviam neste bairro movem-se para outro lugar, nomeadamente para o Bairro do Cerco do Porto, onde se vão realojar grande parte dos moradores.⁶⁶

Atualmente, verifica-se uma desadequação dos modelos implementados à época no âmbito da construção da habitação social, face aos parâmetros necessários para responder às (novas) formas de vida. Sente-se a desconexão da periferia com a cidade e os tecidos existentes desajustados e ultrapassados face às alterações que a cidade foi sofrendo.⁶⁷

⁶⁴ **BISMARCK**, Pedro Levi, “Contributos para uma crítica da “questão da habitação” no Porto” em: COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André. São João de Deus (Porto, 2018), Dafne Editora, páginas 46 e 47

⁶⁵ *Idem*, página 47

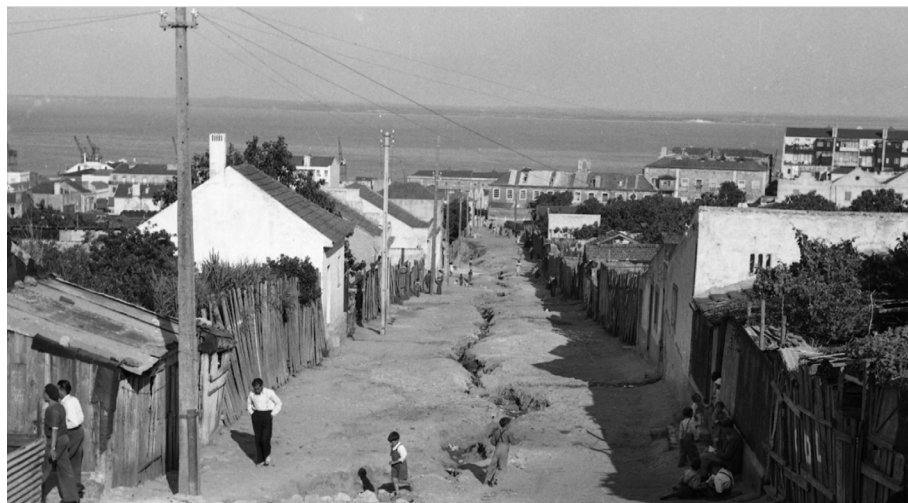
⁶⁶ *Idem*, páginas 51 e 53

⁶⁷ **ALVES COSTA**, Patrick (Porto, 2021). (Re)abilitar_O Cerco. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, página 9

Fig 24. "Programa Especial de Realojamento - 30 anos".
Câmara Municipal de Lisboa

Fig 25. Bairro São João de Deus, Porto 1968

Fig 26. Demolição dos blocos de habitação coletiva do Bairro São João de Deus, Porto 2003-2008



B. ANTERIORES INTERVENÇÕES

Desde muito cedo que se sente a segregação social e espacial que sofre a freguesia de Campanhã e especificamente o Bairro do Cerco do Porto. Esta caracteriza-se como uma zona que cresce desde logo fora das muralhas góticas e numa posição de subalternidade face ao centro histórico.¹

A subalternidade da periferia face ao centro torna-se menos densa na altura da Revolução Industrial em que uma saturação física e social do centro histórico justifica a saída de alguns moradores para fora das muralhas à procura de melhores condições de vida. Constitui-se aqui o segundo anel de crescimento periférico.²

Ainda assim, a freguesia de Campanhã continuava com baixa densidade populacional e com carácter ainda muito rural. Esta inseria-se no terceiro anel de crescimento demográfico. Apesar de hoje em dia ser um pouco diferente, o Bairro do Cerco do Porto manteve-se durante largos anos sem iniciativas de ordenamento básico.³

Aqui poder-se-ão destacar três importantes planeamentos da cidade do Porto. Primeiramente, o Plano Regular de 1932 – seguia as ideias do Engenheiro Ezequiel de Campos – que pretendia melhorar as ligações viárias; o Plano Regulador de 1947 – do Engenheiro Antão de Almeida Garrett – que procurava resolver a dicotomia ocidente / oriente e o Plano Diretor de 1962 - da autoria do arquiteto Robert Auzelle – que procurava criar um sistema de vias rodoviárias funcionais.⁴

O que se verifica no final é uma subalternização ainda mais evidente de certos territórios face a um centro urbano que se desenvolvia de forma cada vez mais acelerada. Dos territórios mais vulneráveis que surgiam destes planeamentos faz parte o Bairro do Cerco do Porto, que vinha a ser alvo de intervenções apenas uns anos mais tarde.⁵ Observar estas iniciativas e analisar os efeitos que as mesmas criam só tornará mais valioso o que virá a seguir.

PROGRAMA “URBAN”

Entre 1994 e 2009, surge o Programa “URBAN” com uma iniciativa de resolver os problemas urbanos das grandes cidades europeias em relação a temas como a mitigação da exclusão social, a recuperação física e ambiental e o aumento da competitividade.⁶ Aqui,

¹ Domus Social (2017), “Diagnóstico social e Plano de ação para a zona do cerco e área envolvente – Relatório de diagnóstico”, página 31

² *Idem*, página 35

³ *Ibidem*

⁴ *Idem*, páginas 40 e 41

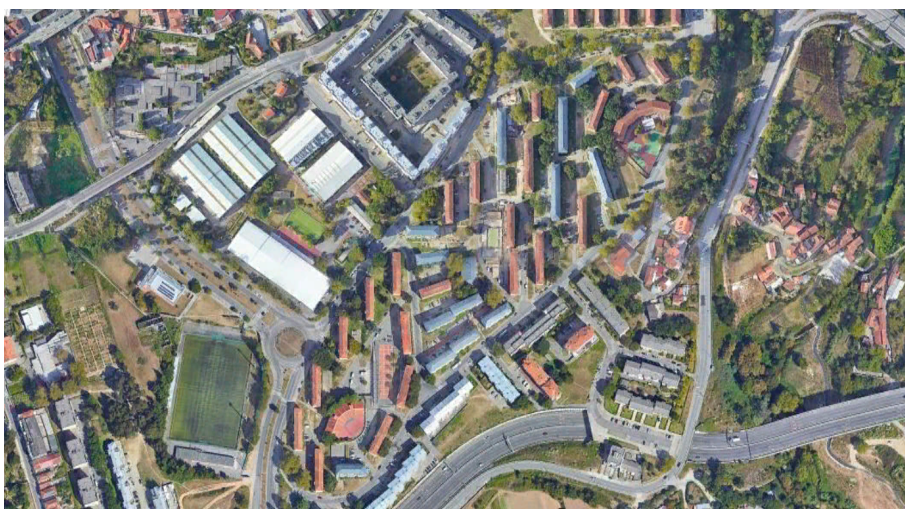
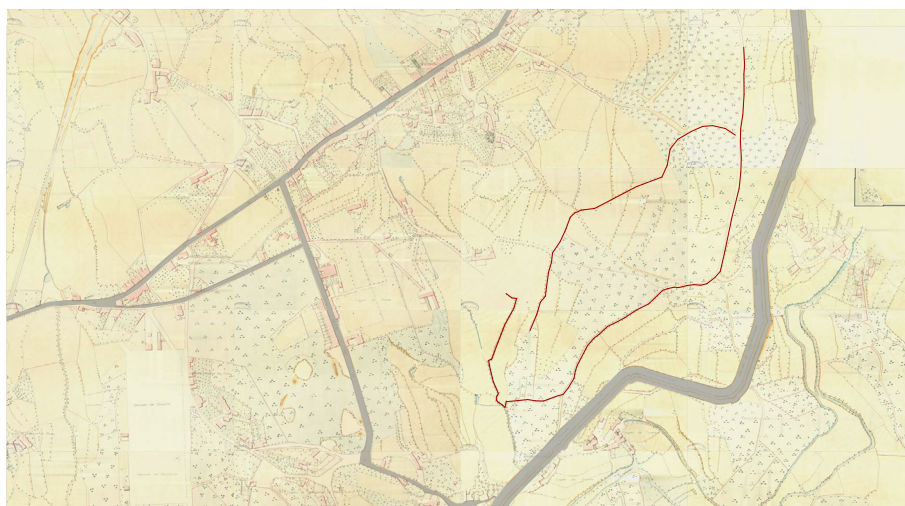
⁵ *Idem*, páginas 42 e 43

⁶ ALVES COSTA, Patrick (Porto, 2021). (Re)abilitar_O Cerco. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, página 64

Fig 27. Análise do Plano de Telles Ferreira de 1892. Produção própria

Fig 28. Implantação do Conjunto de Habitações Populares do Cerco do Porto, 1961, em: Gisa_Arquivo Histórico C.M.P

Fig 29. Vista aérea do Bairro do Cerco do Porto. Fotografia retirada do *Google Earth Pro*



após a candidatura ao “Programa URBAN” em 1994, o Bairro do Cerco do Porto é incluído no “Plano Estratégico do Porto – Vale de Campanhã”.⁷

O Programa URBAN considerava o Vale de Campanhã como uma zona urbana desfavorecida, marcada por uma degradação urbanística e ecológica, uma desintegração do mercado de trabalho por grande parte da população, uma forte concentração de pessoas de grupos sociais desfavorecidos e com problemas escolares e de entrada no mercado de trabalho da população mais jovem.⁸

Por um lado, o programa URBAN I focava-se em resolver problemas do domínio físico e social, enquanto que o URBAN II focava a sua intervenção numa zona adjacente à de URBAN I e procurava a criação e a mudança de dinâmicas sociais.⁹

Por fim, este programa representa para o Bairro do Cerco do Porto sobretudo alterações no espaço físico do mesmo, atacando em dois pólos: o da requalificação do espaço público, de equipamentos e de tudo o que envolve os blocos e, por outro lado, nos blocos habitacionais, “caixilharia, pinturas, fechamentos pontuais, diversificação da aparência exterior dos blocos.”¹⁰

Já em 1998 é criado o projeto de azulejaria comunitária do Bairro do Cerco do Porto¹¹ pela artista Elvira Leite, onde foram aplicados mais de 32000 azulejos nas empenas de alguns dos blocos do bairro, numa atividade que incluía as crianças.¹² Aqui a artista via estas crianças como co-autoras do projeto, mais do que apenas destinatários da sua arte.¹³

Esta iniciativa vem provar a importância de realizar processos participativos, e o que se verificou foi uma obra de arte que nunca foi tocada pelos moradores do bairro por ter sido realizada com e pelas crianças. Na verdade, aquando do desenvolvimento dos projetos de reabilitação do edificado, a decisão foi de não retirar a obra por representar uma importante marca para os habitantes.¹⁴

RSI E PROGRAMA “ESCOLHAS”

Já como medida de política e ativação social cria-se o Rendimento Social de Inserção (RSI)¹⁵ e o Programa “Escolhas”. O segundo surge entre 2001 e 2003 e inclui 4 anos mais tarde uma iniciativa de conscientização acerca de formação e empregabilidade, criando em 2010 apoios na área do empreendedorismo e capacitação de jovens. Mais tarde, surge uma iniciativa para a promoção da igual-

⁷ Domus Social (2017), “Diagnóstico social e Plano de ação para a zona do cerco e área envolvente – Relatório de diagnóstico”, página 43

⁸ EIIICP Estratégia de Intervenção Integrada para o Cerco do Porto, página 11

⁹ Domus Social (2017), “Diagnóstico social e Plano de ação para a zona do cerco e área envolvente – Relatório de diagnóstico”, páginas 52 e 53

¹⁰ ALVES COSTA, Patrick (Porto, 2021). (Re)abilitar_O Cerco. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, página 64

¹¹ Entidades promotoras: fundação para o desenvolvimento do Vale de Campanhã e equipa técnica do subprojecto URBAN

¹² Blog “Atelier Joaquim Pombo”: “projecto de azulejaria comunitária do bairro do cerco - porto - 1998”. Disponível em: <https://joaquimpombo.blogspot.com/2007/03/projecto-de-azulejaria-comunitaria-do.html>

¹³ “Elvira Leite. Tudo o que eles queriam era brincar na rua e uma sala para trabalhar”. Notícia do Jornal Público, 2023

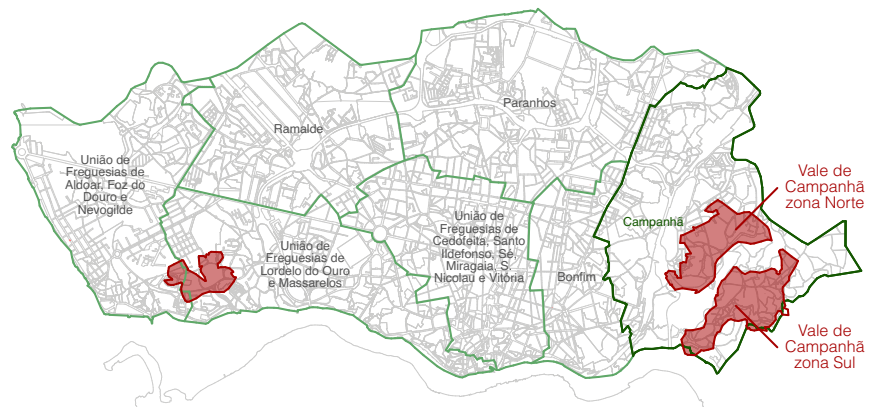
¹⁴ Conforme mencionado pela Professora Dra. Joana Restivo

¹⁵ Apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, e que é constituída por uma prestação em dinheiro para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas, e um programa de inserção que integra um contrato (conjunto de ações estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da prestação, visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros. Disponível em: <https://www.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao>

Fig 30. Planta da Cidade do Porto com as respetivas freguesias. Produção própria

Fig 31. Planta da Cidade do Porto com as respetivas freguesias. Produção própria

Fig 32. Projeto de azulejaria comunitária do Bairro do Cerco do Porto pela artista Elvira Leite, Porto 1998



dade de oportunidades e reforço da coesão social, onde se inclui o Centro de Empreendedorismo Juvenil do Cerco.¹⁶

PEDU - Plano Estratégico do Desenvolvimento Urbano

Em 2015, o PEDU destaca três Comunidades Desfavorecidas (CD) das quais duas se localizam no Vale de Campanhã: Comunidade do Vale de Campanhã zona Sul, Comunidade do Vale de Campanhã zona Norte, esta última onde se insere o Bairro do Cerco do Porto. Segundo a PEDU, estas “CD’s” caracterizavam-se por graves problemas de desemprego, baixos níveis de escolaridade, abandono e insucesso escolar, jovens e crianças em risco nomeadamente devido a problemas de violência doméstica e densos problemas de exclusão social.¹⁷

O PEDU desdobra-se em três componentes: o PARU¹⁸, o PAMUS¹⁹ e o PAICD²⁰. O Bairro do Cerco do Porto está incluído na última que corresponde ao “Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas” e que tem como objetivos integrar estas comunidades no tecido urbano, intervindo nas realidades degradadas a nível social e urbanístico nos bairros sociais e “ilhas”, a par com a realização das intervenções necessárias para requalificar as “CD’s” em conjunto com projetos sociais e económicos.²¹

Assim, o que se procura é que, ao intervir nos blocos habitacionais e no território dos bairros e das “ilhas”, dando até ferramentas aos próprios proprietários para incentivar a sua ação, que estas intervenções possam impulsionar uma coesão social mais eficaz.²²

DOMUS SOCIAL

Em Junho de 2017 a Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM - Domus Social - desenvolve um “Diagnóstico social e Plano de ação para a zona do Cerco e área envolvente”, destacando o Bairro do Cerco do Porto como “território de vulnerabilidade à exclusão social”²³, identificando esses fatores de vulnerabilidade social como: doença, desemprego, pobreza, baixas qualificações / baixa literacia / analfabetismo, área de residência / território, hábitos e práticas sociais / valores e referências sociais e culturais.²⁴

A busca de uma ação participativa de modo a procurar resolver problemas concretos que afetam os moradores é imperativo em todo o processo. As crianças, a par com os jovens e idosos, são aqui

¹⁶ EIICP Estratégia de Intervenção Integrada para o Cerco do Porto, página 17

¹⁷ *Idem*, página 11

¹⁸ Plano de Ação de Regeneração Urbana

¹⁹ Plano de Ação para Mobilidade Urbana Sustentável

²⁰ Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas

²¹ Domus Social (2017),

“Diagnóstico social e Plano de ação para a zona do cerco e área envolvente – Relatório de diagnóstico”, páginas 54 e 55

²² *Idem*, página 56

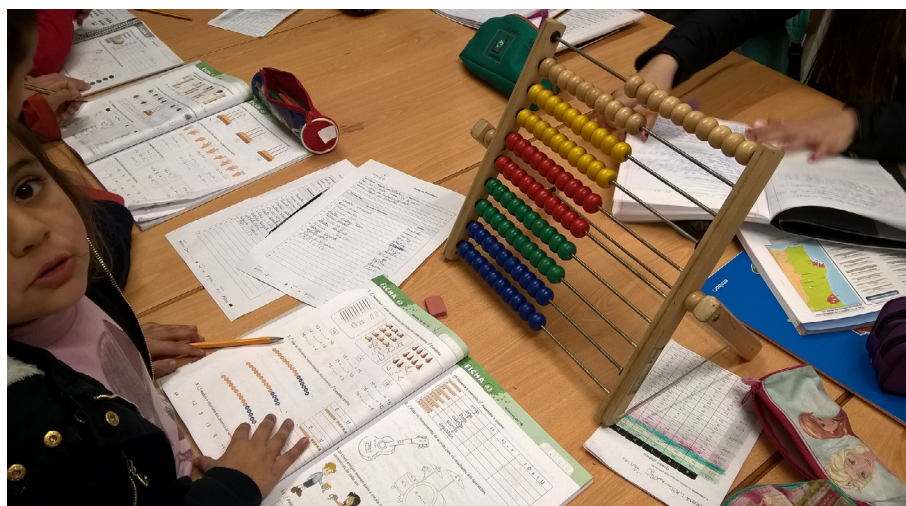
²³ Domus Social (2017), “Diagnóstico social e Plano de ação para a zona do cerco e área envolvente – Plano de Ação”, página 5

²⁴ *Idem*, página 8

Fig 33. Fotografia de "O Projeto Cercar-te", desenvolvido através do "Programa Escolhas"

Fig 34. Atuação dos jovens do Bairro do Cerco do Porto no Coliseu do Porto, 2021

Fig 35. Bairro do Cerco do Porto na Feira do livro, Porto 2020



destacados como grupos sociais vulneráveis.²⁵

O papel aqui importante será o de analisar os problemas sociais concretos em termos de hábitos e práticas sociais e contextualizá-los no espaço físico que é o Bairro do Cerco do Porto. A ideia é então intervir no objeto potenciador destes fatores de vulnerabilidade social.²⁶

Um dos maiores problemas destes territórios é a segregação social e espacial, pelo que um dos mais importantes eixos onde intervir foca-se em “[re]estabelecer a ligação com o tecido social da cidade”, diminuindo idealmente a exclusão social. Assim, no diagnóstico efetuado pela Domus Social refere-se a importância de facilitar o acesso pelos moradores do bairro a iniciativas noutras zonas em que o contexto social é distinto, a par com a criação de iniciativas dentro da comunidade como forma de atrair público de outras zonas, promovendo uma mistura social.²⁷ Destruir essa imagem de insegurança associada a estes contextos sociais é também o papel do arquiteto.

Em termos de “capacitação, qualificação e emprego” a Domus Social define como objetivos o “estabelecimento de dinâmicas sociais inclusivas que se abram a cenários prováveis de integração social”, promovendo dinâmicas de empoderamento das pessoas, destacando a importância da formação escolar e profissional como o meio que torna possível conseguir emprego ou a forma como a dependência de substâncias psicoativas é prejudicial ao bem-estar, saúde e qualidade de vida.²⁸

Todas estas ideias devem estar presentes desde crianças e jovens, de modo a incentivar o seguimento escolar. Os públicos prioritários em processos de formação e educação são: jovens em risco de abandono e jovens NEET²⁹; mulher em geral principalmente desempregadas de longa duração, pessoas de etnia cigana e desempregados de longa duração em geral. Empoderar os moradores para que sejam agentes na mudança.³⁰

ElICP

Em 2017 a criação de um Plano Estratégico de Intervenção Integrada para o Cerco do Porto – ElICP - é encomendada à Domus Social e vem na sequência da necessidade de intervenção no edificado habitacional, no espaço público, dos equipamentos, criando programas de realojamento e de desdensificação urbana.³¹

²⁵ Domus Social (2017), “Diagnóstico social e Plano de ação para a zona do cerco e área envolvente – Plano de Ação”, página 9

²⁶ *Idem*, página 10

²⁷ *Idem*, página 24

²⁸ *Idem*, página 35

²⁹ Cidadão com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos, que não estuda, não trabalha, nem frequenta formação profissional. Pode estar inativo por doença ou incapacidade, por cuidados ou responsabilidades familiares, por desmotivação ou por outros motivos.

³⁰ Domus Social (2017), “Diagnóstico social e Plano de ação para a zona do cerco e área envolvente – Plano de Ação”, página 37

³¹ ALVES COSTA, Patrick (Porto, 2021). (Re)abilitar_O Cerco. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, página 68

Fig 38. Reflexões próprias sobre a intervenção de 2017

Bairros sociais CD2	População residente	N.º de fogos
Cerco do Porto - 1963	1844	804
Cerco do Porto -1981	201	88
Agrupamento Habitacional do Falcão	426	173
Falcão	910	397
Ilhéu	401	127
Monte da Bela	515	236
S. Vicente de Paulo	42	18
Total	4339	1835

[illegible]

Este eixo inclui, assim, intervenções a vários níveis. Por um lado, abrir o bairro à cidade de modo a fortalecer problemas de pertença e de segregação, através da criação de novos arruamentos. A criação de espaços de aprendizagem, convívio e lazer e um desenho mais funcional a nível de equipamentos, criando espaços multifuncionais. Ainda, propõe a demolição de oito dos blocos e de alguns equipamentos públicos e propõe a adoção da forma mais eficiente de tipologia habitacional consoante o agregado familiar que lhe corresponde, a par com a garantia da manutenção contínua dos edifícios e dos espaços comuns.³²

Esta intervenção foca-se sobretudo em revalorizar a relação entre o espaço construído e a paisagem urbana. Ainda propõe um novo desenho para o espaço público central incorporando a natureza, melhorando o cenário onde se podem desenvolver projetos coletivos e criativos. Aqui a proposta assenta na criação de um jardim grande e permeável com uma geometria simples e que, sendo provido de bancos e da criação de percursos a pé, promova a criação de laços entre os moradores. Ainda em matéria de sustentabilidade, propõe-se uma maior eficácia energética através de uma melhor gestão dos recursos naturais.³³

Neste processo os objetivos assentam na necessidade de resolver problemas de empregabilidade e empreendedorismo social, ativar a integração urbana e social e melhorar a qualidade de vida urbanística e dos seus moradores.³⁴

Para além disto, o que acontece é que os atos constantes de vandalismo sobre o espaço público, a par com o sentimento de insegurança presente no mesmo e consequente das desmascaradas atividades ilícitas nele vivenciadas e por grupos específicos da população, fazem com que parte integrante da população já não tenha esperança no investimento do espaço público e, por isso, nem se entusiasme com a sua reabilitação, nem procure preservá-lo.³⁵

Na verdade, apesar da necessidade e vontade de combater contra a perceção negativa que se tem destes moradores, o que acontece é que a ausência de perspectivas de emprego, escassas oportunidades e recursos, as atividades ilícitas tornam-se muitas vezes a solução possível.³⁶ É mais fácil ser vândalo quando se cresce num ambiente desta natureza?

Assim, neste contexto, a vontade de tornar as soluções mais realistas deve assentar na ideia de criar projetos e ações participativas com a população a par com desenvolver os trabalhos das instituições.

³² ALVES COSTA, Patrick (Porto, 2021). (Re)abilitar_O Cerco. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, páginas 68 e 69

³³ EIICP Estratégia de Intervenção Integrada para o Cerco do Porto, páginas 44 e 45

³⁴ *Idem*, página 36

³⁵ Domus Social (2017), "Diagnóstico social e Plano de ação para a zona do cerco e área envolvente – Plano de Ação", página 45

³⁶ *Idem*, página 49

Fig 39. Notícia retirada do Diário de Notícias, 2018

Fig 40. Notícia retirada do Jornal de Notícias, 2019

Fig 41. Notícia retirada do Jornal de Notícias, 2021

Fig 42. Notícia retirada do Jornal de Notícias, 2022

Fig 43. Notícia retirada da Rádio Renascença, 2022

Fig 44. Notícia retirada do Jornal de Notícias, 2023

Paulo Machado: "Via pessoas ao meu lado a fumar e a injetar-se. O futebol ajudou-me"

Porto

Quatro detidos e armas e drogas apreendidas no bairro do Cerco

EXCLUSIVO

Vaga de assaltos gera onda de medo no Cerco do Porto

PSP

Tiroteio no Bairro do Cerco do Porto

Operação contra tráfico de droga no Porto faz cinco detidos e quatro mil doses apreendidas

Porto

Mulher presa por matar traficante junto ao Bairro do Cerco

Em relação ao denso problema da exclusão e auto-exclusão dos moradores do Bairro do Cerco do Porto no que diz respeito ao seu “fechamento”, apontam-se as duas soluções expostas anteriormente: criação de equipamentos públicos em zonas circundantes ao bairro, obrigando o movimento da população para essas zonas, ou a criação de atividades e/ou estruturas que suscitem o movimento de pessoas de fora do bairro a ir visitá-lo.³⁷

Enquanto o projeto de requalificação do espaço público é do arquiteto José Manuel Soares, a requalificação dos edifícios é atribuída a dois autores diferentes. A primeira fase de reabilitação é atribuída ao arquiteto Virgínio Moutinho (edifícios com tipologia de acessos esquerdo-direito) a quem corresponde também o primeiro projeto de reabilitação do bairro e a segunda é atribuída ao atelier José Gigante (edifícios com tipologia de acessos em galeria).³⁸

PROPOSTA DE REABILITAÇÃO DO ARQUITETO VIRGÍNIO MOUTINHO

Assim, o projeto de reabilitação do arquiteto Virgínio Moutinho foca-se no “invólucro” do edifício melhorando as condições de habitabilidade e de conforto nos blocos destacados para a reabilitação.³⁹

Por um lado, aponta-se a falta de definição de espaço privado / espaço público pelo que se propõe o fechamento de zonas de acesso aos edifícios e, para além disto, a criação de zonas de secagem agora fechadas, concretizando o que já alguns inquilinos vinham a fazer por si mesmos, na tentativa de ganhar espaço útil dentro da habitação.⁴⁰

O projeto procura resolver ainda problemas nas coberturas, áreas de circulação vertical e infraestruturas prediais, a substituição de caixilharias e ainda alterações nas fachadas. Neste caso, e face a uma certa monotonia do edificado, a proposta assenta na alteração da paleta de cores através de um revestimento cerâmico e na aplicação de ETIC's.⁴¹

SEGUNDA FASE – ATELIER JOSÉ GIGANTE

Já a segunda fase de reabilitação do Bairro do Cerco do Porto é da autoria do atelier José Gigante e foca-se na reabilitação exterior.⁴²

A sua intervenção passa pela colocação de isolamentos térmicos, uso de fachada ventilada em bloco cerâmico e pinturas no rés-do-

³⁷ Domus Social (2017), “Diagnóstico social e Plano de ação para a zona do cerco e área envolvente – Plano de Ação”, página 45

³⁸ **ALVES COSTA**, Patrick (Porto, 2021). (Re)abilitar_O Cerco. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, página 70

³⁹ *Ibidem*

⁴⁰ Memória descritiva do projeto do arquiteto Virgínio Moutinho, fornecida pela Domus Social

⁴¹ *Ibidem*

⁴² **ALVES COSTA**, Patrick (Porto, 2021). (Re)abilitar_O Cerco. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, página 71

Fig 45. Proposta de reabilitação do Bairro do Cerco do Porto pelo arquiteto Virgínio Moutinho, 2019. Desenhos de produção própria baseados em desenhos da reabilitação fornecida pela Domus Social

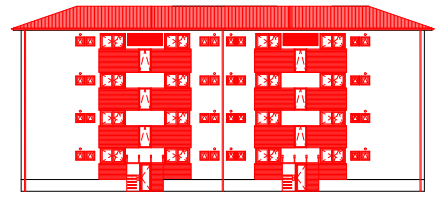
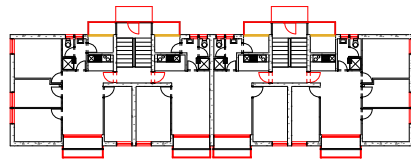


Fig 46. Proposta de reabilitação do Bairro do Cerco do Porto pelo atelier José Gigante, 2021. Desenhos de produção própria baseados em desenhos da reabilitação fornecida pela Domus Social

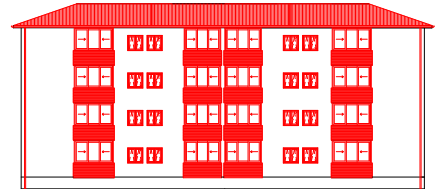
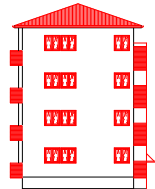
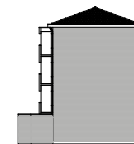
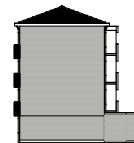
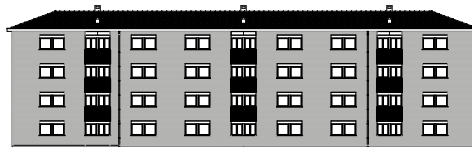
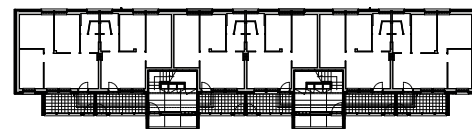


Fig 47. Bloco reabilitado pelo arquiteto Virgínio Moutinho



-chão. Ainda, a recuperação dos acessos, o redimensionamento das entradas, a diminuição do vão livre nas fachadas e o fechamento dos topos das galerias com vidro fixo.⁴³

Para além disto, a construção de uma cobertura metálica para a galeria do último piso. Ainda, a criação de um *hall* de entrada fechado com uma área anterior de logradouro como extensão da habitação e protegido com muros da altura dos pisos, criando uma espécie de sala de receção para cada habitação. Por fim, reexecuta redes prediais e infraestruturas.⁴⁴

Ambas as intervenções se enquadram nas reabilitações que têm vindo a ser promovidas pelo município no edificado do Plano de Melhoramentos, contemplando a envolvente exterior e as circulações comuns. A solução proposta pela equipa do arquiteto José Gigante será a primeira a considerar um novo paramento exterior a sobrepor ao existente, em vez da usual aplicação de isolamento térmico pelo exterior com reboco armado delgado (ETIC'S).⁴⁵

PROPOSTA DE REABILITAÇÃO DO ARQUITETO JOSÉ MANUEL SOARES

Uma primeira versão de proposta para a reabilitação focada no conjunto habitacional e não no interior das habitações, surge em 2017 e previa a demolição de 8 dos 32 blocos. No entanto, em virtude da decisão política de não demolição dos blocos, este projeto não será concretizado, dando lugar a uma nova proposta de reformulação do espaço público em 2022 da autoria do arquiteto José Manuel Soares.⁴⁶

Por um lado, a proposta assenta na criação de novos arruamentos e de novas vias, ou da recuperação de antigas ligações outrora descontinuidas. Estes novos arruamentos são sobretudo influenciados pela necessidade de criar espaços adaptados a pessoas de mobilidade reduzida e de permitir o acesso de veículos de emergência à entrada de todos os blocos.⁴⁷

Assim, verifica-se também a proposta de criação de mais passadeiras que incluam passeios rebaixados e ainda de mais lugares de estacionamento. Neste contexto, também as cotas são revistas e elimina-se todos os desníveis de mais de 2 centímetros nas entradas às habitações.⁴⁸

Para além disto, verificar-se-á a criação de novos parques e também o redesenho e deslocação de alguns equipamentos, como o recinto de jogos e o mercado de levante. Estes novos parques podem servir

⁴³ Memória descritiva do projeto do atelier José Gigante, fornecida pela Domus Social

⁴⁴ *Ibidem*

⁴⁵ *Ibidem*

⁴⁶ EIICP Estratégia de Intervenção Integrada para o Cerco do Porto, página 88

⁴⁷ Memória descritiva do projeto do arquiteto José Manuel Soares, fornecida pela Domus Social

⁴⁸ *Ibidem*

Fig 49. Projeto do espaço público do Bairro do Cerco do Porto pelo arquiteto José Manuel Soares, 2022



ora de apoio a taludes, ora na demarcação de arruamentos. O arquiteto repensa ainda a disposição de equipamentos urbanos como pontos de lixo e ecopontos e ainda de paragens de autocarros.⁴⁹

Uma mudança de materiais dos pavimentos é também um dos pontos fulcrais da reabilitação. Esta mudança verifica-se nas circulações, escadas e patamares, lugares de estacionamento – e ainda uso de um material diferente nos lugares para mobilidade reduzida – e em zonas de travessia de peões.⁵⁰

Em relação aos elementos vegetais, existe uma procura de manter a arborização original e que tanto caracteriza o bairro, mas evitando zonas de total opacidade causada por essa arborização.⁵¹

URBINAT

Neste contexto será ainda importante mencionar o trabalho do projeto URBiNAT (Horizonte 2020 da UE, com início em Junho de 2018) na zona do Bairro do Cerco do Porto e área envolvente.⁵²

Em novembro de 2021 o Projeto URBiNAT desenvolve uma iniciativa de processo participativo posto em curso no Porto (uma das cidades-líder do projeto europeu) e que promovia a união de associações com os moradores do bairro num conjunto de atividades que visavam melhorar a vida nos conjuntos de bairros de Campanhã e também conhecer um pouco melhor essa vida dos moradores. As atividades lançadas neste evento enquadravam-se num processo longo de co-criação de um “Corredor Saudável”.⁵³

Este projeto procurava refletir e analisar as áreas deixadas “ao acaso” entre os bairros da zona de Campanhã. Procurava-se melhorar os caminhos pedonais e a definição de um novo parque urbano de modo a criar um elo de ligação entre os três bairros inseridos na iniciativa: o Cerco do Porto, o Falcão e o Lagarteiro. As preocupações em relação à ligação dos três recaía na topografia acidentada dos respetivos terrenos e de elementos causadores dessa separação quase física, como era o caso do Vale de Campanhã e da infraestrutura rodoviária.⁵⁴

Com base na ideia do “corredor saudável”, a área de estudo inclui os espaços verdes estratégicos mais relevantes, os serviços e projetos futuros que estavam programados ocorrer em Campanhã.⁵⁵

Em todo o processo procurou-se que a ação fosse participada e que contasse, portanto, com a intervenção dos moradores destes

⁴⁹ Memória descritiva do projeto do arquiteto José Manuel Soares, fornecida pela Domus Social

⁵⁰ *Ibidem*

⁵¹ *Ibidem*

⁵² <https://urbinat.eu/cities/porto/>

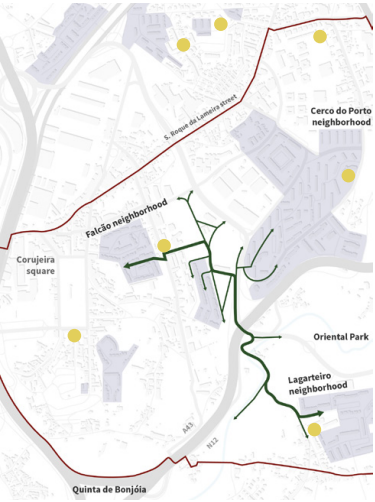
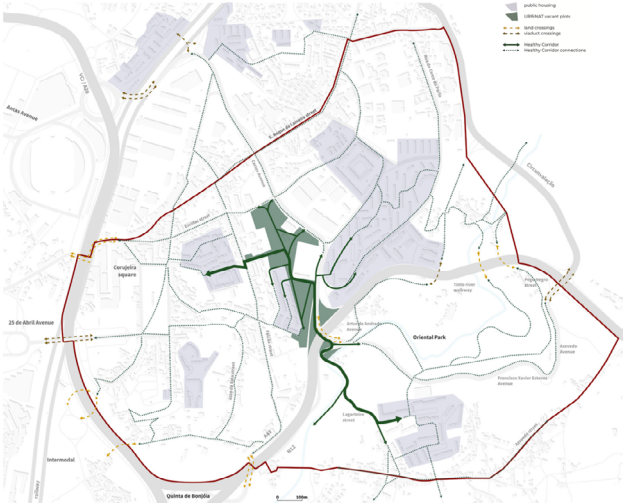
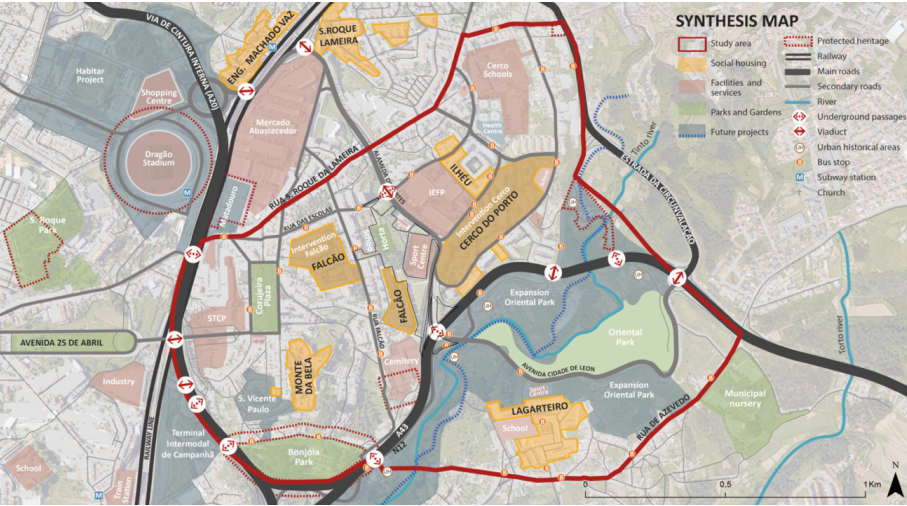
⁵³ “Porto: conceito de corredor saudável e plano urbano”.

Disponível em: <https://urbinat.eu/cities/porto/>

⁵⁴ *Ibidem*

⁵⁵ *Ibidem*

Fig 50. Planta da zona de intervenção do projeto URBiNAT
Fig 51. Planta da zona de intervenção do projeto URBiNAT
Fig 52. Planta da zona de intervenção do projeto URBiNAT



bairros, tanto com diagnósticos locais como com momentos de trabalho conjuntos.⁵⁶

No caso do Bairro do Cerco do Porto, as propostas passaram pela manutenção do espaço exterior público e pela requalificação da Escola Primária do Cerco do Porto. Na ligação de todos os elementos dos três bairros, verifica-se um problema com a via principal que se apresenta como perigosa para os peões.⁵⁷

Ainda no âmbito do processo participativo promovido pelo projeto URBiNAT no Porto, também o Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto desenvolveu nas 6 escolas que o constituem iniciativas de agricultura pedagógica, que surgem no seguimento de uma ideia de consciencialização ambiental.⁵⁸

Já a nível do edificado, a proposta visava requalificar o espaço das traseiras dos blocos 33 e 34 para que as associações existentes no rés-do-chão pudessem concretizar atividades e eventos comuns. Procurava-se trazer essas atividades para as ruas e torná-las espaço de permanência, mais do que espaço de passagem.⁵⁹

⁵⁶ "Porto: conceito de corredor saudável e plano urbano". Disponível em: <https://urbinat.eu/cities/porto/>

⁵⁷ *Ibidem*

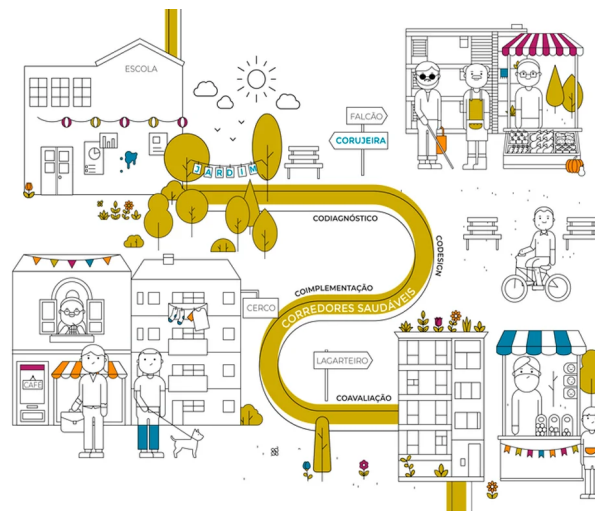
⁵⁸ *Ibidem*

⁵⁹ *Ibidem*

Fig 53. “Porto: Urban Trekking 2022”. URBiNAT, Porto 2022

Fig 54. “Sob o mote “Cuidar Campanhã”, o projeto URBiNAT regressou à rua”, Porto, 2021. Em: Portal de Notícias do Porto

Fig 55. “Sob o mote “Cuidar Campanhã”, o projeto URBiNAT regressou à rua”, Porto, 2021. Em: Portal de Notícias do Porto



C. O BAIRRO DO CERCO DO PORTO

O TERRITÓRIO

“Os muros entre a favela e o asfalto são invisíveis, mas produzem realidade.”¹

Como referido anteriormente, o Bairro do Cerco do Porto localiza-se na freguesia de Campanhã, no limite oriental da cidade do Porto. Uma zona só por si segregada e com questões topográficas relevantes.² Aqui, e ao contrário do que se vê nas áreas centrais, o desenho urbano é descuidado e os equipamentos e serviços apresentam qualidade manifestamente inferior.

A freguesia de Campanhã apresenta um tecido muito fragmentado e lê-se quase como um conjunto de recortes colocados ao acaso num tabuleiro. Entre as diferentes zonas residenciais que constituem esta freguesia criam-se espaços sem significado e sem ligação com a envolvente. As características do terreno e as infraestruturas rodoviárias são, também elas, causadoras de uma marcada segregação espacial.

Para além disto, a freguesia de Campanhã conta com o maior número de construções de habitação social, contendo diversos bairros camarários: S. João de Deus, S. Vicente de Paulo, Cerco do Porto, Engenheiro Machado Vaz, Pio XII, S. Roque da Lameira, Contumil, Falcão, Lagarteiro, Monte da Bela, Pêgo Negro, o Agrupamento Habitacional das Antas e o Agrupamento Habitacional do Ilhéu.³

O OBJETO: O BAIRRO DO CERCO DO PORTO

O Bairro do Cerco do Porto, construído em 1961 no âmbito do Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto, e ampliado em 1991, surge como forma de realojar as famílias provenientes das “ilhas” e de outras formas de habitação degradadas, numa altura em que se pretendia desafogar o centro urbano, criando zonas de expansão.⁴

Assim, este vem-se implantar muito perto do limite oriental da cidade do Porto, junto à estrada da Circunvalação e à saída da cidade representada pela confluência da Rua de S. Roque da Lameira com a Estrada Nacional 12. Só pela sua envolvente o bairro parece fechado ao resto da cidade, problema que só veio a ser acentuado com a construção da A43 e consequente corte da Rua do Cerco do

¹ NICODEMOS, J. (Porto, 2016). Workshop “O psicólogo diante de sujeitos em situações de vulnerabilidade: o uso abusivo de drogas, as ruas e os cuidados institucionais possíveis.”. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

² ALVES COSTA, Patrick (Porto, 2021). (Re)abilitar_O Cerco. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, página 51

³ *Idem*, página 73

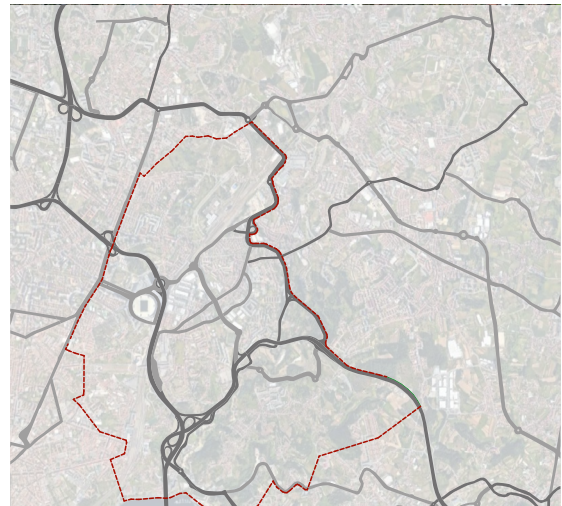
⁴ EIICP Estratégia de Intervenção Integrada para o Cerco do Porto, página 23

Fig 56. Planta da Freguesia de Campanhã
Planta dos bairros municipais da Freguesia de Campanhã
Produção própria com base em imagens do *Google Earth Pro*

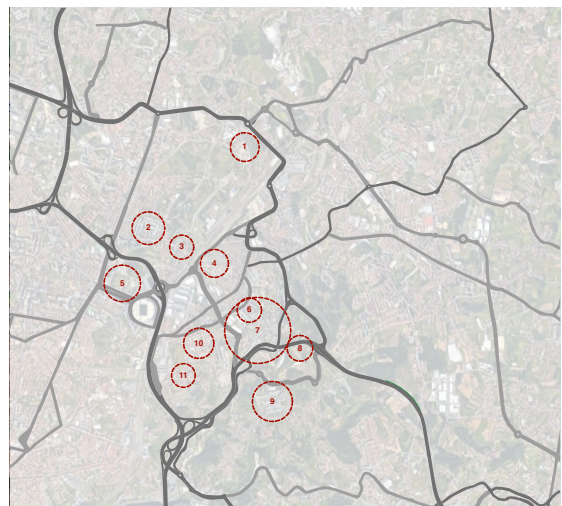
Fig 57. Localização dos bairros municipais da Freguesia de Campanhã. Produção própria com base em imagens do *Google Earth Pro*

Fig 58. Bairro do Cerco do Porto na altura da sua construção em 1962, fotografia fornecida pela Domus Social

--- Freguesia de Campanhã



1. Bairro São João de Deus
2. Bairro de Contumil
3. Bairro S. Roque da Lameira
4. Bairro Eng. Machado Vaz
5. Agrupamento Habitacional das Antas
6. Agrupamento Habitacional do Ilhéu
7. Bairro do Cerco do Porto
8. Bairro do Pêgo Negro
9. Bairro do Lagarteiro
10. Bairro do Falcão
11. Bairro do Monte da Bela



Porto.⁵

Ainda que, aquando da sua construção a zona onde se implantou tenha sido uma zona escassamente urbanizada e com um traçado um tanto rural, hoje em dia este caracteriza-se como um ponto de entrada e saída da cidade e está já densamente edificado.⁶

O Bairro do Cerco do Porto é constituído por 34 blocos: 32 blocos construídos do âmbito do Plano de Melhoramentos do Porto de 1956 e mais 2 blocos que surgem da 2ª fase, de ampliação. No total conta com 892 fogos e alberga cerca de 2059 pessoas (segundo os dados apurados pela Domus Social). Os blocos construídos na 1ª fase contavam com 804 fogos⁷ e os blocos da 2ª fase com mais 88 fogos^{8,9}.

A sua disposição no terreno relembra os princípios da Carta de Atenas. No entanto, o que se observa na planta do bairro é um conjunto de blocos que só pela sua configuração motivam a alguma segregação, impulsionada também pelo afastamento entre os blocos e criando uma sensação de fortaleza. Estes, dispostos quase aparentemente ao acaso, criam zonas de circulação caracterizadas por algum caos. Muitos espaços deixados sem sentido e sem nenhum tipo de uso específico, criando uma difícil relação entre espaço público e espaço privado, à falta de definidos espaços de transição.¹⁰

Ainda assim, não só da disposição dos blocos se fazem os problemas do conjunto habitacional. Um aspeto degradado e vandalizado causa algum sentimento de desconfiança e insegurança de quem vive e de quem visita o conjunto. Para além disso, a disposição dos blocos cria alguns espaços “escondidos” que se tornam “locais a evitar” por serem de usufruto de apenas grupos específicos da população.¹¹

No que toca à tipologia das habitações, estas dividem-se em três modalidades, mas em todas existe uma regra comum: os blocos contam com rés do chão e três andares, acrescentando mais um pavimento em certos casos. As três modalidades de edifício distinguem-se pelas letras A, B e C.¹²

Nos edifícios de letra A, as fachadas são voltadas a nascente e poente e os acessos são feitos por escadas e varandas, permitindo a circulação fluente do ar e a entrada de luz natural. Aqui o rés do chão tem acesso direto com as veredas que servem o edifício.¹³

Já os edifícios designados pela letra B têm as suas fachadas voltadas a norte e sul, de modo a adaptar as divisões da casa à melhor orientação solar que lhe corresponde. Numa tentativa de criar maior

⁵ EIICP Estratégia de Intervenção Integrada para o Cerco do Porto: páginas 23 e 24

⁶ *Ibidem*

⁷ 139 T1, 268 T2, 295 T3 e 102 T4

⁸ 10 T1, 30 T2, 45 T3 e 3 T4

⁹ EIICP Estratégia de Intervenção Integrada para o Cerco do Porto, página 14

¹⁰ *Idem*, página 25

¹¹ *Ibidem*

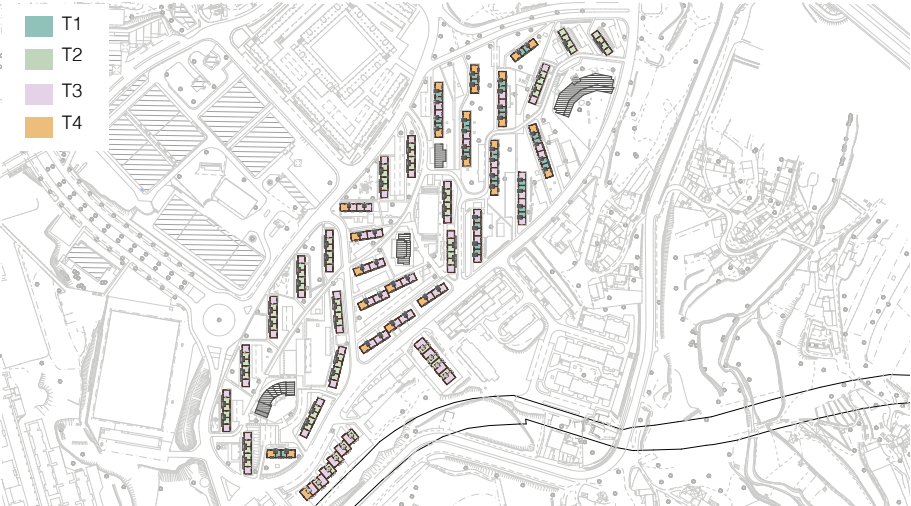
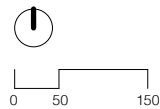
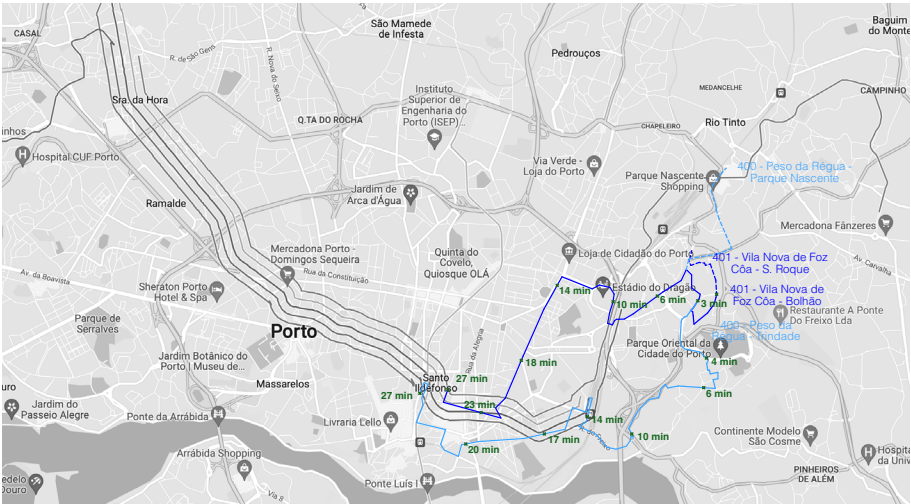
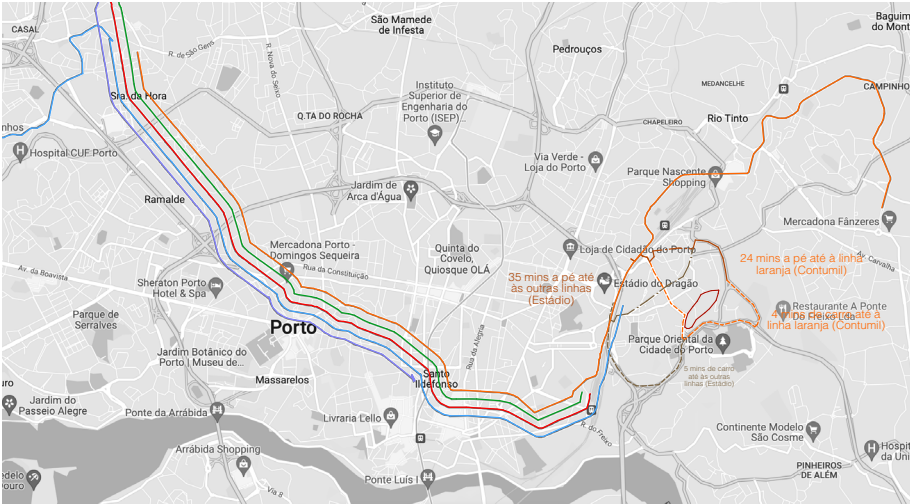
¹² Memória descritiva na publicação do PMCP de 1966

¹³ *Ibidem*

Fig 59. Mapa das linhas do metro do Porto. Produção própria com base em imagens do *Google Maps*

Fig 60. Mapa das linhas de autocarro do Porto. Produção própria com base em imagens do *Google Maps*

Fig 61. Planta das tipologias dos blocos do Bairro do Cerco do Porto. Produção própria



privacidade, o acesso faz-se através de escadas que servem apenas duas habitações de cada vez, constituindo um esquema de esquerdo-direito.¹⁴

¹⁴ Memória descritiva na publicação do PMCP de 1966

¹⁵ *Ibidem*

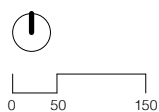
Por fim, nos edifícios de letra C, o acesso é feita através de escadas que servem três habitações de cada vez, mais uma habitação do que os blocos de tipo B, mas que garantem o mesmo nível de privacidade.¹⁵

[ANEXO 2]

Fig 62. Planta de localização dos blocos relativos a cada letra. Produção própria

Fig 63. Planta noli do Bairro do Cerco do Porto. Produção própria

Fig 64. Planta noli do Bairro do Cerco do Porto. Produção própria



- Tipo A
- Tipo B1
2 dos blocos com R/C mais 4 pavimentos
1 bloco com orientação SW/NW
- Tipo B2
3 dos blocos com R/C mais 4 pavimentos
6 blocos com orientação SW/NW
- Tipo B3
Orientação E/W
- Tipo B4
Orientação E/W em 4 blocos; orientação SE/NE em 1 bloco
- Tipo C
2 blocos com R/C com 4 pavimentos; 2 blocos com R/C mais 4/5 pavimentos
Orientação E/W



-  Rede viária - 23 843,34 m²
-  Implantação de edifícios - 15 360 m²
-  Pavimento duro - 13 330 m²
-  Área verde - 35 668 m²
-  Lugares de estacionamento - 354 5027 m²
-  Praças / espaço de estar pavimentado
-  Desporto
-  Educação
-  Social

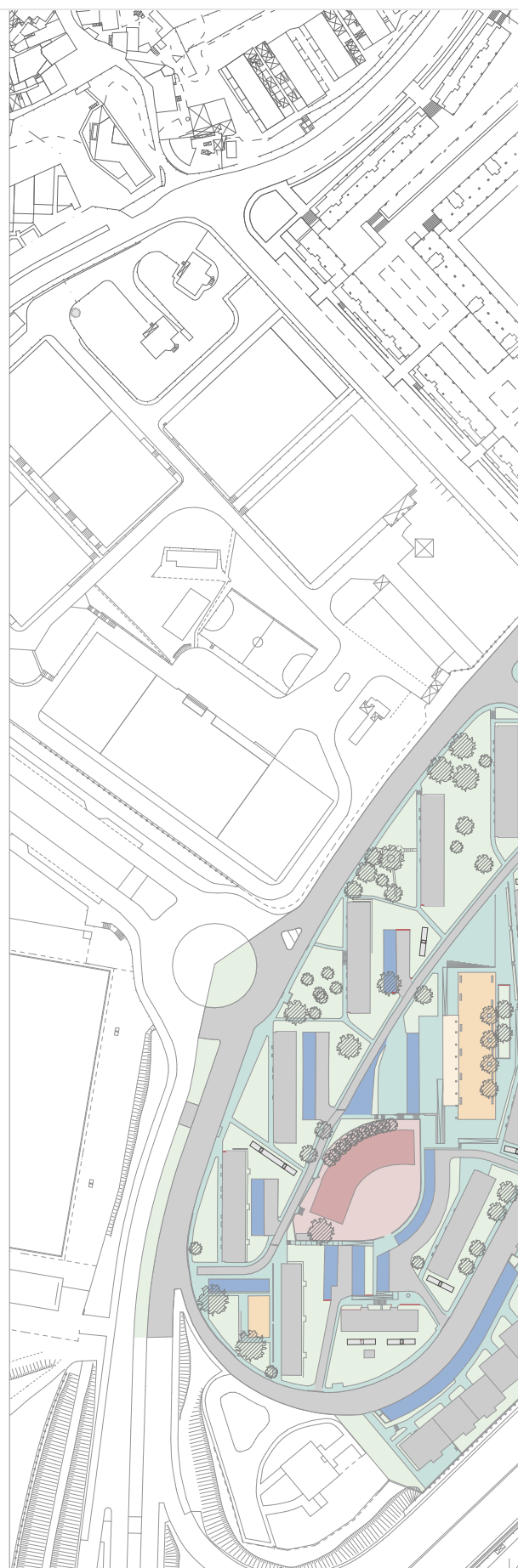
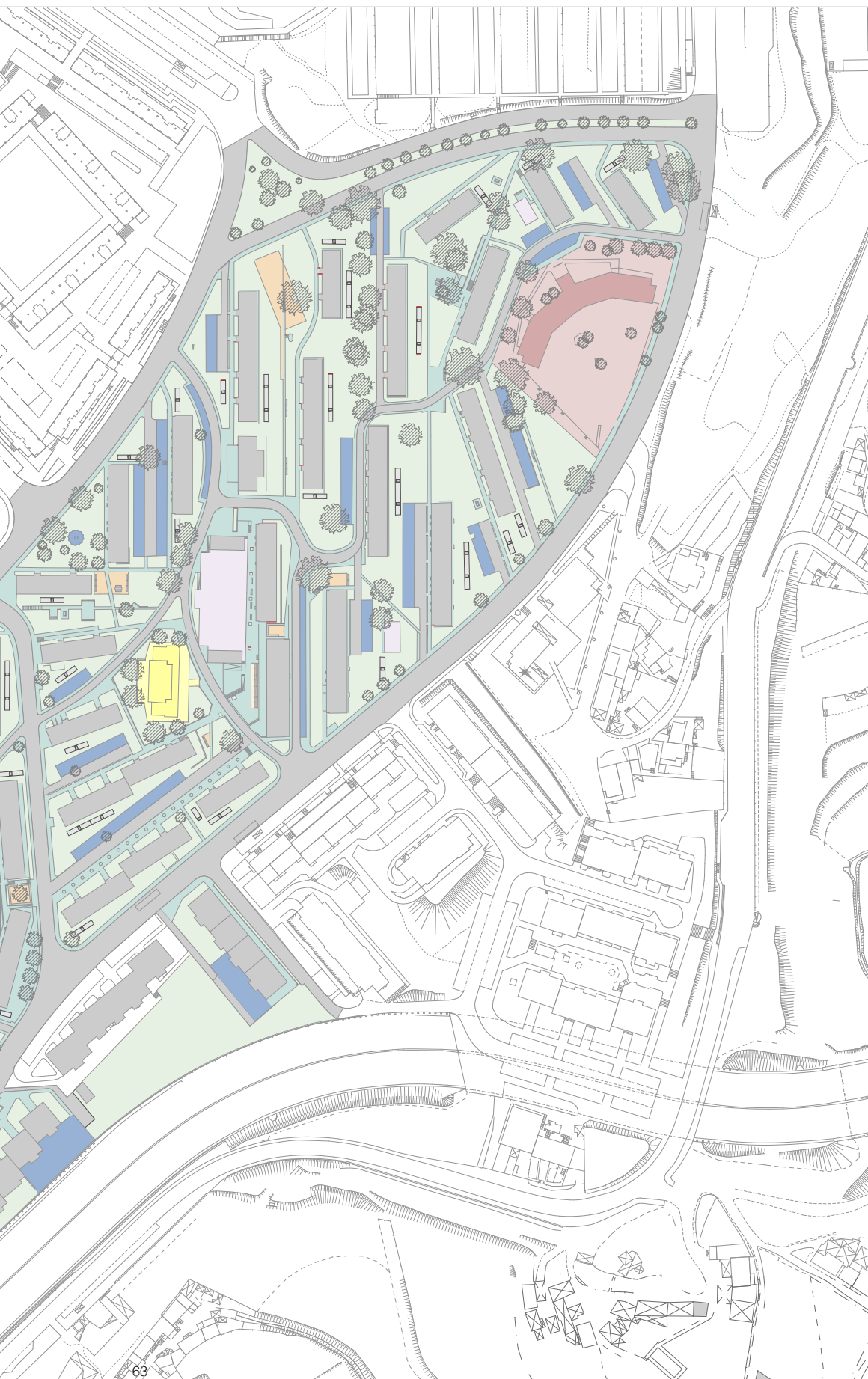


Fig 65. Planta do Bairro do
Cerco do Porto. Produção
própria



0 10 50

D. O ESPAÇO PÚBLICO COMO CENÁRIO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Tendo o território físico analisado, falta refletir sobre a influência que uma reabilitação numa realidade já desenvolvida e com características tão próprias tem para quem vive nela. Refletir sobre o meio social que corresponde ao território intervencionado, adaptando o projeto a quem o habita é a ferramenta para um resultado mais eficaz.

Na busca de entender como o meio físico pode fomentar melhores comportamentos e relações sociais, surge o conceito de psicologia ambiental que tem como objeto de estudo “o comportamento e bem-estar humanos na relação com o ambiente físico e social envolvente”¹. Este conceito foi sofrendo algumas alterações até ao ponto de atualmente se considerar que “os espaços por si só não geram efeitos – o espaço pode ser a sede de qualquer efeito. O que gera efeitos é a interação de pessoas concretas com espaços concretos”.²

Sendo assim, o papel da arquitetura provavelmente passará mais por criar espaços públicos propícios à boa interação entre os moradores. Mesmo que se entenda que a arquitetura por si só não consegue definir que tipo de atividades se irão desenrolar em certo espaço, esta pode influenciar o desenvolvimento de certo tipo de interações. Uma cidade inundada por crianças a brincar na rua é uma cidade saudável.

Não será novidade referir que o caso dos bairros sociais tem especificidades diferentes. Neste contexto particular entende-se que a insegurança de quem vem de fora em paralelo com a desconfiança de quem vive dentro do bairro dá origem a dois olhares diferentes sobre o espaço público e as possíveis problemáticas do mesmo. Também este estigma de parte a parte dificulta a tão necessária mistura social.³

O que acontece muitas vezes é que existe uma imagem criada sobre os moradores dos bairros e que dificilmente se subverte, tornando-se também mais fácil para estes relacionarem-se com pessoas que sofrem desse mesmo estigma, promovendo a auto-exclusão. O receio da urbe em conhecer o espaço marginalizado torna-se igual ao desinteresse deste mesmo espaço de conhecer a cidade.⁴

Aqui não se pretende descredibilizar o meio distinto em que se vive entre a cidade e a periferia, ou os problemas sociais destes bairros,

¹STOKOLS, D. & ALTMAN, I (1987). Handbook of Environmental Psychology. New York: John Wiley & Sons, Inc, página 1

²FIÃES, Alexandra Guimarães (Porto, 2020). Trocar os pobres pelos ricos: narrativas sobre o realojamento do bairro do aleixo. Um estudo exploratório. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, página 3

³BORDIN, Irene (Porto, 2021). Vulnerabilidade e isolamento. Reflexões sobre o papel da arquitetura na solidão a partir da análise de três bairros na cidade do Porto. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, página 46

⁴FIÃES, Alexandra Guimarães (Porto, 2020). Trocar os pobres pelos ricos: narrativas sobre o realojamento do bairro do aleixo. Um estudo exploratório. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, páginas 9 e 10

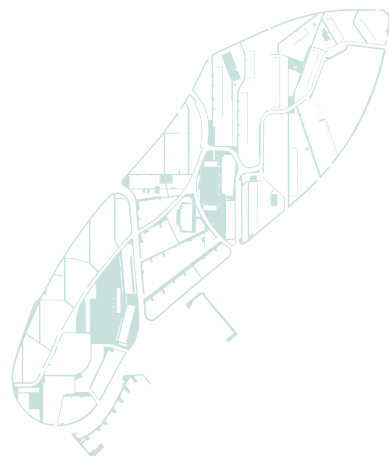
Fig 66. Planta de espaço dedicado ao automóvel. Produção própria

Fig 67. Planta de áreas verdes. Produção própria

Fig 68. Planta de espaço público de pavimento duro. Produção própria



0 50 150



mas esta disparidade pode ser vista de vários ângulos, sobretudo quando se fala do ponto de vista humano.

Por um lado, vemos um centro urbano de uma cidade europeia, que conta com todos os equipamentos e serviços num raio de poucos quilómetros, por outro lado um conectar diário e indiferente com um monte de anónimos. Uma cidade na procura constante de se modernizar, perdendo a autenticidade.⁵ Metaforicamente, poder-se-á dizer que é como colar as fachadas ao chão e ir modernizando para trás, como uma capa superficial. Não será isto mesmo que se quer evitar na reabilitação de uma realidade social já pré-concebida?

Já os bairros sociais são a “camada invisível” de um Porto que aparece representado pela Torre dos Clérigos ou pelos passeios na Ribeira⁶, e podem ser comparados quase a uma aldeia, tanto pela questão geográfica, como pelo tipo de ambiente e relação entre os moradores. Além disso, cria-se uma ideia nestes ambientes de necessidade de defender as “gentes do bairro dos de fora”, uma ideia de união face a estigmas e problemas comuns.⁷

Sendo assim, não só das pessoas de fora se faz o medo e a insegurança de viver o espaço público do bairro e é por isso relevante refletir sobre vários conceitos que se pretendem preservar. Em primeiro lugar, pensar sobre a disparidade espaço público / espaço privado. Aqui enquanto que o espaço público se torna representado pela insegurança, o espaço privado torna-se o conforto.⁸

No entanto, bem sabemos que a ideia de espaços públicos deverá funcionar sempre como o espaço de relações em que os cenários vividos são criados pelas pessoas, pela sociabilidade, pela discussão e pela interação humana, devendo também produzir esse conforto através dessa convivência. A arquitetura tem então o papel de se moldar ao que se deseja de um certo espaço que é, neste caso, o de fazer criar conexão e união de todas as partes.⁹

Idealmente o objetivo seria transpor o conforto ligado ao espaço privado para o espaço público – a ideia de trazer a vida doméstica para o espaço público - e conjugá-los com espaços de transição equilibrados. O espaço público e o espaço de transição vão garantindo valor um ao outro. O desenrolar de cenas nos espaços de transição são os primeiros elementos que fazem as pessoas terem vontade de abandonar a casa e estenderem as suas convivências para as ruas.¹⁰

No entanto, quando se desenham espaços cuja maior intenção é a da segurança, tende-se a criar espaços separados, individualizados. A chave da intervenção aqui é a de procurar conjugar essa

⁵ **MARQUES**, Francisca (Porto, 2016). Projecto para uma rede urbana. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Caderno 1, página 31

⁶ *Idem*, página 38

⁷ **FIÀES**, Alexandra Guimarães (Porto, 2020). Trocar os pobres pelos ricos: narrativas sobre o realojamento do bairro do aleixo. Um estudo exploratório. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, página 30

⁸ **BORDIN**, Irene (Porto, 2021). Vulnerabilidade e isolamento. Reflexões sobre o papel da arquitetura na solidão a partir da análise de três bairros na cidade do Porto. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, página 46

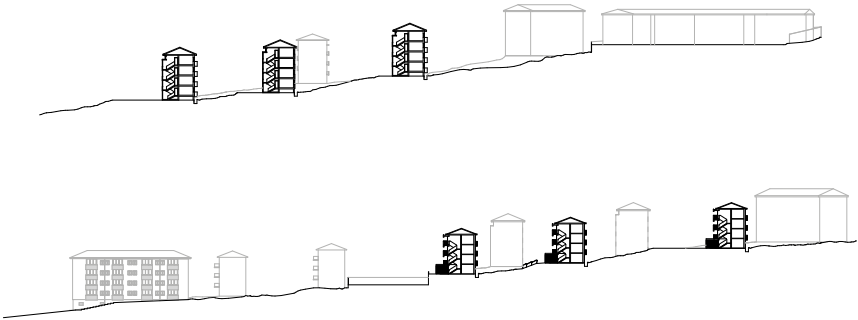
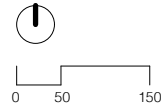
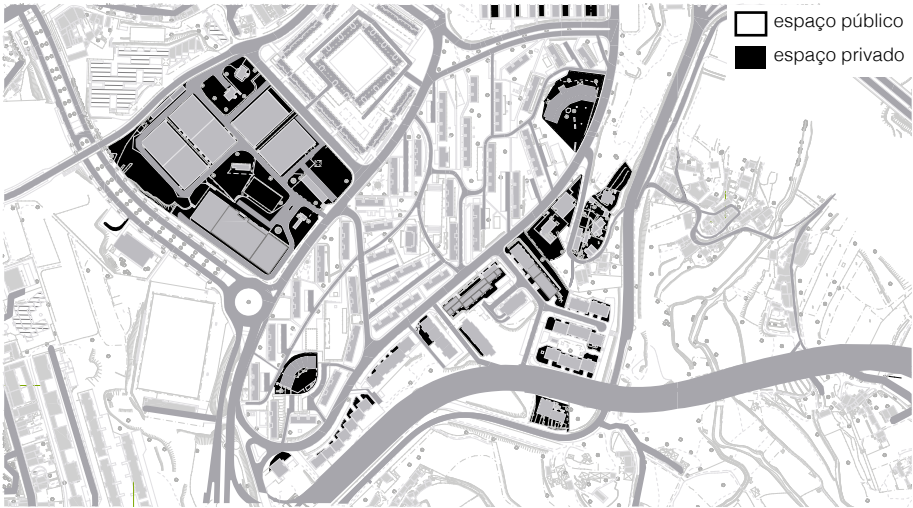
⁹ *Idem*, página 53

¹⁰ *Idem*, página 74

Fig 69. Planta de espaços públicos / espaços privados. Produção própria

Fig 70. Cortes e perfis do Bairro do Cerco do Porto. Produção própria

Fig 71. Cortes e perfis do Bairro do Cerco do Porto. Produção própria



segurança, evitando segregação. Só uma harmoniosa relação entre os dois pode resultar num espaço público de convivência e partilha. Uma cidade completamente segura é uma cidade que se fecha às interações sociais?¹¹

O objetivo da arquitetura será sempre de a tornar mais humana e procurar ser desenhada para quem a vive e faz dela casa. A importância do espaço público surge da necessidade inerente dos humanos de interagirem e, assim, produzirem felicidade. Não pode ser só criar espaços que cumpram o seu papel - de circulação ou passagem -, é necessário criar espaços que impulsionem a coesão social e que não seja só um caminho que somos obrigados a fazer nos roteiros do nosso dia a dia. Só assim se poderá “humanizar a arquitetura”¹². Procura-se a criação de espaços que convidem as pessoas a permanecer e as pessoas só param no espaço público quando as condições reunidas favorecem essa permanência.¹³

Mas, como se pode saber como criar espaços de permanência? O que nos traz afinal insegurança e desconforto? É só a degradação? São as pessoas que o habitam? São consequências do nosso imaginário sobre estes sítios?

Será também importante realçar que as pessoas cuidam dos espaços quando estes lhes conferem algum sentimento afetivo. Nas intervenções de reabilitação, tornar as pessoas parte do processo é essencial para lhes dar esse carinho pelo construído e garantir que não cairá no esquecimento e consequente degradação.¹⁴

Bem sabemos que as pessoas têm tendência a proteger ambientes e coisas com que se identificam e, então, é esse sentimento de pertença – segurança, estabilidade, familiaridade, intimidade - que evita a degradação dos espaços existentes e dos espaços criados. Quando as pessoas veem no espaço que habitam um pouco da sua identidade, tendencialmente procuram preservá-lo.¹⁵

¹¹ **BORDIN**, Irene (Porto, 2021). Vulnerabilidade e isolamento. Reflexões sobre o papel da arquitetura na solidão a partir da análise de três bairros na cidade do Porto. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, página 48

¹² **AALTO**, Alvar (1940). “A Humanização da Arquitectura”, em *The Technology Review*, Cit. In SCHILDT, Goran, “De Palavra Y Por Escrito”. El Croquis

¹³ **BORDIN**, Irene (Porto, 2021). Vulnerabilidade e isolamento. Reflexões sobre o papel da arquitetura na solidão a partir da análise de três bairros na cidade do Porto. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, página 81

¹⁴ *Idem*, página 110

¹⁵ **FIÃES**, Alexandra Guimarães (Porto, 2020). Trocar os pobres pelos ricos: narrativas sobre o realojamento do bairro do aleixo. Um estudo exploratório. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, página 4

Fig 72. Parques de Aldo Van Eyck: Zeedijk, 1956

Fig 73. Parques de Aldo Van Eyck: Zadijk, 1956

Fig 74. Parques de Aldo Van Eyck: Bernhard park, 1968



E. AS CRIANÇAS DO BAIRRO DO CERCO DO PORTO

“The child knows no other law than the spontaneous feeling of being alive and knows no other imperative than to act it out.”¹

A figura da criança ganha grande destaque no discurso arquitetónico pelo “Team X” que defendia uma postura crítica em relação à visão racional e funcional defendida pelos CIAM no período do pós guerra. Nos painéis apresentados as crianças surgem como símbolo de uma ingenuidade que se procura preservar, como símbolo da vida e da liberdade e como a esperança de um futuro melhor.²

Aqui dever-se-á realçar as propostas e ideias de Alison e Peter Smithson e também do arquiteto Aldo Van Eyck no CIAM X em 1956 que vem resgatar e desenvolver algumas das ideias do casal inglês, com a diferença de apresentar soluções reais para a inserção da criança no espaço urbano. Também Aldo Van Eyck defendia uma postura crítica face ao funcionalismo defendido pelos CIAM, tomando como exemplo a forma arbitrária como as crianças se movem no espaço.³

Estas ideias são materializadas nos parques de Amesterdão, onde o arquiteto reconhece a importância dos mesmos na criação de um sentido de comunidade e identidade que estes parques representavam para a requalificação das cidades no período do pós guerra. Este parques, à grande escala, criavam toda uma rede de espaços públicos equilibrados que permitiam uma profunda requalificação a nível urbano.⁴

“A child-friendly city is a city that leaves no one behind”⁵

Para o ser humano, na generalidade, a família representa o primeiro laço que existe nas nossas vidas. A forma como a família se relaciona entre si e com os outros representa a primeira forma de socializar conhecida por uma criança. É aqui onde as crianças constroem a sua identidade e iniciam o seu processo de socialização.⁶

Também o meio onde a criança nasce e se desenvolve tem um papel fulcral e primordial na construção deste imaginário e na percepção das realidades sociais. Uma criança que nasce num bairro social não verá o meio envolvente e o mundo exterior da mesma forma que uma criança que nasce e cresce numa zona considerada “valorizada”.⁷

¹ LEFAIVRE, Liane, and Döll (Rotterdam, 2007). “Ground-up City Play : Ground-up City : Play as a Design Tool”, 010 Publishers, página 36

² MARTINHO, Joana Isabel Pereira (Porto, 2014). O espaço para a criança na cidade. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, páginas 59 e 61

³ *Idem*, página 65

⁴ *Idem*, página 67

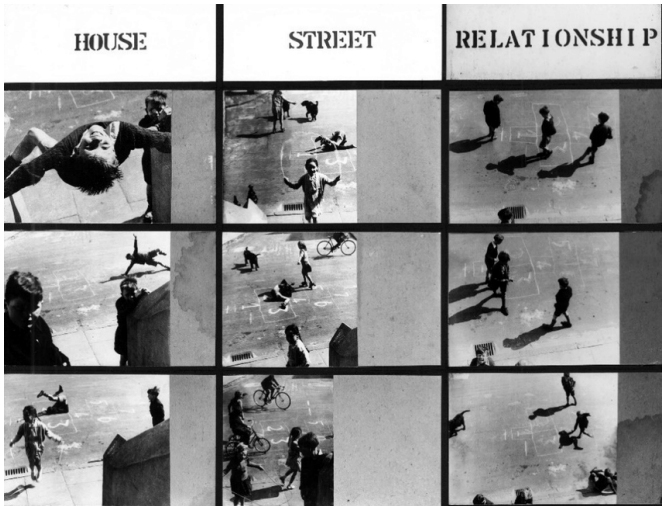
⁵ UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. Disponível em: <https://www.unicef.org/belarus/en/child-and-adolescent-friendly-cities>

⁶ PEREIRA, Maria João Pinho (Minho, 2011). A Infância no Bairro do Lagarteiro: Modos de Ser Criança em Territórios de Exclusão. Dissertação de mestrado em Sociologia da Infância pela Universidade do Minho, página 19

⁷ *Idem*, página 20

Fig 75. “Urban re-identification grid: Panel 1”, 1953.
 Fonte: Courtesy of Smithsonian Family Archive

Fig 76. “Aldo van Eyck’s Lost Identity grid for CIAM 10”
 (Dubrovnik, 1956)



the problem

1

LOST IDENTITY

a city without the child's particular movement is a paradox. the child discovers its identity against all odds, damaged and damaging, in perpetual danger and incidental sunshine.

example: the child and the city

symbol towards a partial solution

2

hand in hand with whatever represents imagination unhusked the child survives edged towards the fringes of our attention, an emotional and unproductive quantum.

snow! the child takes over, yet what it needs is

something far more permahent than snow.

71

Também será de realçar que as crianças que vivem associadas a estas problemáticas de pobreza, exclusão e precariedade social apresentam mais dificuldades em sair de uma realidade que é para eles a única conhecida. A verdade é que acabam a normalizar certo tipo de comportamentos, recriando a realidade que conhecem. Será este o primeiro passo para entrar numa marginalidade precoce?⁸

⁸ PEREIRA, Maria João Pinho (Minho, 2011). A Infância no Bairro do Lagarteiro: Modos de Ser Criança em Territórios de Exclusão. Dissertação de mestrado em Sociologia da Infância pela Universidade do Minho, páginas 20 e 22

Assim, a arquitetura por si só não terá o poder de modificar ou transformar uma realidade social, mas poderá ter o papel de criar espaços mais saudáveis e aprazíveis para o desenvolvimento das crianças. O espaço público, o exterior, como espaço onde se dá o desenrolar da infância deverá representar esses mesmos valores que se pretendem criar e/ou preservar.

Fig 77. "Hotel dos bichos".
Projeto "Summer School" realizado pela URBiNAT. Bairro do Ingote, Coimbra. Fotografia da autora

Fig 78. Projeto "Summer School" realizado pela URBiNAT. Bairro do Ingote, Coimbra. Fotografia da autora

Fig 79. Projeto "Summer School" realizado pela URBiNAT. Bairro do Ingote, Coimbra. Fotografia da autora



[Notas do terreno]

⁹ Ricardo Lopes (associação OUPA, morador do Bairro do Cerco do Porto) em Notas de Conferência no Lagartixa Park, 29 de Maio de 2021

“A diferença entre o ser surpreendido, a desconfiança que isso pode criar, e um projeto acarinhado; É chegar e não arrombar a porta, bater e perguntar se podemos entrar”.⁹

Chego ao Bairro do Cerco do Porto de carro. No meio de várias ruas de dois sentidos, sinto-me perdida e, apesar de conhecer de cor toda a planta do bairro, já não sei em que zona me encontro. Depois de percorrer quase todas as ruas, creio eu, tentando não assustar nenhum peão que se desloca naturalmente no meio das ruas destinadas aos automóveis, chego várias vezes a ruas sem saída e demasiado estreitas para poder fazer inversão de marcha.

Acabo por pedir indicações a uma senhora que lava a roupa num dos tanques abandonados que estão em vários sítios pelas ruas. A senhora indica-me o sítio onde me devo dirigir, a sede do “Espaço Todos”, alertando-me para não andar a pedir indicações dada a desconfiança que poderá causar nos restantes moradores que por ali fazem as suas atividades.

Desloco-me ao local desejado enquanto várias pessoas, maioritariamente homens que parecem ocupar mais as ruas, me olham com um ar desconfiado. Por fim, perguntam-me o que faço ali, frisando que “meninas da cidade não costumam por aqui andar”, e quando lhes digo que vou fazer uma atividade com as crianças parecem ficar tranquilizados, ainda que me expliquem que muitas vezes a polícia aparece ali em carros descaracterizados e que “nunca se sabe em quem confiar”. Tranquilizo-os garantindo que não será um desses casos e sigo para o “Espaço Todos”, junto do bloco 25.

Chego à sede e duas meninas (que deixarei, a par com todas as crianças que falarei de seguida, em anonimato) de novo me questionam o porquê de ter escolhido aquele sítio para realizar uma atividade, enquanto me contam que sem ser as pessoas responsáveis pelas associações que ali realizam iniciativas, é raro verem “caras novas” e pessoas que “vêm do Porto”. Daí para a frente acabo por me aperceber que se referem sempre ao centro da cidade como “o Porto”, esquecendo-se que também elas vivem na cidade invicta.

Depois de uns longos minutos sem grande conversa e muitos olhares desconfiados, acabam por me perguntar como me chamo, realçando de novo que não percebem o motivo para ter escolhido aquele sítio para ali estar, e a sua desconfiança e desprezo iniciais transformam-se em curiosidade, enquanto partilham comigo o que têm feito desde que estão de férias. Contam-me que nunca saem muito dali, mesmo no verão, porque os pais têm “negócios no bairro

Fig 80. Bairro do Cerco do Porto. Fotografia da autora

Fig 81. Bairro do Cerco do Porto. Fotografia da autora

Fig 82. Bairro do Cerco do Porto. Fotografia da autora



e não têm dinheiro para sair muito dali”.

De seguida, contam-me que os “mais velhos do bairro” colocaram ali umas piscinas de plástico para as crianças terem com que se entreter, uma vez que “só os moradores é que fazem ali qualquer coisa, porque de resto ninguém quer saber deles”. Vou com elas até ao bloco 8 para que me mostrem as tais piscinas e quando lá chegamos explicam-me que nunca duram muito tempo, porque os adultos “fazem parvoíces quando bebem e destroem as nossas piscinas”. Para além disso, explicam-me que, tal como todos os outros sítios do bairro, acabarão por ficar cheias de lixo porque “a Câmara não quer saber do nosso bairro” e realçam que “não sabem há quanto tempo não vem ali alguém a limpar”.

De facto, olho em volta e a coisa mais alarmante que me salta à vista é o lixo espalhado por todo o lado. De entre toda a lixeira que cobre o bairro, as crianças que entretanto se juntaram contam-me também que de tudo, o que mais as incomoda são “as seringas deixadas por todo o lado”.

Apesar de tudo isto, reflito sobre o sentido de comunidade que ali se vive, assemelhando-se a uma verdadeira aldeia. As senhoras gritam de uma varanda para a outra falando de coisas mundanas, como o facto de “hoje ter sido roubada nas finanças”. Para além disso, em todos os blocos há música a tocar e dada a indiferença das pessoas, acredito que deverá ser um costume habitual por ali. Todas as pessoas com que me cruzo com aquelas crianças cumprimentam-nas e param para trocar algumas palavras também comigo ainda que em vários momentos, e principalmente os homens, se dirijam a mim com um tom um tanto hostil.

À medida que me vão mostrando o resto do bairro, reparo que existe alguma debilidade no que toca aos serviços, como cabeleireiro, farmácia, supermercados, etc. Questiono as crianças que me acompanham sobre esse assunto e elas explicam-me que ali só existem duas pequenas mercearias e que para o resto têm que sair um pouco mais fora do bairro. Explicam-me que antes comprava-se os produtos alimentares nas feiras, mas que as feiras “já não são o que eram” e que “já ninguém lá compra nada”.

De seguida, de forma distraída acabo por liderar eu o caminho, e quando inocentemente me aproximo do bloco x, as crianças apressam-se a dizer que será melhor não passar ali, explicando-me que é o sítio onde se dá a compra e venda de substâncias ilícitas. Contam-me ainda que “houve uma rusga na Pasteleira” e que naquela manhã todos se tinham movido para ali, para continuar a sua atividade.

Fig 83. Bairro do Cerco do Porto. Fotografia da autora
Fig 84. Bairro do Cerco do Porto. Fotografia da autora
Fig 85. Bairro do Cerco do Porto. Fotografia da autora



Inquieta-me o facto de, à medida que conheço melhor aquelas crianças, me dar conta de que se preocupam com algumas coisas que não são normais para a sua idade e que lhes carece um pouco da inocência que representa a sua faixa etária.

Aí convidam-me a conhecer o campo de futebol, dizendo que “se sou arquiteta”, lhes podia “arranjar o campo de futebol, porque já ninguém joga lá. As redes estão partidas e as placas de madeira não permitem que se veja das bancadas para o campo”. Apesar disso, confessam que o maior problema ali continua a ser que há tanto lixo que “já ninguém tem coragem de ir para lá”.

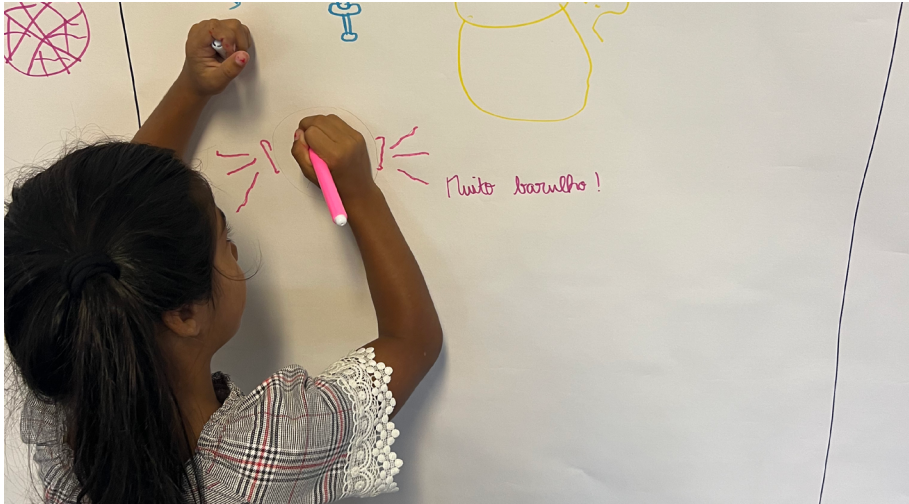
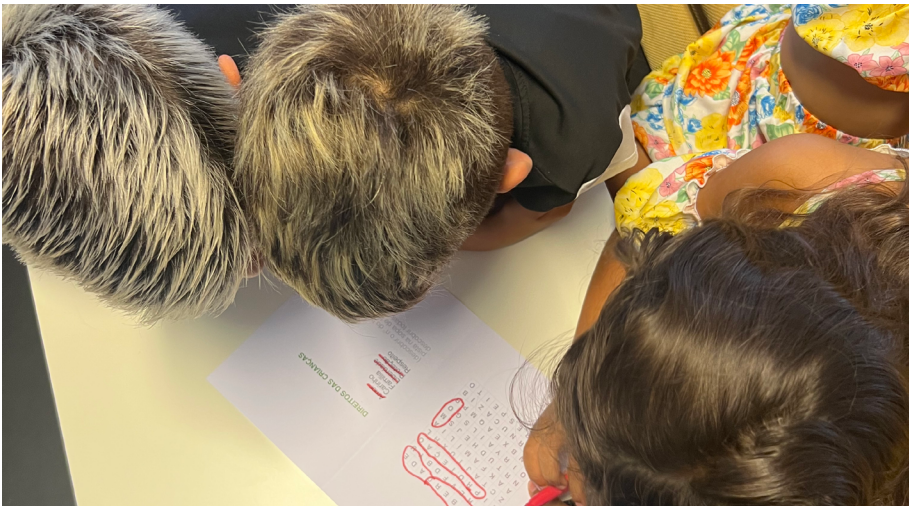
Por fim, explicam-me que não querem sair dali no futuro, porque creem, com demasiada convicção, que ninguém quer “as suas gentes” para nenhuma escola ou trabalho “no Porto”. Noto uma clara falta de esperança no que o futuro lhes poderá reservar e inquieta-me o facto de terem a certeza que estarão até à idade adulta “condenadas” àquela realidade.

Voltamos para a sede do “Espaço Todos” para preparar então a “Caça ao Tesouro” que se irá realizar na semana seguinte.

Fig 86. Atividade com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, “Espaço Todos”. Fotografia da autora

Fig 87. Atividade com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, “Espaço Todos”. Fotografia da autora

Fig 88. Atividade com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, “Espaço Todos”. Fotografia da autora



E.1 TRABALHO DE CAMPO COM AS CRIANÇAS E JOVENS DO BAIRRO DO CERCO DO PORTO

Na busca de tentar entender qual seria o mote para a presente dissertação, um ponto fulcral que ficou desde cedo estabelecido foi que a proposta de reabilitação se teria que focar no espaço público e não no edificado, como é o caso da maior parte das anteriores reabilitações.

Em segundo lugar, dado que a proposta de reabilitação se pretende focar nas crianças e jovens do Bairro do Cerco do Porto, e na reabilitação de um espaço que pertence aos moradores e que nas suas necessidades é focado, o princípio fundamental é o de fazer uma ação participativa junto dos que melhor conhecem e vivem o território. Este representa a camada de afetividade final que carece de muitas propostas de reabilitação.

Tendo este ponto estabelecido faltará refletir sobre como incluir estas crianças e jovens, tornando-os verdadeiros agentes da mudança. A questão basilar desde o início centrou-se na forma como se poderia retirar esta informação, aproveitando uma certa inocência e franqueza característica da faixa etária, sem ser um processo invasivo, mas antes participado.

Sendo assim, após várias reflexões e ideias, surge a vontade de criar um ambiente lúdico e que ainda assim dê respostas sobre as maiores necessidades destas crianças e jovens. Neste contexto surge a ideia, com a ajuda do projeto URBiNAT, de criar uma “caça ao tesouro” pelas ruas do Bairro do Cerco do Porto, onde as crianças são, ao mesmo tempo, convidadas a realizar uma série de jogos enquanto são desafiadas a refletir sobre alguns problemas que sentem no espaço onde crescem.

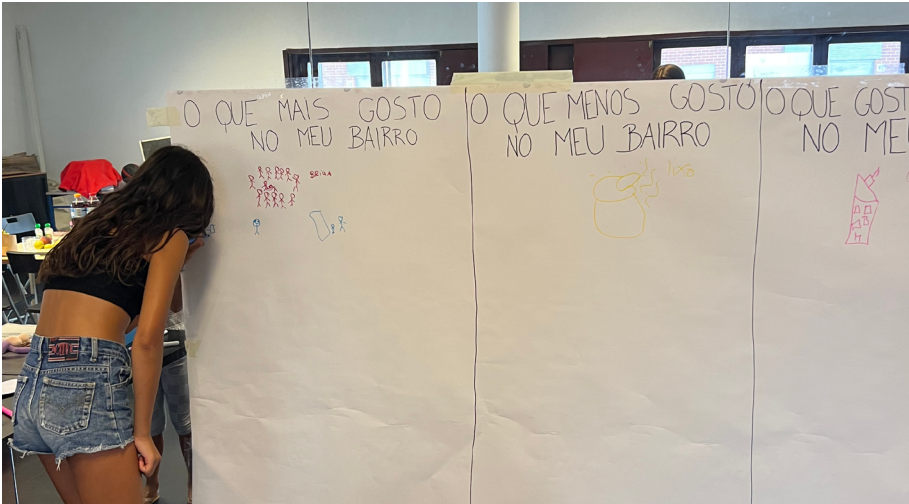
Aqui, o objetivo passa por tentar entender quais são as questões que se quer que sejam levantadas e ponderar a melhor forma de as transformar em desafios e atividades didáticas, de forma a captar a atenção e vontade de participar nestas crianças e jovens.

Em primeiro lugar, e de um ponto de vista mais abrangente, será importante tentar perceber se de facto a segregação centro / periferia existe mesmo e de que forma é sentida pelos mais jovens. Esta questão acabou por ser parcialmente confirmada mesmo antes do início da atividade, quando me deparei com a noção alienada que as crianças têm ao considerarem apenas o centro da cidade, “o Porto”, tal como mencionado no anterior capítulo.

Fig 89. Atividade com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, “Espaço Todos”. Fotografia da autora

Fig 90. Discussão sobre a atividade com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, “Espaço Todos”. Fotografia da autora

Fig 91. Discussão sobre a atividade com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, “Espaço Todos”. Fotografia da autora



A forma de transformar esta importante questão e aplicá-la ao jogo passou pela criação de um quadro composto pelas colunas “conheço / não conheço”, onde os participantes foram desafiados a colocar as fotografias de espaços emblemáticos do Porto a par com outros bairros e zonas geograficamente mais próximas do seu bairro, e colocá-las nas respetivas colunas.

Em segundo lugar, pareceu-me fulcral tentar entender quais seriam as zonas do Bairro do Cerco do Porto que, aos olhos dos participantes, lhes conferem mais ou menos interesse, na busca talvez de encontrar um padrão e tentar entender que zonas precisam de ser transformadas por terem pouco interesse para estas crianças e jovens, e que zonas é urgente preservar e requalificar por serem os locais favoritos para o desenrolar das suas atividades.

Assim, um dos desafios que foi criado, convidava os participantes a ordenarem de 1 a 10 os espaços que mais usam e que menos usam, através da colocação dos respetivos números em zonas previamente marcadas no mapa do bairro, com o auxílio de fotografias dessas mesmas zonas.

Assim, até este ponto continua a faltar perceber o que realmente precisa de mudar e em que pontos é urgente atacar desde logo. Surge aqui uma atividade que busca tocar nos pontos mais importantes separando em três colunas: “o que mais gosto no meu bairro / o que menos gosto no meu bairro / o que gostaria de mudar no meu bairro”, onde os participantes são convidados a desenhar livremente em qualquer uma das colunas.

Por fim, e na mesma linha de pensamento, surge um último desafio, que procurar refletir e tornar legíveis os aspetos mais importantes no espaço público do ponto de vista das crianças e jovens do Bairro do Cerco do Porto. Neste ponto, são designados alguns aspetos comuns que são muitas vezes prejudiciais em várias realidades e os participantes deverão assinalar quais os mais importantes e urgentes para si.

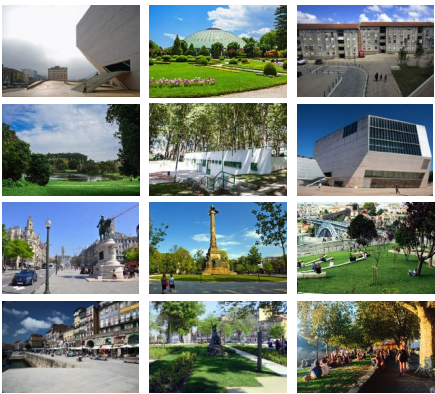
Assim, partindo de certos princípios, como a possibilidade de retirar os automóveis no espaço público do bairro, o de criar mais espaços de convívio e mais parques, a criação de mais espaços para circulação de bicicletas, mais áreas verdes e zonas de água, menos sujidade, mais segurança, mais iluminação, menos ruído e mais espaços dedicados ao desporto e/ou à cultura (auditório ao ar livre), consegue-se entender melhor quais são as suas prioridades e que questões realmente causam desconforto.

Em suma, surge um conjunto de desafios que obrigam à reflexão

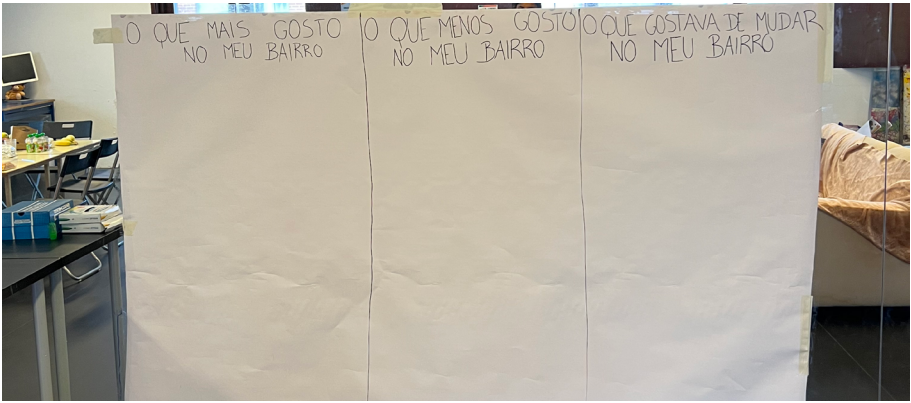
Fig 92. Atividade 1 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, formato digital
Fig 93. Atividade 2 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, formato digital
Fig 94. Atividade 3 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, formato digital
Fig 95. Atividade 4 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, formato digital

CONHEÇO

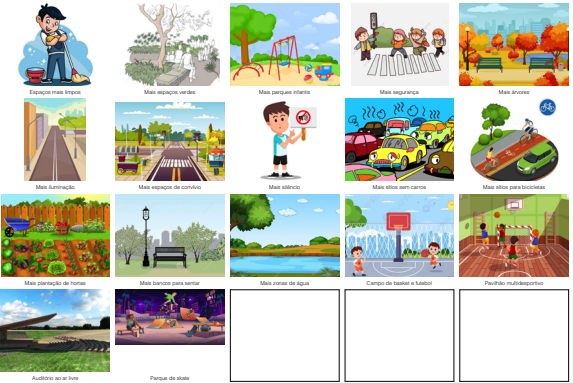
NÃO CONHEÇO



- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10



Dos seguintes aspetos assinala os 5 que mais gostarias de melhorar no bairro



sobre o espaço onde vivem. Por um lado, entender o que mais gostam, os espaços que menos gostam e o que gostariam de mudar no seu bairro. A par com tudo isso, alguns momentos de reflexão sobre que zonas da cidade do Porto conhecem além do seu bairro e que podem ajudar a confirmar alguma segregação espacial. Para além disso, destacar as zonas do bairro que as crianças mais utilizam no desenrolar das suas atividades e quais são as suas maiores urgências no espaço público do bairro.

Tendo essa parte concluída, pretende-se analisar os dados e criar uma proposta de reabilitação que procure responder de forma direta a esses problemas.

ANÁLISE DOS DADOS

Em primeiro lugar, para o presente trabalho contou-se com a participação de dez crianças e jovens do Bairro do Cerco do Porto, com idades compreendidas entre os 6 e os 13 anos de idade.

Posto isto, e na sequência das respostas recolhidas do desafio número 1 [Figura 96], compreende-se que existe de facto um desconhecimento grande das crianças e jovens que participaram da atividade face a alguns dos mais relevantes pontos da cidade do Porto.

Aqui poder-se-á destacar o facto de nenhuma das crianças visadas conhecer locais tão importante da cidade invicta como o caso do jardim da Cordoaria, o jardim das Virtudes e o jardim do Morro, ou o facto de apenas os participantes de um grupo conhecerem a zona da Rotunda da Boavista, a Ribeira do Porto ou os Aliados.

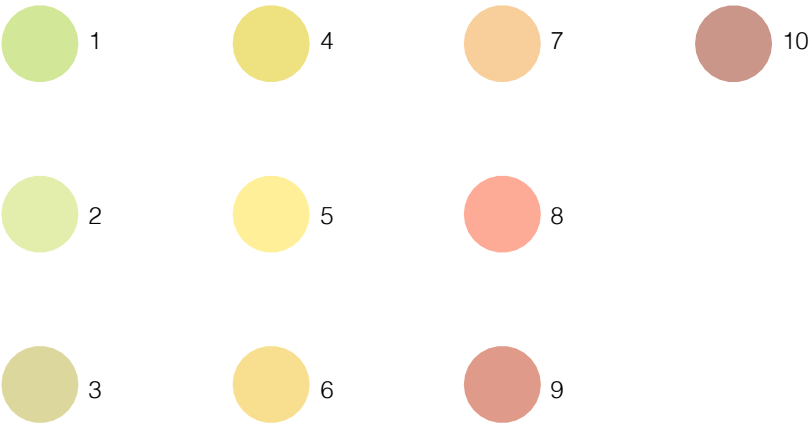
Esta atividade serve, no fundo, de mais uma evidência da segregação espacial que existe entre o centro e a periferia. Esta desconexão torna-se mais visível pelo facto de todas as crianças conhecerem a Praça da Corujeira ou o Bairro do Lagarteiro, zonas provavelmente desconhecidas por crianças e jovens que crescem em zonas “valorizadas”.

Já no que diz respeito ao segundo desafio, desde logo se repara na disparidade de interesse, e consequentemente, de uso entre a zona norte do bairro, que representa a localização dos espaços menos usados, e a zona sul do bairro que representa, em contrapartida, os espaços que mais têm interesse para as crianças e jovens do Bairro do Cerco do Porto.

Fig 96. Análise dos dados da atividade 1 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto. Produção própria

Fig 97. Análise dos dados da atividade 2 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto. Produção própria

Fig 98. Legenda da análise dos dados atividade 2 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto. Produção própria



Assim, as zonas mais representadas pela cor verde [Figura 97], e portanto, as zonas mais usadas pelos participantes, são principalmente o espaço junto dos blocos 8 e 9, onde está um longo espaço de pavimento impermeável acompanhada de bancos em toda a sua extensão. Para além disto, também o espaço junto do bloco 1 que conta na sua proximidade com um pequeno Supermercado e uma Confeitaria.

Já as zonas representadas pela cor amarela [Figura 97], que representam os números intermédios, contam com o espaço entre a Escola e o bloco 6, a zona entre os blocos 11 e 12 onde existe um espaço de pavimento impermeável e de circulação automóvel proveniente de um dos eixos viários que corta transversalmente o bairro. Ainda, o espaço criado entre os blocos 15 e 16, onde existe a paragem de autocarro mais utilizada pelos moradores e que é constituída por alguma arborização; ainda a zona onde está localizado o mercado da levante e o campo de futebol e a zona traseira da sede do “Espaço Todos” à frente do bloco 24, na Rua Alijó.

Por fim, as zonas mais apontadas pela cor vermelha [Figura 97], situam-se nas zonas mais próximas na Escola EB1 e Jardim de Infância. Aqui fala-se do espaço que contempla o tardo do bloco 21 onde existe um pequeno espaço de pavimento impermeável vedado, também a zona junto dos blocos 27 e 30 onde existe uma pequena zona de convívio, e ainda o espaço entre os blocos 31 e 32, onde a impossibilidade de passagem da respetiva estrada para a Rua Vila Nova de Foz Côa é causadora de alguns problemas de circulação.

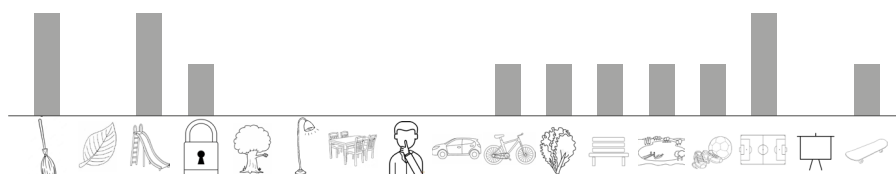
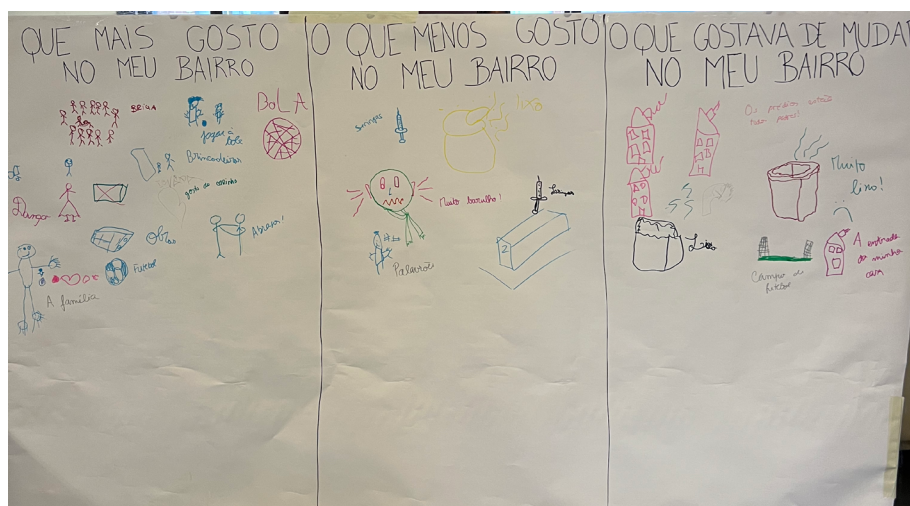
Passando agora para o desafio número três [Figura 99] que permite aos participantes expressarem com a maior liberdade o que realmente os incomoda, as respostas, apesar de variadas, são dotadas de alguma unanimidade do que diz respeito a certos aspetos.

Aqui são apontadas várias questões sociais que preocupam estas crianças e jovens e que já vêm a ser expostas ao longo da dissertação, a par com questões realmente de espaço público.

Por um lado, apontam diversas vezes o gosto pelas atividades ao ar livre, tais como os jogos de futebol ou a dança. Por outro lado, questões como o lixo espalhado pelo bairro, ou as seringas deixadas pelo chão e o ruído são as maiores causas de aversão e devem ser tomadas em conta logo à partida.

No último desafio, os participantes destacam os aspetos que mais lhes importam ou que mais fazem falta. À partida, e como se poderá verificar no gráfico síntese [Figura 100], sobressai a vontade de

Fig 101. Legenda da análise dos dados atividade 4 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto. Produção própria



existir um campo de futebol que de facto possa ser utilizado, a par com espaços mais limpos e mais zonas de parque infantil.

Para além disto, destaca-se ainda a vontade de haver mais segurança no Bairro do Cerco do Porto, a existência de zonas para circulação de bicicletas, hortas comunitárias, mais zonas de bancos e mais zonas de água. Ainda, apontam para a falta de um pavilhão multi-desportivo e de um parque de *skate*.

F. PROPOSTA DE REDESENHO DO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO DO CERCO DO PORTO

¹ MARQUES, Francisca (Porto, 2016). Projecto para uma rede urbana. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Caderno 1, página 58

² EIIICP Estratégia de intervenção para o Cerco do Porto, páginas 20 e 21

BREVES NOTAS

Antes de mais, pareceu desde logo relevante estabelecer um conjunto de princípios para o redesenho do espaço público do Bairro do Cerco do Porto.

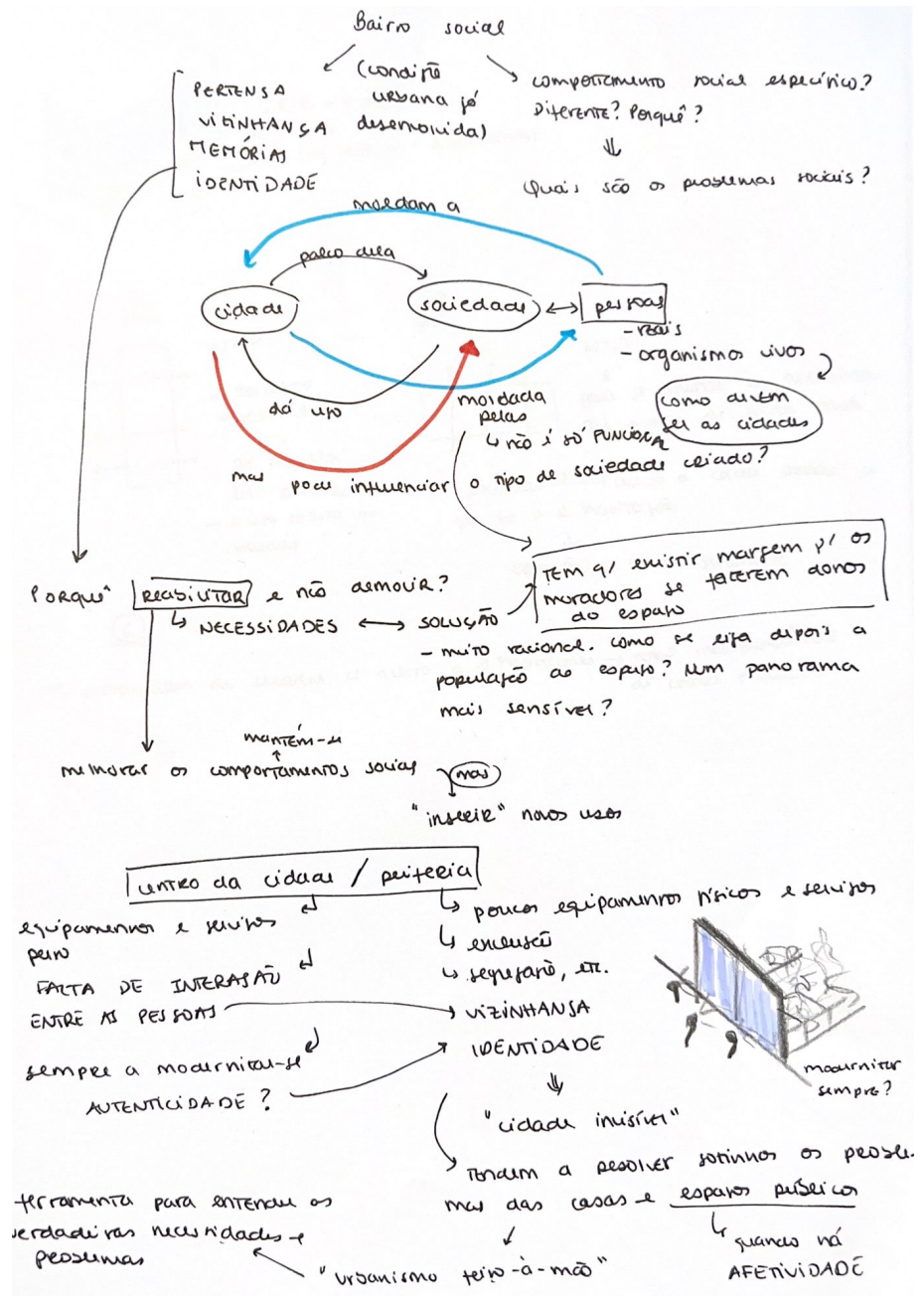
A verdade é que, na teoria poder-se-á pensar numa reabilitação que venha a responder a todas as necessidades anteriormente apontadas, criando elementos funcionais e pragmáticos, mas na realidade uma resposta meramente racional e funcional vem sempre parecer insuficiente. Não é sobre construir o novo, é sobre atuar num espaço já previamente urbanizado. Como redesenhar sobre o existente, auscultando as necessidades e os desejos da população?¹

Para além disto, é importante ter a consciência de que as cidades existem para dar abrigo a pessoas, estas que são organismos de mudança, de inovação, reais, tais como as cidades devem ser. Sendo assim, a funcionalidade que incutimos a um certo espaço não é, necessariamente, a função que lhe é atribuída no mundo real. Na verdade, achar que a cidade se expressa só por si e não como organismo vivo moldada pelos moradores e moldável para os moradores, põe em causa a durabilidade de muitas soluções urbanísticas. Assim, a criação de elementos orgânicos foi essencial em todo o processo.

Aquando de uma intervenção nesta realidade social, é importante dar relevância a um certo gosto e enraizamento no bairro no que diz respeito aos sentimentos de pertença que caracterizam a sua população residente. Se há coisa a preservar no Bairro do Cerco do Porto é esta e, através de estratégias de empoderamento da população, preservar as memórias, identidades e culturas partilhadas.²

A par com todos estes princípios que serviram de mote para toda a proposta, faltará fazer referência ao aproveitamento de vários princípios levados a cabo na proposta de reabilitação do espaço público do arquiteto José Manuel Soares de 2022 e que procuram aqui ser aproveitados e reutilizados.

Fig 102. Anotações no caderno de campo



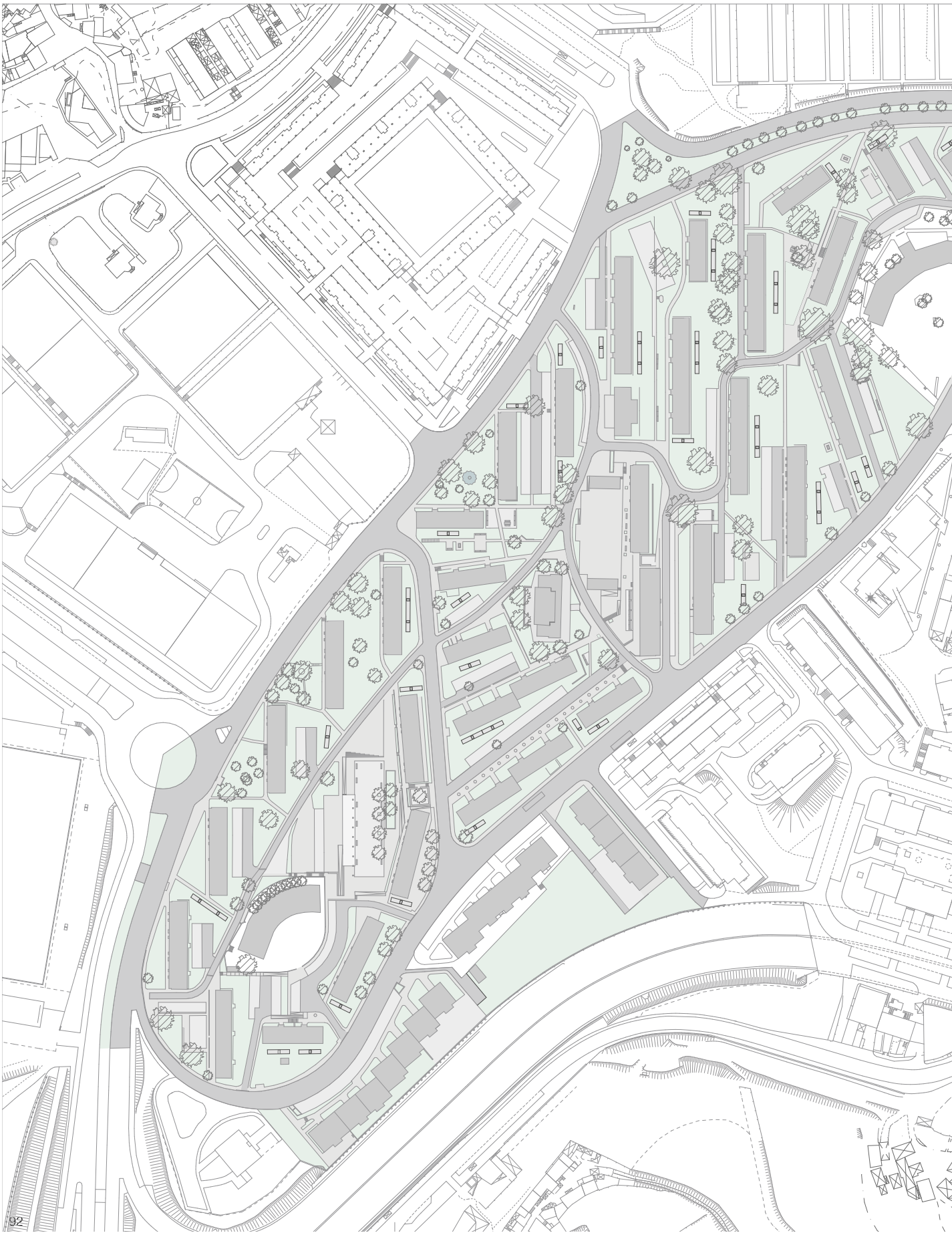




Fig 103. Planta atual do Bairro do Cerco do Porto. Produção própria, com base no "Plano geral - levantamento topográfico-limite de intervenção e áreas de impermeabilização" do "projeto do espaço público do Cerco do Porto" da autoria do arquiteto José Manuel Soares

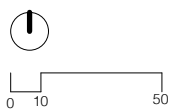
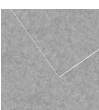


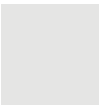
Fig 104. Planta da proposta
de redesenho do espaço
público do Bairro do Cerco do
Porto. Produção própria



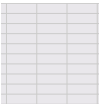
Espaço verde



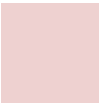
Cubo 11x11



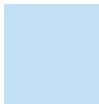
Betuminoso



Lajeado de granito



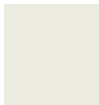
Betuminoso colorido



Água



Madeira



Betão aparente



Areia



Sintético



0 10 20 50

PROPOSTA DE REDESENHO

Como foi sendo exposto ao longo de toda a dissertação, a base desta proposta de redesenho do espaço público do Bairro do Cerco do Porto é a criação de espaços melhores e mais saudáveis para o desenvolvimento da infância.

A par com isto, e no que diz respeito aos arranjos exteriores do bairro, existiu uma atenção especial dada à mobilidade do peão e acessibilidade automóvel. A importância que o arquiteto José Manuel Soares dá à criação de um espaço adaptado às pessoas de mobilidade reduzida e a forma como a aplica é aqui, em grande parte, reutilizada.

Assim, a minha proposta conta com a abertura de alguns novos eixos viários, na busca de tentar combater alguns problemas de segregação e de modo a voltar a tornar o bairro aberto à cidade.

Para além disto, a criação dos novos arruamentos garante que a travessia pelo bairro seja mais harmoniosa e fluída, sem nunca tirar prioridade ao peão e não destruindo os espaços de lazer e convívio pré-existentes que procuram aqui ser requalificados.

Sendo assim, é alterado o traçado da via que passa em frente do bloco 17 e também da via que passa em direção transversal ao campo de jogos em frente à Obra Diocesana de Promoção Social, de modo a garantir melhor visibilidade.

Existe também a abertura das vias que passam pelos blocos 22 e 28 e que são desenhadas de modo a criar ligação com a via que contorna a Escola e que vem acabar na Rua Manuel Pereira da Rocha. Também as vias junto dos blocos 31 e 32 são revistas de modo a terem ligação com a Rua Vila Nova de Foz Côa e eliminando o problema de passagem entre as mesmas.

Já a via que passa junto do tardoz do bloco 21 vem-se a estender e a ser alargada até à Rua do Cerco do Porto. A mesma situação se vem verificar na via que passa adjacente ao bloco 12, onde a rua é alargada através da deslocação do muro, permitindo a passagem de veículos de emergência. Já na zona mais a sul do bairro, no que toca às vias, estas permanecem na sua maioria intocáveis, apenas contando com a reabertura da ligação entre a Rua Manuel Pereira da Rocha e a Rua do Peso da Régua.

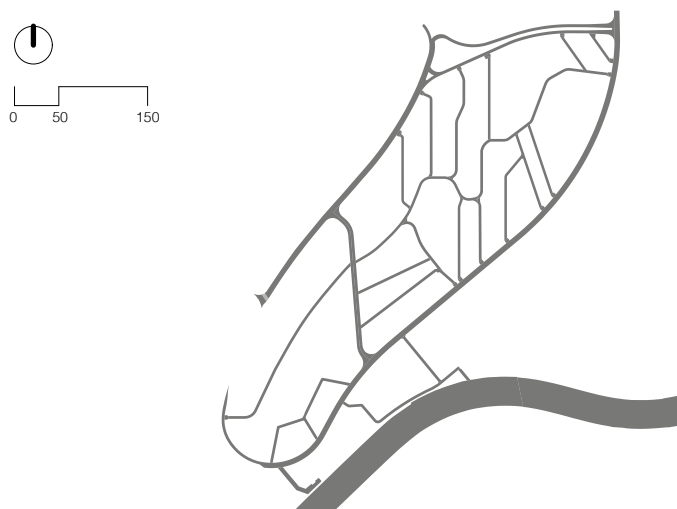
Para além disto, existe ainda um arranjo nos arruamentos junto dos blocos 4 e 6, onde são abertas novas vias, permitindo uma circulação fluida nos dois sentidos, entre esta zona e a Rua do Cerco do

Fig 105. Planta de espaço dedicado ao automóvel.
Produção própria

Fig 106. Arranjo da via que passa em frente do bloco 17.
Escala 1.850

Fig 107. Abertura da via que passa em frente da Obra Diocesana de Promoção Social.
Escala 1.850

Nota: Todos os desenhos estão orientados a norte, à exceção dos que apresentam o respetivo símbolo ao lado.



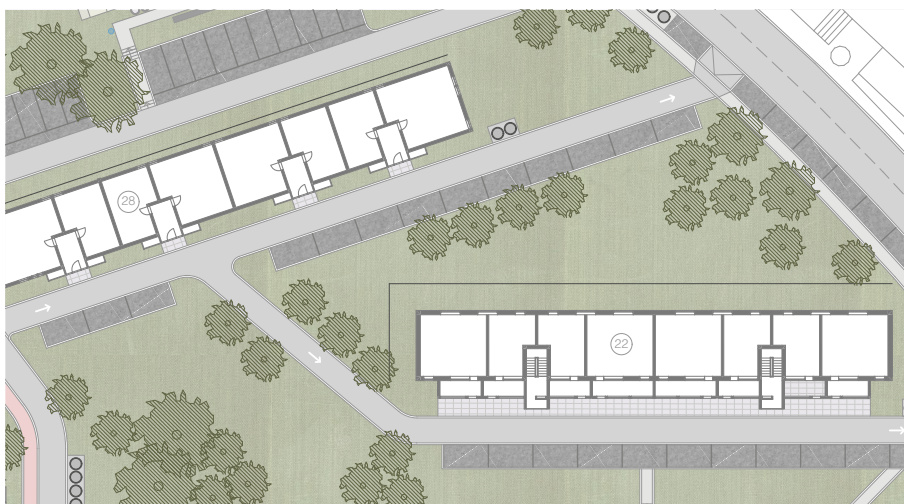


Fig 108. Abertura das vias que passam pelos blocos 22 e 28. Escala 1.850

Fig 109. Arranjo das vias que passam junto dos blocos 31 e 32. Escala 1.850

Fig 110. Arranjo da via que passa pelo tardo do bloco 21. Escala 1.850

Nota: Todos os desenhos estão orientados a norte, à exceção dos que apresentam o respetivo símbolo ao lado.

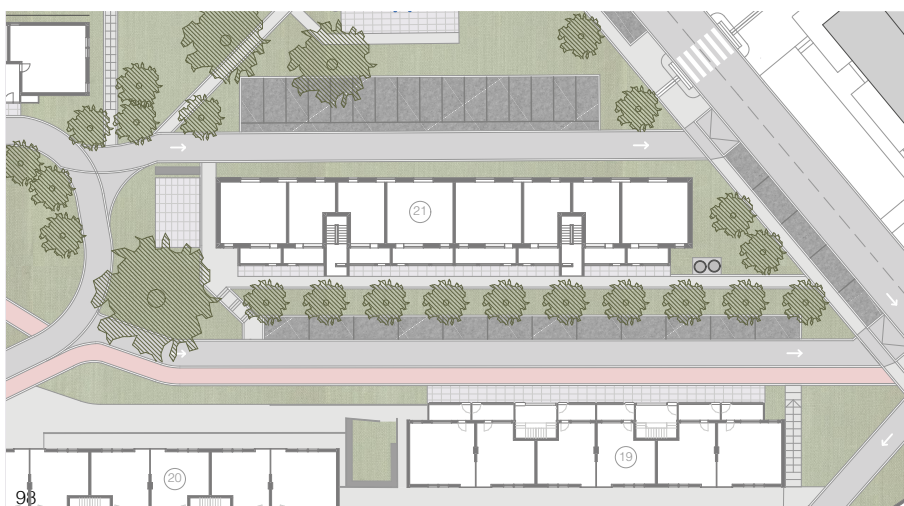
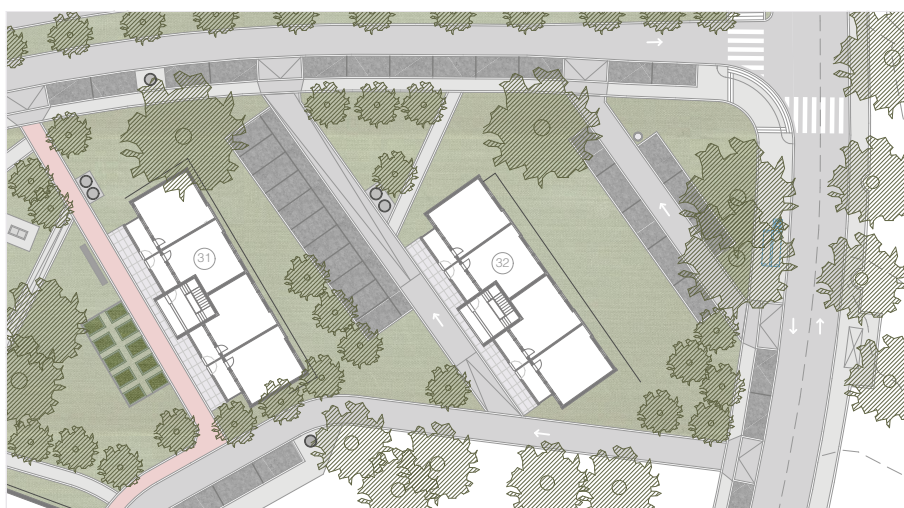
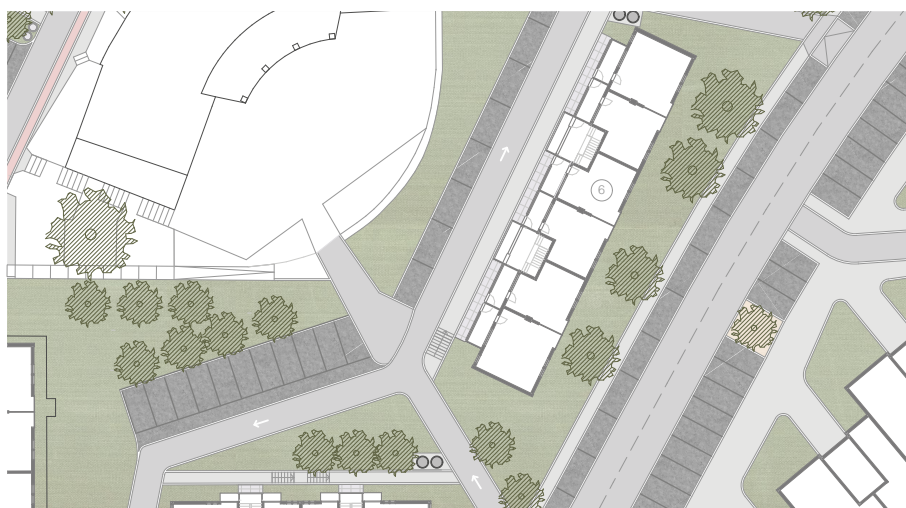


Fig 111. Arranjo das vias que passam junto do bloco 12.
Escala 1.850

Fig 112. Reabertura da ligação entre a Rua Manuel Pereira da Rocha e a Rua do Peso da Régua. Escala 1.850

Fig 113. Arranjo dos arruamentos junto dos blocos 4 e 6.
Escala 1.850

Nota: Todos os desenhos estão orientados a norte, à exceção dos que apresentam o respetivo símbolo ao lado.



Porto que vem contornar todo o bairro.

Já no que diz respeito às zonas de estacionamento de automóveis, era necessário multiplicá-las, mas procurando não tirar prioridade às zonas ocupadas pelos peões. Desta forma, e à semelhança do que se verifica na proposta do arquiteto José Manuel Soares, são recuperadas grande parte das zonas de estacionamento anteriores mas agora em adição a diversos lugares de estacionamento na zona circundante a todo o bairro.¹

Assim, o número de lugares de estacionamento, que antes contava apenas com 354 lugares (0,40 lugares / habitante)² aumenta em 186 lugares, contando agora com 540 lugares, que corresponde a 0,61 lugares por habitante.

A par com a criação/redesenho destes arruamentos, a presente proposta contempla ainda a criação de ciclovias que acompanham o desenho dos eixos viários, mas que criam um percurso quase autónomo e sem perturbar o desenho dos restantes elementos do Bairro do Cerco do Porto. De modo a poder responder a este novo elemento, diversos dispositivos para suporte de bicicletas são contemplados ao longo do desenho do bairro.

Para além disto, existe a criação de novas passadeiras que contam com passeios rebaixados e existe também a revisão das cotas de acesso aos blocos, que vêm a ser aproveitados da proposta de reabilitação do arquiteto José Manuel Soares.³

Na grande extensão do Bairro do Cerco do Porto também o desenho das vias pedonais é revisto, de modo a torná-lo habitável para as pessoas de mobilidade reduzida.

Posto isto, será importante analisar os espaços de convívio e lazer criados e que procuram responder às necessidades apontadas pelas crianças, mas que promovem também a possibilidade de convívio entre gerações por serem espaços multifuncionais e de uso, de certa forma, abstrato. Na totalidade do desenho do projeto pretende-se garantir um melhor cenário para ao desenvolvimento de projetos criativos.

Aqui será importante fazer referência à obra do arquiteto Aldo Van Eyck no que toca à importância dada à figura da criança e que se vem a materializar nos parques infantis de Amesterdão, que juntam arquitetura com as artes plásticas. Nesta proposta recorre-se também ao uso de diversos elementos espalhados por todo o bairro que, não tendo uma funcionalidade incutida à partida, dão ao utilizador a possibilidade de este estimular a sua criatividade e imagina-

¹Memória descritiva do projeto do arquiteto José Manuel Soares, fornecida pela Domus Social

²*Ibidem*

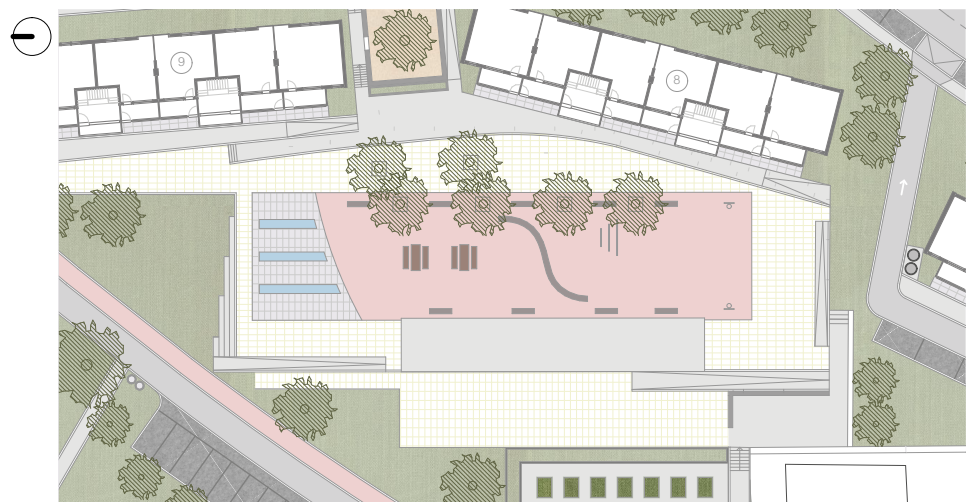
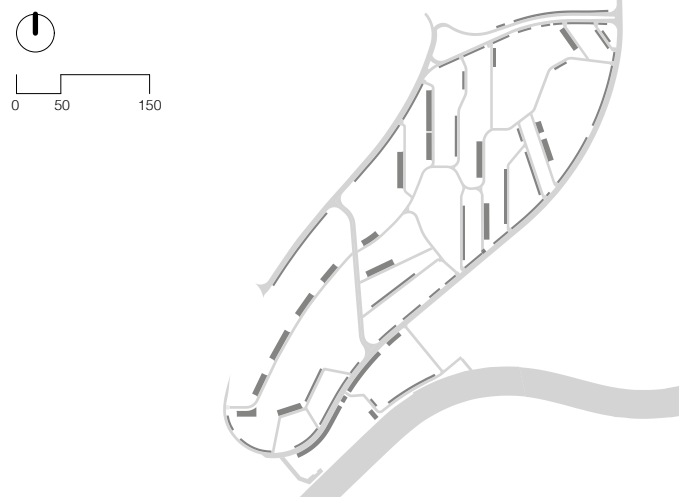
³*Ibidem*

Fig 114. Planta de espaço dedicado ao estacionamento. Produção própria

Fig 115. Planta de espaço dedicado a ciclovias. Produção própria

Fig 116. Requalificação do espaço de convívio em frente dos blocos 8 e 9. Escala 1.850

Nota: Todos os desenhos estão orientados a norte, à exceção dos que apresentam o respetivo símbolo ao lado.



ção.⁴

Começando pela zona mais a sul do bairro, e como foi exposto anteriormente na presente dissertação, não se procura alterar os espaços pré-existentes, mas antes requalificá-los e torná-los mais úteis. Assim, mantém-se o espaço que existe em frente dos blocos 8 e 9, mas que agora passa a contar com novos elementos. Mantém-se os bancos que se estendem ao longo de todo este espaço, acrescentando algumas mesas e um pequeno espaço para jogar basquetebol. Para além disto, é aqui também criada uma zona de repuxos e elementos destinados às crianças e que, tomando uma forma abstrata, são livres de ser usados com base na criatividade das mesmas. O acesso pedonal a esta zona é redesenhado, tornando-se mais fluído e sendo adaptado agora a pessoas de mobilidade reduzida.

Já na zona compreendida entre esse mesmo espaço e a Escola surge a criação de uma horta comunitária, na sequência das necessidades apontadas pelas crianças e jovens, que vem a ser rematada por dois longos bancos. Neste caso é aproveitada a proximidade a vários blocos, facilitando e promovendo o uso dessa mesma horta. Uma outra horta comunitária volta a surgir junto do bloco 31, este que outrora foi apontado como um dos sítios menos aprazíveis para as crianças e jovens do Bairro do Cerco do Porto.

Caminhando agora para a zona compreendida juntos dos blocos 1 e 2 é também criado um espaço de convívio e de brincadeira infantil, onde se procura preservar alguns dos elementos e estruturas pré-existentes, como é o caso dos bancos e do próprio desenho deste espaço de pavimento impermeável. Para além disto, surge a abertura de um acesso pedonal que permite a passagem para o bloco 2 e restantes.

Já ao longo da Rua Manuel Pinheiro da Rocha, vão surgindo vários espaços de convívio que são criados a partir do redesenho dos lugares de estacionamento, e que contam com a distribuição de elementos como mesas e cadeiras e também de alguns elementos com formas e usos mais abstratos e livres.

Na verdade, a existência destes elementos surge em diversas zonas ao longo de todo o bairro e em espaços adjacentes aos blocos e contam com diferentes cores, resgatando a ideia de estimular a imaginação e criatividade das crianças. Essa ideia é materializada em estacas de madeiras, pequenos elementos cilíndricos, caixas de areia ou um pequeno labirinto junto do bloco 24.⁵

Já na zona em frente aos blocos 19 e 20 é reabilitado o campo de

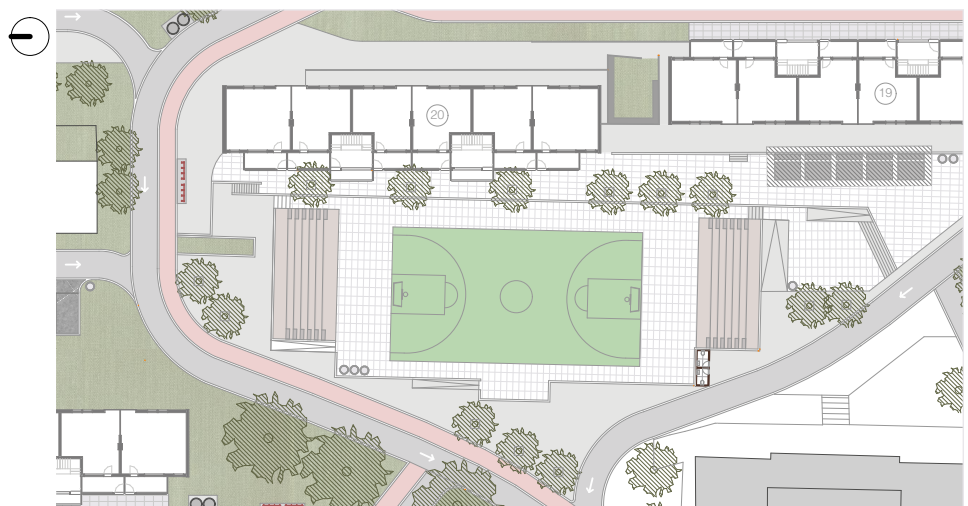
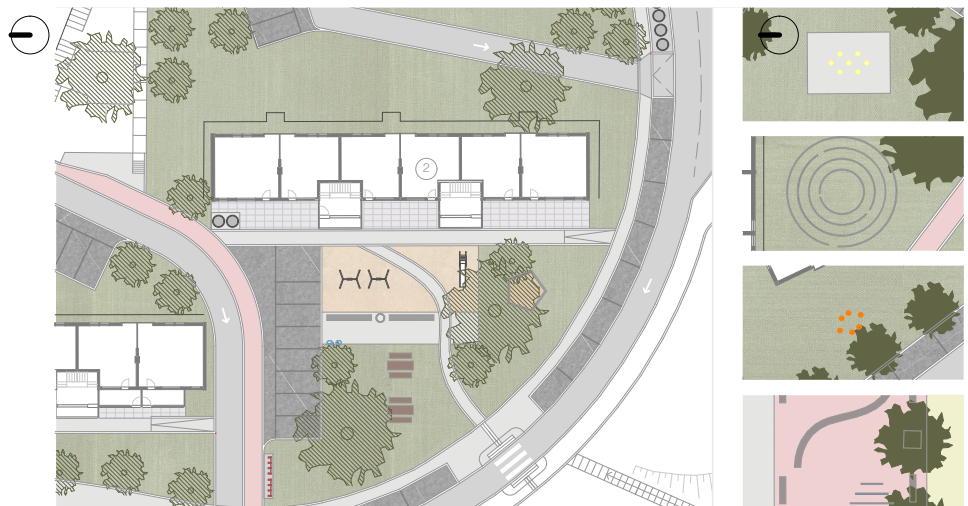
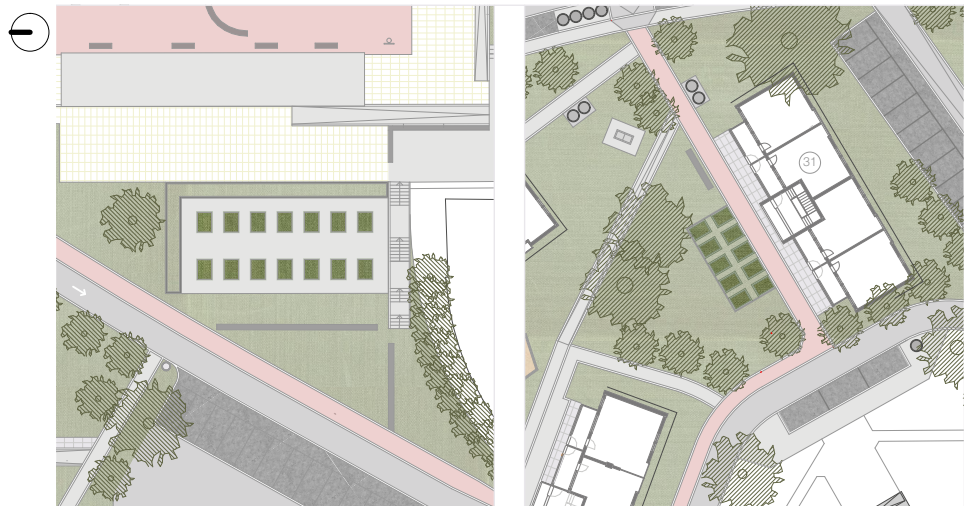
⁴MARTINHO, Joana Isabel Pereira (Porto, 2014). O espaço para a criança na cidade. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, página 96
⁵*Ibidem*

Fig 117. Hortas comunitárias.
Escala 1.850

Fig 118. Requalificação do
espaço de convívio junto dos
blocos 1 e 2. Escala 1.850
Elementos de carácter plás-
tico dispostos em diferentes
locais da proposta. Escala
1.700

Fig 119. Requalificação do
campo de futebol em frente
aos blocos 19 e 20. Escala
1.850

Nota: Todos os desenhos
estão orientados a norte, à
exceção dos que apresentam
o respetivo símbolo ao lado.



futebol já existente e que se foi tornando um espaço cada vez mais inusitado à medida que foi sendo usado como um depósito de lixo. Nesta proposta, a ideia passa pelo arranjo de todo o espaço a par com o arranjo das bancadas. Nesta zona irá permanecer o mercado da levante que será recuperado e agora suportado por instalações sanitárias exteriores e pelo arranjo das vias pedonais.

Aqui será importante dar destaque à vontade de criar espaços e certos elementos que, para além de melhorarem a vida dos moradores do bairro, se venham a transformar em pólos de atração para o público exterior, contribuindo para a tão importante mistura social. Para este propósito, para além de todos os espaços de convívio, poder-se-á destacar a reabilitação do mercado da levante e a criação das hortas comunitárias expostas anteriormente, e que vêm agir contra a segregação espacial.⁶

Já o espaço compreendido entre os blocos 14 e 15 será recuperado, reutilizando os elementos já existentes – mesas e bancos – mas requalificando-os e acrescentando novos elementos como uma caixa de areia. Também neste elemento que surge em vários momentos ao longo da presente proposta, se vem a recuperar as ideias do arquiteto Aldo Van Eyck. A criação de uma caixa de areia com a geometria apresentada torna possível a criação de um jogo de luz / sombra, consequente das diferentes profundidades do elemento.⁷

No tardoz do bloco 21, esta zona que havia sido apontada como pouco interessante pelas crianças e jovens, deixa de ser uma zona vedada a toda a volta, tornando-se agora aberta e com uma relação harmoniosa com a envolvente. Aqui surge também um espaço de lazer numa sólida relação com as vias pedonais agora redesenhadas. Para além disso, e a par com o desenho geral da proposta, procura-se sempre hierarquizar as vias pedonais e as vias destinadas a automóveis, tornando a sua relação homogénea.

Já o espaço junto do bloco 25 é mantido e recuperado, mas ganha valor pela inclusão de uma zona de mesas e bancos e na cota superior uma zona de baloiços destinada às crianças. O mesmo acontece com a recuperação do espaço existente que resulta da disposição dos blocos 27, 29 e 30, mas que ganha valor pela criação de uma zona de refeições ao ar livre.

No espaço entre a Escola e o bloco 28 é criado um parque de *skate* que, para além de responder às vontades das crianças e jovens do Bairro do Cerco do Porto consoante os seus testemunhos, procura também acrescentar valor a esta zona do bairro, promovendo o uso e a deslocação das pessoas para a mesma.

⁶ Uma das iniciativas geradas em conjunto com os cidadãos no âmbito do processo participativo do URBiNAT contempla um mercado (*Campmarket* Campanhã)

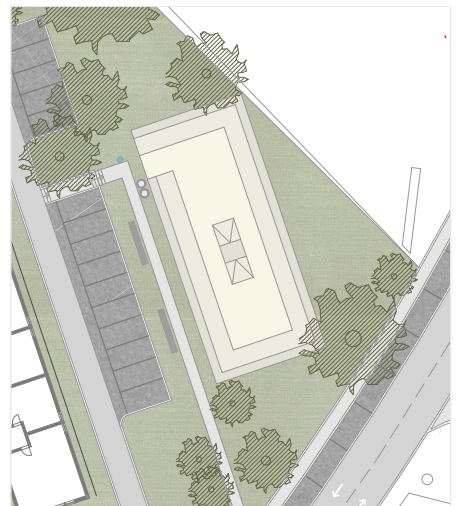
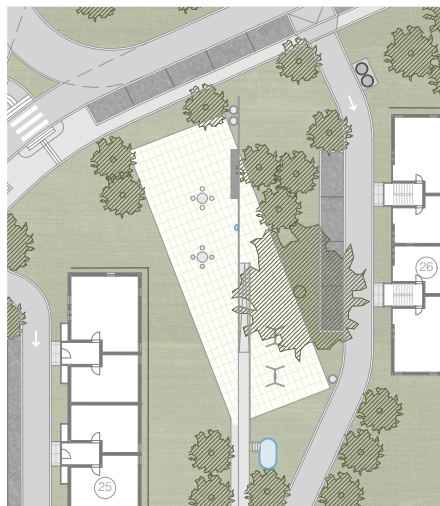
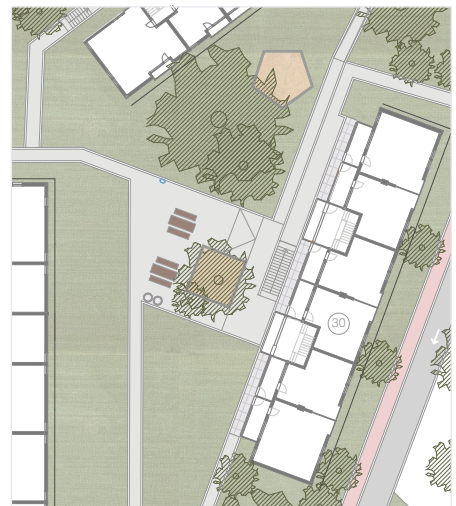
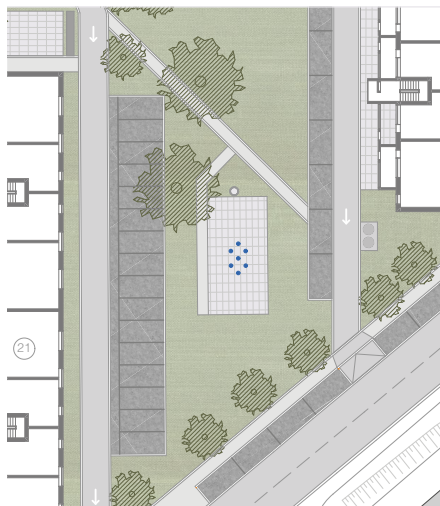
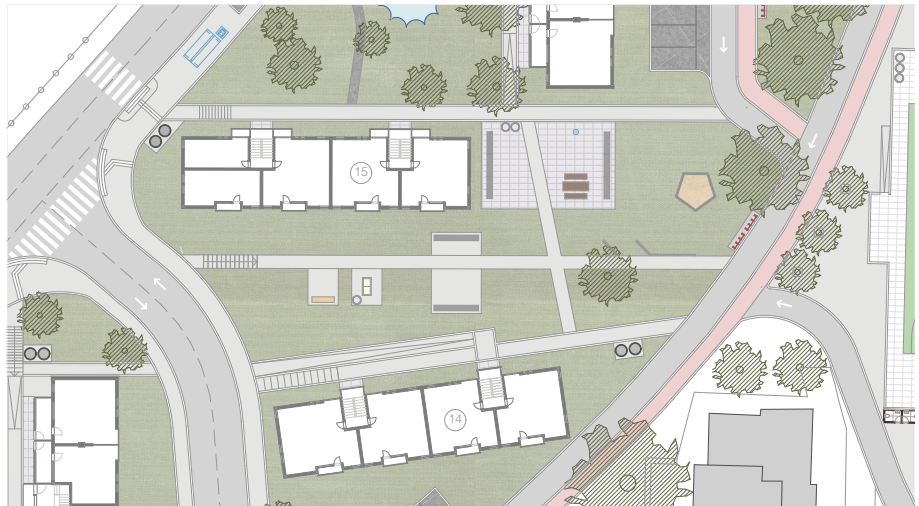
⁷ MARTINHO, Joana Isabel Pereira (Porto, 2014). O espaço para a criança na cidade. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, página 96

Fig 120. Espaço de convívio compreendido entre os blocos 14 e 15. Escala 1.850

Fig 121. Espaço de convívio no tardo do bloco 21
Redesenho do espaço de convívio disposto junto dos blocos 27, 29 e 30. Escala 1.850

Fig 122. Espaço de convívio junto do bloco 25. Escala 1.850
Parque de *skate* situado nas proximidades da Escola. Escala 1.850

Nota: Todos os desenhos estão orientados a norte, à exceção dos que apresentam o respetivo símbolo ao lado.



Ainda, e à semelhança do que se verifica na proposta de reabilitação do arquiteto José Manuel Soares, existe a criação de uma via paralela à A43 de ligação da Rua do Cerco do Porto à Rua de Valpaços⁸, surgindo o desenho de uma zona de ginásio ao ar livre e de uma zona de água, separados por uma via pedonal. Toda esta via é acompanhada por vários bancos e ainda uma densa camada de arborização.

Nesta zona, e à semelhança do que foi mencionado anteriormente no que diz respeito às iniciativas do projeto URBINAT, a requalificação deste espaço no tardoz dos blocos 33 e 34 tem como propósito a criação de uma zona onde as associações do rés-do-chão destes blocos possam concretizar as suas atividades, extendendo-as para o espaço público.

De modo geral, o objetivo dos espaços de convívio e lazer requalificados e criados ao longo do bairro é a possibilidade de, quando ligados como um todo, se leiam como uma unidade homogénea. Estes elementos dispostos em zonas diferentes procuram na grande escala renovar profundamente o espaço público.⁹

Para além de todos os aspetos supracitados, será importante realçar também a disposição de diversos ecopontos ao longo do bairro, sendo que todos os blocos têm acesso a pelo menos dois destes elementos num curto raio a partir da porta do seu bloco habitacional. Já nas zonas de permanência e de modo geral ao longo de toda a proposta, são dispostos caixotes do lixo, não justificando que se continuem a verificar espaços profundamente sujos e cobertos de lixo.

Na sequência da vontade de criar espaços de permanência, e ainda que por vezes seja difícil prever que uso cada espaço terá, são dispostos em diversos sítios elementos convidativos a essa mesma permanência, tais como bancos e mesas. A par com estes elementos, em diversas zonas do Bairro do Cerco do Porto, propõe-se aqui a contemplação de bebedouros e pequenas fontes.

Ainda será importante realçar que em toda a proposta se dá atenção à manutenção da arborização existente, acrescentando apenas nova arborização em zonas que carecem da mesma e sem perturbar o existente. De modo geral, procura-se evitar a criação de zonas profundamente opacas causadas por densa arborização, e nos espaços de convívio procura-se que este elemento, pela sua forma abstrata, ajude também no desenho dos mesmos, como elemento de proteção mas não de segregação.¹⁰

Ao longo de todo o desenho do Bairro do Cerco do Porto são con-

⁸ Memória descritiva do projeto do arquiteto José Manuel Soares, fornecida pela Domus Social

⁹ MARTINHO, Joana Isabel Pereira (Porto, 2014). O espaço para a criança na cidade. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, página 71

¹⁰ *Idem*, página 81

Fig 123. Ginásio ao ar livre e zona de água junto do bloco 33. Escala 1.850

Fig 124. Ecopontos e papeleiras dispostos por toda a proposta

Paragens de autocarro - reabilitação e adição

Bancos dispostos por toda a proposta

Escala 1.500

Fig 125. Mesas e bancos dispostos por toda a proposta

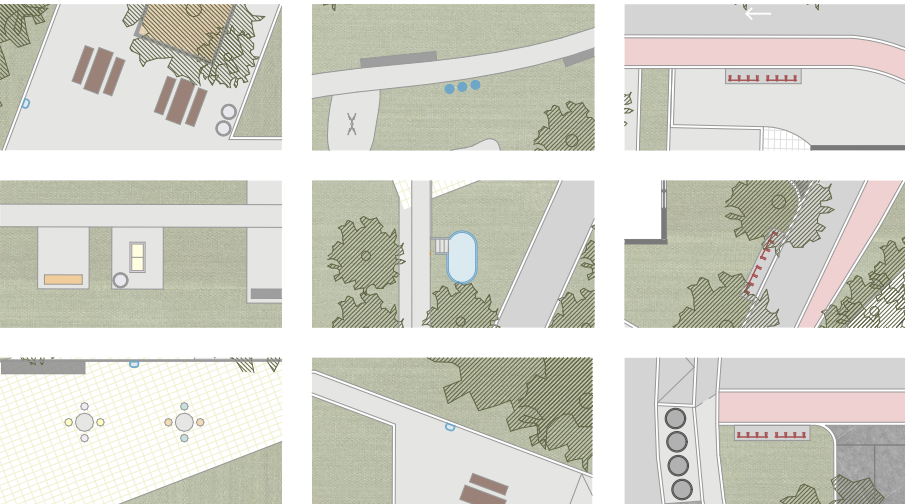
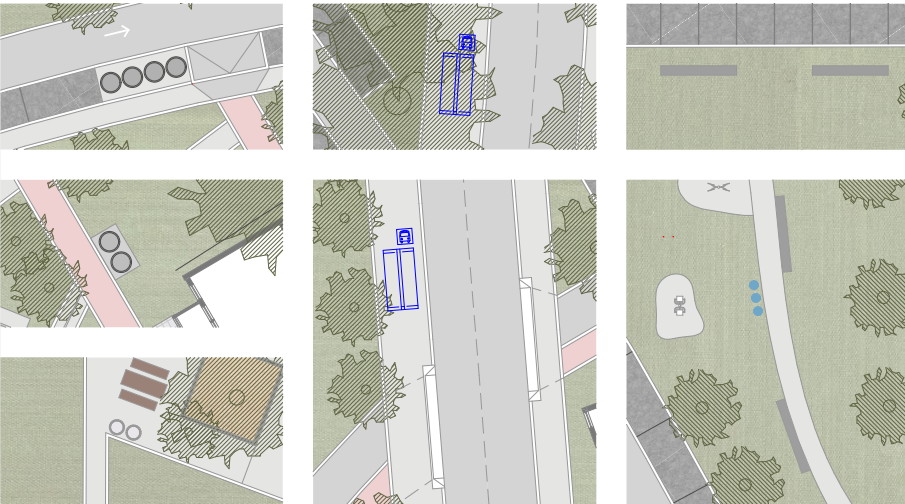
Fontes de água e bebedouros dispostos por toda a proposta

Dispositivos de suporte de bicicletas dispostos por toda a proposta

Escala 1.500



Nota: Todos os desenhos estão orientados a norte, à exceção dos que apresentam o respetivo símbolo ao lado.



templadas ainda novas paragens de autocarro, de modo a responder a uma necessidade várias vezes exposta pelos moradores do bairro aquando da minha ida ao mesmo, procurando resolver a dificuldade que existe na deslocação dos moradores deste bairro para outras zonas, nomeadamente do grande Porto.

Por fim, aquilo que a presente proposta de redesenho procura é a resolução de uma série de problemas apontados ao Bairro do Cerco do Porto, mas que não passa de um projeto utópico quando não suportado pelo contínuo trabalho das associações e pela garantia da manutenção continuada dos espaços.

No fundo, os moradores desta realidade social continuam a carecer de perspetivas de futuro, permanecendo densos problemas relacionados com o desemprego, com baixos níveis de escolaridade, com o abandono e insucesso escolar, com a adição a substâncias psicoativas e outros problemas como a violência doméstica. Permanece a necessidade de conscientização acerca da formação e empregabilidade destas crianças e jovens.

É urgente desde logo manter as dinâmicas de empoderamento da população garantindo que é a formação escolar e profissional que permite uma vida estável e que o vício de substâncias psicoativas é prejudicial à saúde e bem estar da população, afastando-os cada vez mais da possibilidade de uma vida melhor.

Em relação ao atos de vandalismo a que se assiste na presente realidade social e que conseqüentemente tornam os espaços cada menos convidativos, é fulcral que se continue a garantir que os moradores têm um papel participativo em todos os processos, incentivando a preservação dos espaços e promovendo a coesão social.¹¹

Para além disso, apesar da criação de pólos de atração no redesenho do espaço, é fundamental que se eliminem as atividades ilícitas do espaço público que dificultam a visita ao bairro. A ideia de que o tráfico e o consumo dessas substâncias é a única solução possível terá que ser eliminada pela conscientização de que existem oportunidades de formação escolar e empregabilidade e de uma vida fora desta realidade.¹²

¹¹ Domus Social (2017), "Diagnóstico social e Plano de ação para a zona do cerco e área envolvente – Relatório de diagnóstico", páginas 54 a 56

¹² Domus Social (2017), "Diagnóstico social e Plano de ação para a zona do cerco e área envolvente – Plano de Ação", página 45

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da habitação social no Porto foi ao longo dos anos um grave problema que se materializou no seu expoente nas “ilhas” do Porto. Os anos e as épocas foram passando e as várias tentativas de resolver este denso problema pela urgência de realojar as pessoas das classes mais desfavorecidas vão surgindo, com mais ou menos eficácia, e reajustando-se consoante as respetivas épocas e os resultados produzidos.

Tudo isto culmina em 1956 no Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto, uma iniciativa inigualável na história da habitação social em Portugal e que representa o realojamento de uma grande quantidade de pessoas, permitindo que vivessem em condições aceitáveis. Dada a rapidez da construção e também os baixos recursos económicos foi inevitável a estandardização do edificado dada a urgência de apresentar respostas pragmáticas, a par com espaços públicos desconectados. Desta iniciativa surge o Bairro do Cerco do Porto em 1961.

A verdade é que, ainda que o desenho do bairro se tenha justificado na época em que se insere, passadas seis décadas é necessário reavaliar e reajustar. Este encontra-se desajustado às necessidades atuais, às novas formas de vida e à cidade contemporânea. Para além disso, a sua implantação numa zona periférica e segregada da cidade adensa graves problemas sociais, tais como a exclusão e o isolamento face ao resto da cidade invicta. Este afastamento, ainda que geográfico, tem graves repercussões sociais.

Ao longo dos anos, o centro da cidade desenvolve-se, adensa-se, moderniza-se e a periferia torna-se cada vez mais desconectada. Para as crianças e jovens que aqui crescem, a realidade por si conhecida é só essa e o futuro parece sempre pouco promissor. Estes são vítimas de estigmas que se implantam no resto da cidade, pela conotação negativa que o Bairro do Cerco do Porto representa. A resposta à exclusão dos de fora é a auto-exclusão para os de dentro.

Estas questões materializam-se em desinteresse na formação escolar, desintegração do mercado de trabalho e fracas perspetivas de futuro, estando desde logo destinados a uma realidade bem mais dura para se viver. Os caminhos parecem estreitar-se e, muitas vezes, a marginalidade parece ser o único rumo possível. Para as crianças, como símbolo de nova vida, de liberdade, de ingenuidade, de franqueza e de futuro, não é aceitável que seja este o seu cami-

nho.

Para este propósito foram e vão sendo desenvolvidas diversas iniciativas de cariz social que vão produzindo efeitos, com mais ou menos rapidez e eficácia. No que toca à arquitetura esta também terá um papel, ainda que de difícil efeito sem a co-relação com essas iniciativas. A urgência é dar aso a que a arquitetura e a realidade social se contaminem mutuamente. Para isto, é escolhido o espaço público do mesmo bairro para objeto de estudo, como meio onde os mais novos crescem e se desenvolvem.

A arquitetura como pano de fundo das relações sociais entre pessoas tem o papel de incentivar e melhorar essas relações. Ainda assim, não é uma visão profundamente superficial e generalizada que apresenta verdadeiras respostas. Os projetos são sempre destinados a quem tem usufruto deles e, por isso, as suas vontades são o ponto central da arquitetura, que deve ser participativa.

No fim, o trabalho representa aquilo que se procurava: uma proposta de redesenho do espaço público que reflete as necessidades, urgências e desejos das crianças e jovens do Bairro do Cerco do Porto, representativos da esperança de um futuro mais próspero. Um projeto que tem os mais recentes moradores como ponto de partida e também como ponto de chegada, mas que se une na criação de espaços multigeracionais não abandonando os restantes moradores.

Ainda assim, nem todo o processo foi expectável. Na verdade, o que se espera de uma certa ingenuidade característica da faixa etária não se veio a mostrar totalmente verdade, na confrontação com crianças com ideias muito fixas e vontades muito específicas, a par com uma alarmante falta de esperança na criação de espaços melhores e, principalmente, em tudo o que engloba o seu futuro. Ainda assim, quando se trata de redesenhar um território que é por estes vivido, a vontade de participar é evidente.

No fim, as diretrizes que ficam para uma próxima fase são sobretudo a absoluta certeza de que auscultar as necessidades dos que utilizam o projeto é fundamental, produzindo resultados eficazes e verdadeiros. Ainda que existam ideias base sobre como atuar neste tipo de realidades sociais, a generalização das soluções é o primeiro passo para se fazer arquitetura genérica que está longe de ser aquilo que se procura, diminuindo a probabilidade de criar um projeto acarinhado e que, por isso, dure no tempo.

Do projeto final resulta um espaço público que responde diretamente às necessidades das crianças e jovens do Bairro do Cerco

do Porto, mas que se revela também como saudável e ideal para o resto da população, lembrando que uma cidade habitada por crianças é de facto reveladora de uma cidade ideal para todos.

Por fim, o ponto principal é criar um espaço acarinhado pelas crianças, jovens e moradores do Bairro do Cerco do Porto e que idealmente se expande para o resto da cidade, pela criação de pólos de atração que procuram eliminar a barreira (in)visível entre a cidade e a periferia. O desconhecimento destas realidades sociais produz o estigma a que estas crianças e jovens estão condenadas desde o primeiro dia e a mistura social é cada vez mais urgente na busca de uma melhor cidade e sociedade para se viver.

G. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AALTO, Alvar (1940). "A Humanização da Architectura", em The Technology Review, Cit. In SCHILDT, Goran, "De Palabra Y Por Escrito". El Croquis

ALVES COSTA, Patrick (Porto, 2021). "(Re)abilitar_O Cerco", Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

BORDIN, Irene (Porto, 2021). "Vulnerabilidade e isolamento. Reflexões sobre o papel da arquitetura na solidão a partir da análise de três bairros na cidade do Porto". Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

CMPH - Domus Social - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto. (Porto, 2017). "Diagnóstico social e Plano de ação para a zona do Cerco e área envolvente - Plano de ação"

CMPH - Domus Social - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto. (Porto, 2017). "Diagnóstico social e Plano de ação para a zona do Cerco e área envolvente - Relatório de diagnóstico"

COSTA, Nuno Brandão e CEPEDA, André (Porto, 2018). "São João de Deus", Edição: Dafne Editora. ISBN 9789898217479

EIICP - Estratégia de Intervenção Integrada para o Cerco do Porto (Porto, 2017). Domus Social

FIÃES, Alexandra Guimarães (Porto, 2020). "Trocar os pobres pelos ricos: narrativas sobre o realojamento do bairro do aleixo. Um estudo exploratório". Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

GIGANTE, José Manuel dos Santos (Porto, 2022). "Adaptação e Desenvolvimento do Projecto de Execução dos Edifícios 5, 6, 9, 21 e 30 não Reabilitados do Cerco do Porto". Requerente: Domus Social, EM

LAMEIRA, Gisela e ROCHA, Luciana (Porto, 2019). "Mapa da Habitação. Guia para uma terminologia específica em arquitetura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]", Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

LEFAIVRE, Liane, and Döll (Rotterdam, 2007). "Ground-up City Play : Ground-up City : Play as a Design Tool", 010 Publishers

MARQUES, Francisca (Porto, 2016). “Projecto para uma rede urbana”. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

MARTINHO, Joana Isabel Pereira (Porto, 2014). “O espaço para a criança na cidade”. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

MOUTINHO, Virgínio Manuel Duarte de Pinho (Porto, 2021). “Projecto de licenciamento para a reabilitação/remodelação dos edifícios, 13, 24 e 26 do Bairro do Cerco do Porto”. Requerente: Domus Social, EM

NICODEMOS, J. (Porto, 2016). Workshop “O psicólogo diante de sujeitos em situações de vulnerabilidade: o uso abusivo de drogas, as ruas e os cuidados institucionais possíveis.”. Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade do Porto.

PEREIRA, Maria João Pinho (Minho, 2011). “A Infância no Bairro do Lagarteiro: Modos de Ser Criança em Territórios de Exclusão”. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Infância pela Universidade do Minho

PORTO. Câmara Municipal. Direção dos Serviços do Plano de Melhoramentos (1966). Câmara Municipal do Porto: plano de melhoramentos 1956-66. Porto: Câmara Municipal do Porto

RESTIVO, Joana Cravo Almeida (Porto, 2014). “Habitação pública no Porto - Intervir para requalificar”, Tese de Doutoramento em Engenharia Civil

SOARES, José Manuel Gaspar Teixeira (Porto, 2022). “Arranjo Urbano do Espaço Público do Cerco do Porto”

STOKOLS, D. & **ALTMAN**, I (1987). Handbook of Environmental Psychology. New York: John Wiley & Sons, Inc

WEBSITES

AZEVEDO, Ana Carina (Lisboa, 2021). “Da Revolução Industrial à industrialização portuguesa”

Disponível em: <https://jornalis-simo.com/historia/da-revolucao-industrial-a-industrializacao-portuguesa/>

Blog Atelier Joaquim Pombal. Disponível em: <https://joaquimpombal.blogspot.com/2007/03/projecto-de-azulejaria-comunitaria-do.html>

LORADOR, Pedro (2018). ““As Ilhas do Porto” ou “O Porto das Ilhas”?”

Disponível em: [https:// www.sutori.com/es/historia/ as-ilhas-do-porto-ou-o-porto- -das-ilhas--DbnvxsHxeSrAkZ- M3Yyhwybu9](https://www.sutori.com/es/historia/as-ilhas-do-porto-ou-o-porto-das-ilhas--DbnvxsHxeSrAkZ-M3Yyhwybu9)

Plataforma *online* do Jornal Público. Disponível em: publico.pt

URBINAT, (Porto, 2021). “Porto: Conceito del Corredor Saudável e Plano Urbano”

Disponível em: <https://urbinat.eu/cities/porto/>

H. ÍNDICE DE IMAGENS

A.

Figura 1. “Porto : “Ilha” da Rua de São Vítor, n.º 109”. Fonte: Gisa_ Arquivo Histórico C.M.P

Figura 2. ““Ilhas” e casas insalubres”. Fonte: Gisa_ Arquivo Histórico C.M.P

Figura 3. “As ilhas do Porto - estudo socioeconómico”. M. Pimenta, J. A. Ferreira, L. V. Ferreira, F. Alexandra and P. Pimentel (2001), Câmara Municipal. Pelouro de Habitação e Acção Social

Figura 4. Fundação Marques da Silva. “Bairro operário “O Comércio do Porto” Monte Pedral”
“Bairro Operário”. Fonte: Gisa_ Arquivo Histórico C.M.P

Figura 5. “Projeto a construir (...) nos novos arruamentos na Colónia Estevão de Vasconcelos”. Fonte: Gisa_ Arquivo Histórico C.M.P

Figura 6. “Rua Central da Colónia Viterbo de Campos à Arrábida”.
Fonte: Gisa_ Arquivo Histórico C.M.P

Figura 7. “Bairro de Casas Económicas da Encarnação”. Em: LA-MEIRA Gisela e ROCHA, Luciana (Porto, 2019). “Mapa da Habitação. Guia para uma terminologia específica em arquitetura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]”, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Figura 8. “Bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada, em construção, Lisboa, 1939”. (Câmara Municipal de Lisboa, 1938 -1939)

Figura 9. Planta do Bloco Habitacional do Duque de Saldanha. Em: MdH. *Mapping Public Housing*

Figura 10. “Porto : construção do Bairro de habitações populares de Rebordões”. Fonte: Gisa_ Arquivo Histórico C.M.P

Figura 11. “Bloco de moradias a construir no Bairro de São Vicente de Paulo : anteprojeto”. Fonte: Gisa_ Arquivo Histórico C.M.P

Figura 12. “Bairro de São João de Deus”. Fonte: Gisa_ Arquivo Histórico C.M.P

Figura 13. “Bairro do Bom Sucesso : topográficas”.

“Grupo de Moradias Populares de Pio XII : planta de localização de estendais e correção de veredas : topográficas”

“Grupo de Moradias Populares do Carvalhido : urbanização : topográficas”

“Grupo de Moradias Populares da Pasteleira : veredas atuais; localização dos estendais para roupa : topográficas”

“Grupo de Moradias Populares do Outeiro : 1.ª fase : fundações e estrutura : estabilidade : plantas estruturais”

“Grupo de Moradias Populares de Agra do Amial : correção de veredas e localização de estendais : topográficas”

“Grupo de Moradias Populares do Carriçal : urbanização : topográficas”

Fonte: Gisa_ Arquivo Histórico C.M.P

Figura 14. “Grupo de Moradias Populares de Fernão de Magalhães : urbanização : topográficas”

“Grupo de Moradias Populares da Fonte da Moura : urbanização e baías de estacionamento : topográficas”

“Grupo de Moradias Populares de São Roque da Lameira : urbanização : topográficas”

“Grupo de Moradias Populares do Cerco do Porto : urbanização : topográficas”

“Grupo de Moradias Populares do Regado : fundações e estrutura : estabilidade : plantas estruturais”

“Grupo de Moradias Populares Eng.º Arantes e Oliveira : planta topográfica”

Fonte: Gisa_ Arquivo Histórico C.M.P

Figura 15. “Plano Melhoramentos, 1956-1966”. Câmara Municipal do Porto

Figura 16. “Vista aérea do Bairro do Cerco do Porto”. Fotografia fornecida pela Domus Social. Fonte: Gisa_ Arquivo Histórico C.M.P

Figura 17. “Bairro do Cerco do Porto”. Fotografia fornecida pela Domus Social. Fonte: Gisa_ Arquivo Histórico C.M.P

Figura 18. Artigo “Cinco anos após primeira demolição, bairro do Aleixo está “muito sozinho”. Em: *site* Observador

Figura 19. “SAAL Antas. Pedro Ramalho 1977”. Em: *site* Open House Porto

Figura 20. “O processo SAAL em Serralves”. Em: Revista Umbigo

Figura 21. “Bairro da Bouça”. Fonte: Gisa_ Arquivo Histórico C.M.P

Figura 22. “Ilha de S. Vitor. Bernardo Amaral Séc. XIX / 2015”. Em: *site* Open House Porto

Figura 23. “O Bairro das Minhocas ou Bélgica em 1938. Eduardo Portugal.”. Em: *blog* Bairro da Quinta da Calçada

Figura 24. “Programa Especial de Realojamento - 30 anos”. Em: *Site* da Câmara Municipal de Lisboa

Figura 25. “Bairro de São João de Deus : ampliação : 1968”. Fonte: Gisa_ Arquivo Histórico C.M.P

Figura 26. “Demolição do Bairro de São João de Deus. Porto, Abril de 2004”, por Nelson Garrido. Em: *site* do Jornal Público

B.

Figura 27. Análise do Plano de Telles Ferreira de 1892. Produção própria por cima de “Cartas Históricas Interativas do Porto”. Em: *site* da Câmara Municipal do Porto

Figura 28. “Grupo de Moradias Populares do Cerco do Porto : topográficas”. Fonte: Gisa_ Arquivo Histórico C.M.P

Figura 29. Vista área do Bairro do Cerco do Porto. Fotografia do *Google Earth Pro*

Figura 30. “Planta da Cidade do Porto com as respetivas freguesias”. Produção própria por cima do objeto digital da planta do Porto fornecida pela Câmara Municipal do Porto

Figura 31. “Planta da Cidade do Porto com as respetivas freguesias”. Produção própria por cima do objeto digital da planta do Porto fornecida pela Câmara Municipal do Porto

Figura 32. Projeto de azulejaria comunitária do Bairro do Cerco do Porto pela artista Elvira Leite, 1998. Fotografia fornecida pela Domus Social

Figura 33. “Cercar-Te: Um programa jovem para jovens”. Fotografia Cercar-te. Em: Site JUP

Figura 34. “Todos os sonhos de 50 jovens do Bairro do Cerco sobem ao palco do Coliseu”. Em: *site* Câmara Municipal do Porto

Figura 35. “Bairro do Cerco do Porto na Feira do Livro”. Em: *site* Porto. Domus Social

Figura 36. “Estatísticas relativas à população residente dos bairros sociais inseridos na Comunidade do Vale de Campanhã zona Norte em 2011”. Fonte: CMP, Domus Social, 2015

Figura 37. “Projecto de Reabilitação / Remodelação dos edifícios 1 a 3, 5 a 10, 16 e 17, 19 e 20, 30 a 32 e 33 do Cerco do Porto”. Em: EIIICP - Estratégia de Intervenção Integrada para o Cerco do Porto (Porto, 2017). Domus Social

Figura 38. “Reflexões próprias sobre a intervenção de 2017”. Desenhos por cima do objeto digital da planta do Porto fornecida pela Câmara Municipal do Porto

Figura 39. “Paulo Machado: “Via pessoas ao meu lado a fumar e a injetar-se. O futebol ajudou-me””. Em: *site* Diário de Notícias

Figura 40. “Quatro detidos e armas e drogas apreendidas no bairro do Cerco”. Em: *site* Jornal de Notícias

Figura 41. “Vaga de assaltos gera onda de medo no Cerco do Porto”. Em: *site* Jornal de Notícias

Figura 42. “Tiroteio no Bairro do Cerco do Porto”. Em: *site* Jornal de Notícias

Figura 43. “Operação contra tráfico de droga no Porto faz cinco detidos e quatro mil doses apreendidas”. Em: *site* Rádio Renascença

Figura 44. “Mulher presa por matar traficante junto ao Bairro do Cerco”. Em: *site* Jornal de Notícias

Figura 45. “Proposta de reabilitação do Bairro do Cerco do Porto pelo arquiteto Virgínio Moutinho, 2019”. Desenhos de produção própria por cima das plantas de reabilitação fornecidas Domus Social

Figura 46. “Proposta de reabilitação do Bairro do Cerco do Porto pelo atelier José Gigante, 2021”. Desenhos de produção própria por cima das plantas de reabilitação fornecidas Domus Social

Figura 47. “Reabilitação do Bairro do Cerco do Porto apresentada a grupo de estudantes de arquitetura”. Em: *site* Câmara Municipal do Porto

Figura 48. “Bloco reabilitado pelo atelier José Gigante”. Em: Registo fotográfico de CCR Engenharia e Construção

Figura 49. “Projeto do espaço público do Cerco do Porto”. Em: Memória descritiva do projeto fornecida pela Domus Social

Figura 50. “URBiNAT’s study area (red limits) showing the main territorial typologies according to its use (social housing, facilities and services, parks and gardens, future projects, protected heritage, urban historical areas, churches) and connective networks.” (Porto, 2021). Em: “Healthy Corridor Concept Porto”, URBiNAT, página 9

Figura 51. “Map with the articulation of the healthy corridor with main paths of the neighbourhoods.” (Porto, 2021). Em: “Healthy Corridor Concept Porto”, URBiNAT, página 59

Figura 52. “Pedagogical farming initiatives in local schools” (Porto, 2021). Em: “Healthy Corridor Concept Porto”, URBiNAT, página 129
“Public multipurpose outdoor space with shared maintenance (Cerco do Porto)” (Porto, 2021). Em: “Healthy Corridor Concept Porto”, URBiNAT, página 100

Figura 53. “Porto: Urban Trekking 2022”. (Porto, 2022). Disponível em: *site* URBiNAT

Figura 54. Sob o mote “Cuidar Campanhã”, o projeto URBiNAT regressou à rua”, (Porto, 2021). Em: Portal de Notícias do Porto

Figura 55. Sob o mote “Cuidar Campanhã”, o projeto URBiNAT regressou à rua”, (Porto, 2021). Em: Portal de Notícias do Porto

C.

Figura 56. “Planta da Freguesia de Campanhã”. Produção própria por cima de fotografia do *Google Earth Pro*

“Planta dos bairros municipais da Freguesia de Campanhã”. Produção própria por cima de fotografia do *Google Earth Pro*

Figura 57. “Localização dos bairros municipais da Freguesia de Campanhã”. Produção própria por cima de fotografia do *Google Earth Pro*

Figura 58. “Bairro do Cerco do Porto : vista aérea”. Fotografia fornecida pela Domus Social. Fonte: Gisa_ Arquivo Histórico C.M.P

Figura 59. “Mapa das linhas de metro do Porto”. Produção própria por cima de fotografia do Google Mapas

Figura 60. “Mapa das linhas de autocarro do Porto”. Produção própria por cima de fotografia do Google Maps

Figura 61. “Planta das tipologias dos blocos do Bairro do Cerco do Porto”. Produção própria em cima do objeto digital da planta do Porto fornecida pela Câmara Municipal do Porto

Figura 62. “Planta de localização dos blocos relativos a cada letra”. Produção própria em cima do objeto digital da planta do Porto fornecida pela Câmara Municipal do Porto

Figura 63. “Planta noli do Bairro do Cerco do Porto”. Produção própria em cima do objeto digital da planta do Porto fornecida pela Câmara Municipal do Porto

Figura 64. “Planta noli do Bairro do Cerco do Porto”. Produção própria em cima do objeto digital da planta do Porto fornecida pela Câmara Municipal do Porto

Figura 65. “Planta do Bairro do Cerco do Porto”. Produção própria em cima do objeto digital da planta do Porto fornecida pela Câmara Municipal do Porto

D.

Figura 66. “Planta de espaço dedicado ao automóvel”. Produção própria em cima do objeto digital da planta do Porto fornecida pela Câmara Municipal do Porto

Figura 67. “Planta de áreas verdes”. Produção própria em cima do objeto digital da planta do Porto fornecida pela Câmara Municipal do Porto

Figura 68. “Planta de espaço público de pavimento duro”. Produção própria em cima do objeto digital da planta do Porto fornecida pela Câmara Municipal do Porto

Figura 69. “Planta de espaços públicos / espaços privados”. Produção própria em cima do objeto digital da planta do Porto fornecida pela Câmara Municipal do Porto

Figura 70. “Cortes e perfis do Bairro do Cerco do Porto”. Produção própria em cima do objeto digital da planta do Porto fornecida pela Câmara Municipal do Porto

Figura 71. “Cortes e perfis do Bairro do Cerco do Porto”. Produção própria em cima do objeto digital da planta do Porto fornecida pela Câmara Municipal do Porto

Figura 72. “Parques de Aldo Van Eyck: Zeedijk, 1956”. Em: *site* Openresearch.Amsterdam

Figura 73. “Aldo Van Eyck e seus 800 playgrounds na Holanda”. Em: *site* Rubber Brasil

Figura 74. “Estructura para escalar expulsando agua, Bernhadpark, Watergraafsmeer, 1968”. Em: Dissertação GIL, Héctor Machín. “Aldo Van Eyck. Parques de juego en Amsterdam (1947-1971)”. Departamento de Urbanismo Y Ordenación del Territorio Planificación Medio Ambiental

E.

Figura 75. “Urban re-identification grid: Panel 1”, 1953. Fonte: Courtesy of Smithson Family Archive. Disponível em: *site* ResearchGate.net

Figura 76. “Aldo van Eyck’s Lost Identity grid for CIAM 10” (Dubrovnik, 1956). “Potentially ...:unravelling and reconnecting Aldo van Eyck in search of an approach for tomorrow”
Em: *site* semanticscholar.org

Figura 77. “Hotel dos bichos”. Projeto “Summer School” realizado pela URBiNAT. Bairro do Ingote, Coimbra. Fotografia da autora

Figura 78. Projeto “Summer School” realizado pela URBiNAT. Bairro do Ingote, Coimbra. Fotografia da autora

Figura 79. Projeto “Summer School” realizado pela URBiNAT. Bairro do Ingote, Coimbra. Fotografia da autora

Figura 80. Bairro do Cerco do Porto. Fotografia da autora

Figura 81. Bairro do Cerco do Porto. Fotografia da autora

Figura 82. Bairro do Cerco do Porto. Fotografia da autora

Figura 83. Bairro do Cerco do Porto. Fotografia da autora

Figura 84. Bairro do Cerco do Porto. Fotografia da autora

Figura 85. Bairro do Cerco do Porto. Fotografia da autora

Figura 86. Atividade com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, “Espaço Todos”. Fotografia da autora

Figura 87. Atividade com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, “Espaço Todos”. Fotografia da autora

Figura 88. Atividade com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, “Espaço Todos”. Fotografia da autora

E.1.

Figura 89. Atividade com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, “Espaço Todos”. Fotografia da autora

Figura 90. Discussão sobre a atividade com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, “Espaço Todos”. Fotografia da autora

Figura 91. Discussão sobre a atividade com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, “Espaço Todos”. Fotografia da autora

Figura 92. Atividade 1 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, formato digital. Produção própria

Figura 93. Atividade 2 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, formato digital. Produção própria

Figura 94. Atividade 3 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, formato digital. Produção própria

Figura 95. Atividade 4 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto, formato digital. Produção própria

Figura 96. Análise dos dados da atividade 1 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto. Produção própria

Figura 97. Análise dos dados da atividade 2 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto. Produção própria

Figura 98. Legenda da análise dos dados atividade 2 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto. Produção própria

Figura 99. Análise dos dados da atividade 3 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto. Produção própria

Figura 100. Análise dos dados da atividade 4 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto. Produção própria

Figura 101. Legenda da análise dos dados atividade 4 com as crianças do Bairro do Cerco do Porto. Produção própria

F.

Figura 102. Anotações no caderno de campo. Produção própria

Figura 103. Planta atual do Bairro do Cerco do Porto. Produção própria, com base no “Plano geral - levantamento topográfico limite de intervenção e áreas de impermeabilização” do “projeto do espaço público do Cerco do Porto” da autoria do arquiteto José Manuel Soares

Figura 104. “Planta da proposta de redesenho do espaço público do Bairro do Cerco do Porto”. Produção própria

Figura 105. “Planta de espaço dedicado ao automóvel. Produção própria em cima do objeto digital da planta do Porto fornecida pela Câmara Municipal do Porto

Figura 106. “Arranjo da via que passa em frente do bloco 17”. Produção própria

Figura 107. “Abertura da via que passa em frente da Obra Diocesana de Promoção Social”. Produção própria

Figura 108. “Abertura das vias que passa pelos blocos 22 e 28”. Produção própria

Figura 109. “Arranjo das vias que passam junto dos blocos 31 e 32”. Produção própria

Figura 110. “Arranjo da via que passa pelo tardoz do bloco 21”. Produção própria

Figura 111. “Arranjo das vias que passam junto do bloco 12”. Produção própria

Figura 112. “Reabertura da ligação entre a Rua Manuel Pereira da Rocha e a Rua do Peso da Régua”. Produção própria

Figura 113. “Arranjo dos arruamentos junto dos blocos 4 e 6”. Produ-

ção própria

Figura 114. “Planta de espaço dedicado ao estacionamento”. Produção própria em cima do objeto digital da planta do Porto fornecida pela Câmara Municipal do Porto

Figura 115. “Planta de espaço dedicado a ciclovias”. Produção própria em cima do objeto digital da planta do Porto fornecida pela Câmara Municipal do Porto

Figura 116. “Requalificação do espaço de convívio em frente dos blocos 8 e 9”. Produção própria

Figura 117. “Hortas comunitárias”. Produção própria

Figura 118. “Requalificação do espaço de convívio junto dos blocos 1 e 2”

“Elementos de carácter plástico dispostos em diferentes locais da proposta”. Produção própria

Figura 119. “Requalificação do campo de futebol em frente aos blocos 19 e 20 “. Produção própria

Figura 120. “Espaço de convívio compreendido entre os blocos 14 e 15”. Produção própria

Figura 121. “Espaço de convívio no tardoz do bloco 21”

“Redesenho do espaço de convívio disposto junto dos blocos 27, 29 e 30”. Produção própria

Figura 122. “Espaço de convívio junto do bloco 25”

“Parque de *skate* situado nas proximidades da Escola”
Produção própria

Figura 123. “Ginásio ao ar livre e zona de água junto do bloco 33”.
Produção própria

Figura 124. “Ecopontos e papelerias dispostos por toda a proposta”

“Paragens de autocarro - reabilitação e adição”
“Bancos dispostos por toda a proposta”. Produção própria

Figura 125. “Mesas e bancos dispostos por toda a proposta”

“Fontes de água e bebedouros dispostos por toda a proposta”

“Dispositivos de suporte de bicicletas dispostos por toda a proposta”. Produção própria

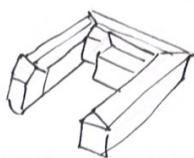
ANEXO 1 - Desenhos do caderno de campo relativos à cronologia da habitação social do Porto

MONTE REDRAL (1904)

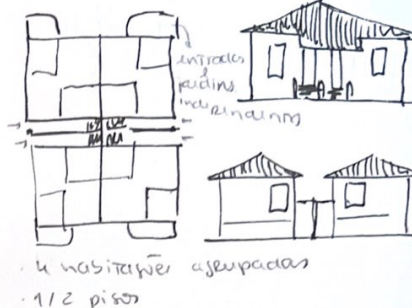


MODELO CASA-JARDIM

→ zona periférica



COLÓNIA ANTÓNIO GOMES (1914-1917)

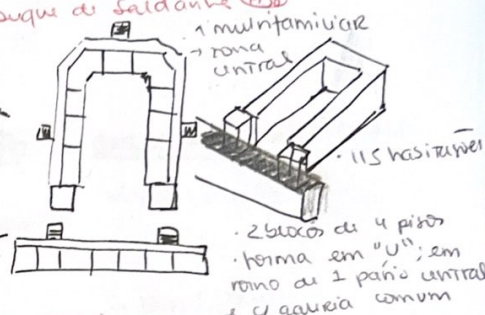


Bairro Saldanha Pais (1919)

• habitação unifamiliar agrupada de 4 a 4

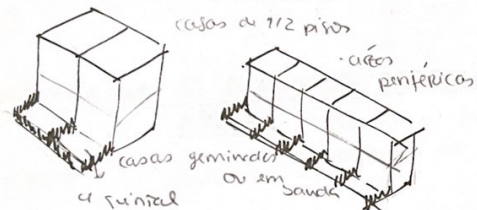


Bloco Duque de Saldanha (1938)

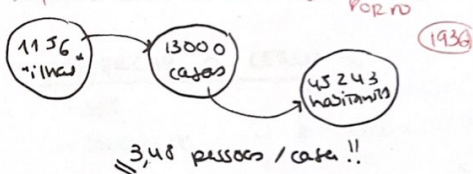


Habitado social Estado Novo

casas de 1/2 piso

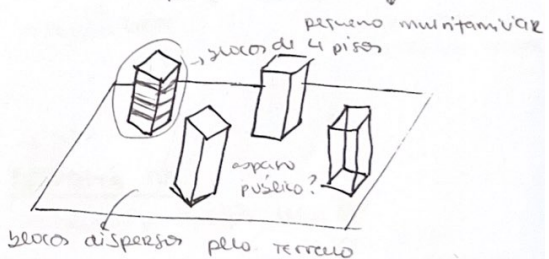


"Inquérito geral às Ilhas do Porto"

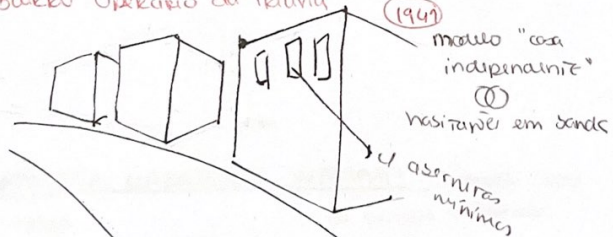


Estado Novo - Realizações comparativas de 1940

• periferia módulo casa unifamiliar

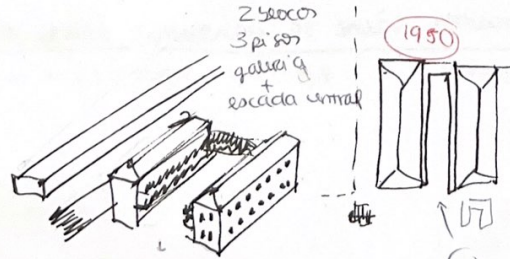


Bairro Operário da Triana (1949)



Bairro (Saldanha) S. Vicente do Paulo

2 blocos 3 pisos galeria + escada central



bloco de habitação com 1/2 forma em U

~ Bloco Duque de Saldanha

Quartier - ruas - playgrounds - lagoas

aproveitar terreno
↓
construir em altura
bloco banda torre

ANEXO 2 - Plantas e alçados dos blocos do Bairro do Cerco do Porto aquando da data da sua construção

Bloco A

A1

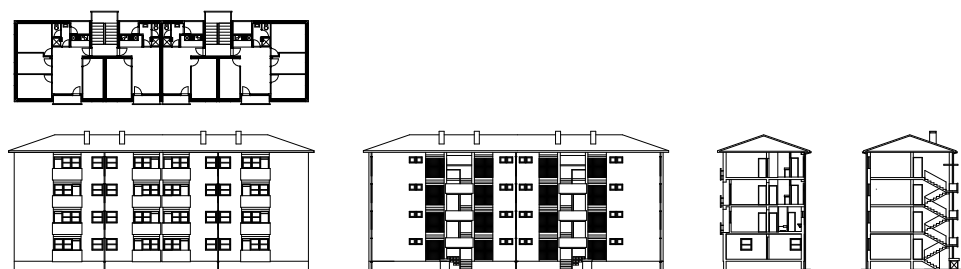


A2

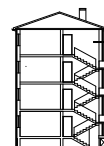
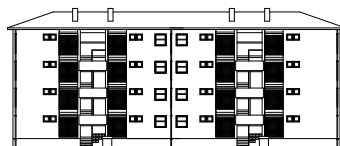
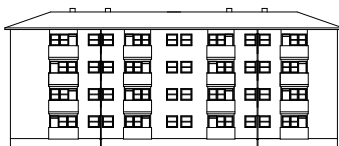
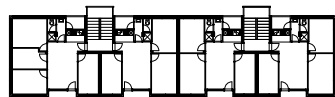


Bloco B

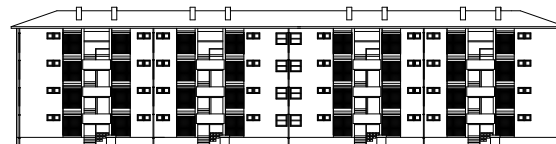
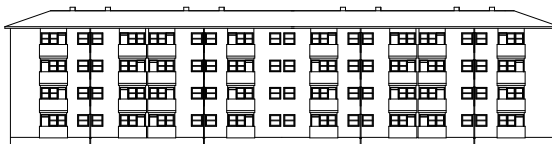
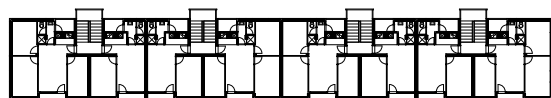
B1



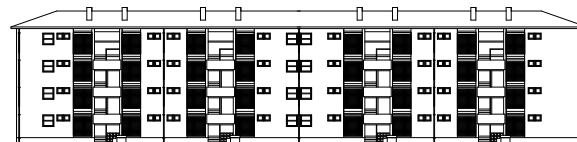
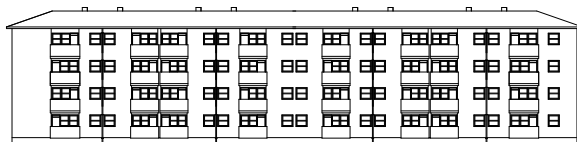
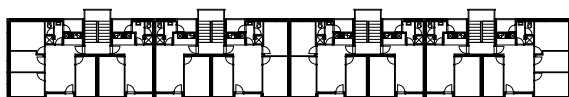
B2



B3

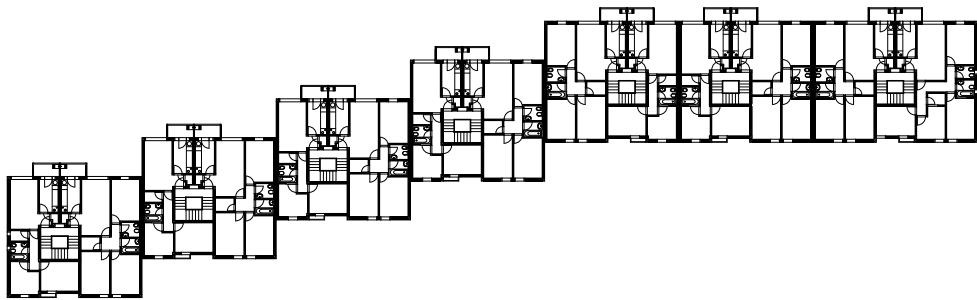
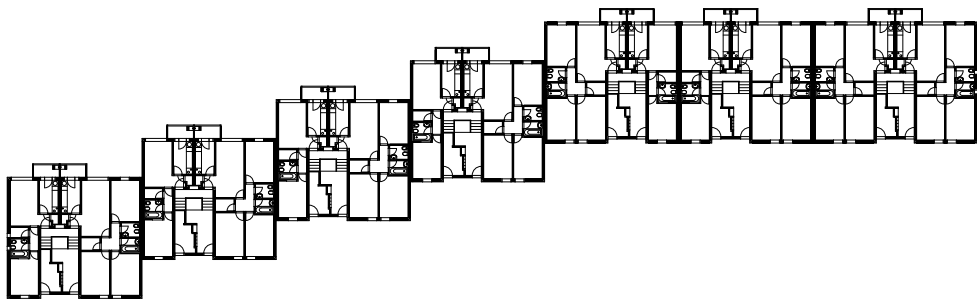


B4

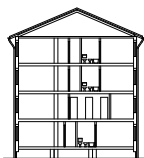
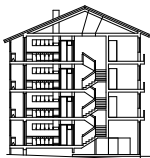
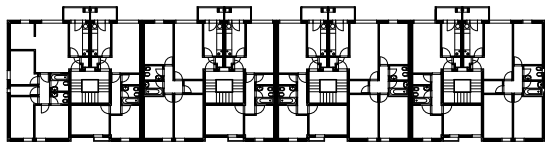
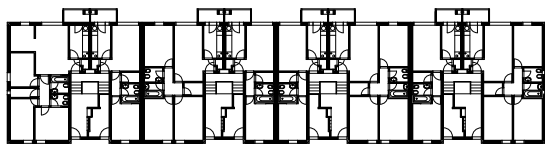


ANEXO 2 - Plantas e alçados dos blocos do Bairro do Cerco do Porto aquando da data da sua construção

Bloco 33



Bloco 34



B1 3/34

- R/E elevado + 3 andares (1)
+ 4 andares (2)

- ài vetes oporista a case

- T4 & T1
2 x S/W
1 x SW/NW

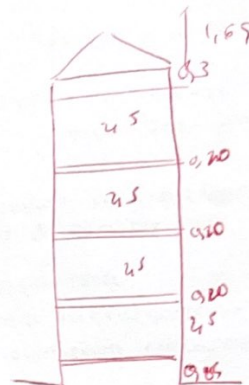
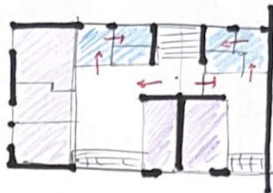
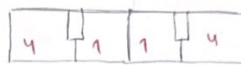
25,16 x 8,05

- AV exterior

↳ fachada exterior

+ cozinha
sanitários
suítes

ed. 4, 26, 29



B2 8/34

- R/E + 3 pisos (5)
- R/E + 4 pisos (3)
- por vetes oporista - a case

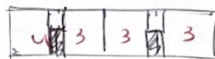
- T4 & T3

2 x N/S
6 x SW/NW

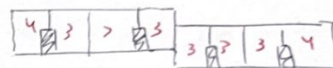
32,69 x 8,05

- AV e locada exterior

B2.2. ed. 11, 18, 12, 13, 14, 15

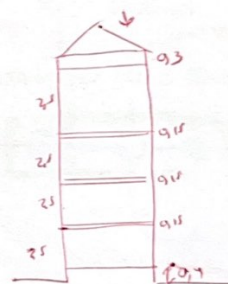
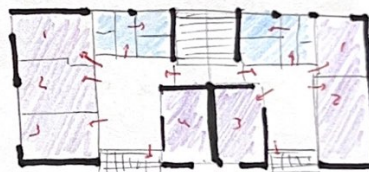


B2.2 C = duplicação em simetria



≠ wts

↳ compensação - a case proporcional

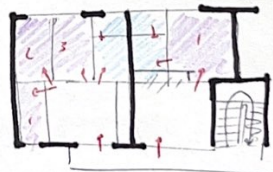


B3 2/34

- R/E + 3 pisos
- T3 & T1
- E/W
- AV e locadas exteriores

53,56 x 8,05

ed. 19 e 21

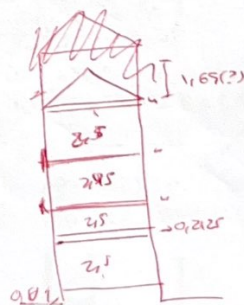
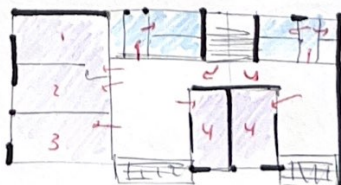
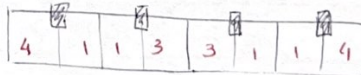


B4 5/34

- R/E + 3 pisos
- T4, T3 & T1
- 4 x E/W
1 x SE/NE
- AV e locadas exteriores

55,96 x 8,05

ed. 23, 24, 25, 28, 29



ANEXO 4 - Quadro de instituições a atuar no Bairro do Cerco do Porto



GRUPO MOTOR FORMAGÃO - EMPREÇO

- IEFP
- Rede Local do Parceiros
- Grupo da Missão URCO XXI

ESPAÇOS DE CAPACITAÇÃO

- CENTRO PORTA AMIGA
- URCOR-TE
- ARRIMU
- QPE
- AE URCO

APOIO AO EMPREENDEDORISMO E À CRIAÇÃO DE EMPREÇO

MARCA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL MUNICIPAL PARA A PROMOÇÃO DE EMPREÇO E EMPREGABILIDADE

EMPREÇO LOCAL PARA POPULAÇÃO LOCAL

- Casa d'Ofícios
- URCOR-TE
- AE URCO
- CENTRO SOCIAL DO URCO



ATIVIDADES P...

- QPE
- A Benéfica e Previdente



- URCOR-TE
- JFC

- PEF

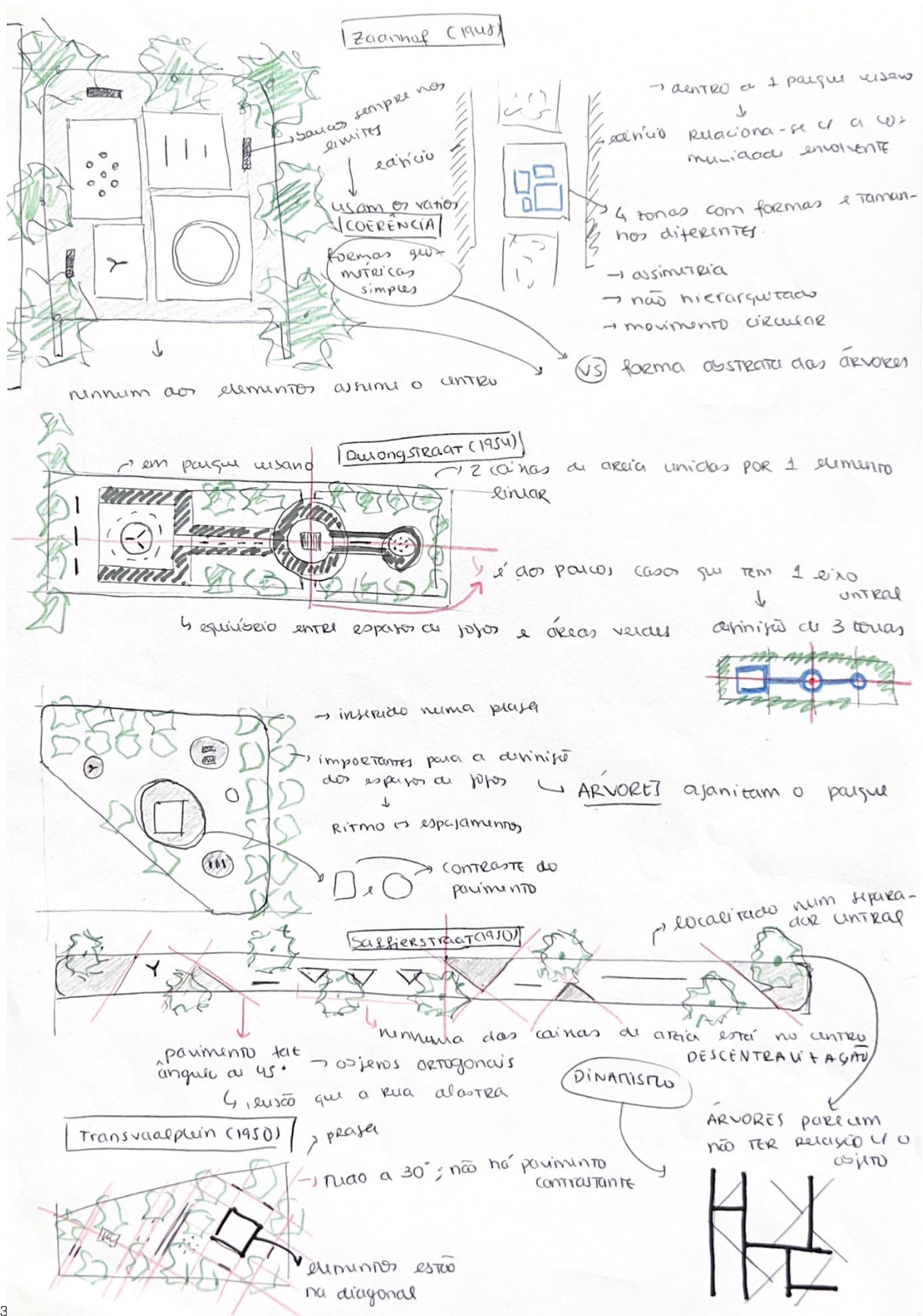


- Vocacional

- PCA

- ARRIMU
- AE URCO - Cursos Profissionais

ANEXO 5 - Desenhos do caderno de campo relativos aos Parques de Amsterdão do arquiteto Aldo Van Eyck



ANEXO 6 - Atividades realizadas na “caça ao tesouro” no Bairro do Cerco do Porto



ANEXO 7 - Guiões entregues aos 4 monitores que auxiliaram à realização da atividade no Bairro do Cerco do Porto

São criadas 4 equipas de 2 crianças (mínimo)

EQUIPA A

2 crianças mín.

EQUIPA B

2 crianças mín.

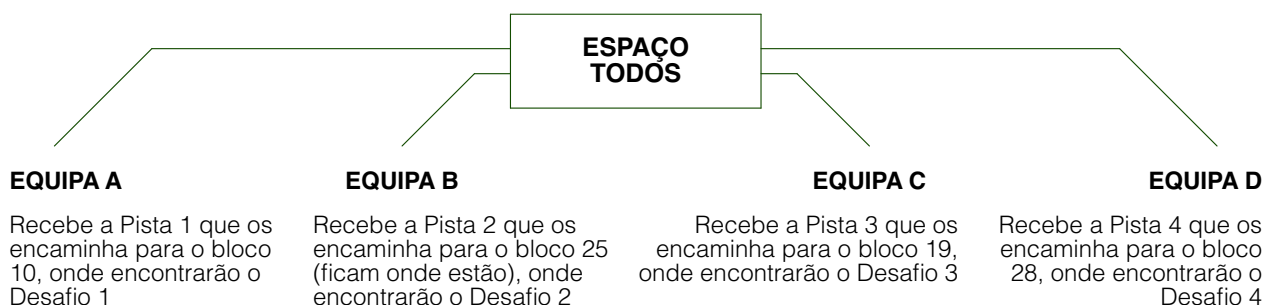
EQUIPA C

2 crianças mín.

EQUIPA D

2 crianças mín.

As 4 equipas começam no Espaço Todos no Cerco e seguem para sítios diferentes, através de pistas diferentes



A partir daí, as equipas têm **5 minutos** para resolver cada **pista** e **10 minutos** para realizar cada **desafio**. No fim de cada desafio terão que regressar ao Espaço Todos onde receberão a pista seguinte.

Sendo assim, os percursos de cada equipa são:

EQUIPA A:

Desafio **1** (bloco 10) -> Desafio **2** (Espaço Todos) -> Desafio **3** (bloco 19) -> Desafio **4** (bloco 28)

EQUIPA B:

Desafio **2** (Espaço Todos) -> Desafio **3** (bloco 19) -> Desafio **4** (bloco 28) -> Desafio **1** (bloco 10)

EQUIPA C:

Desafio **3** (bloco 19) -> Desafio **4** (bloco 28) -> Desafio **1** (bloco 10) -> Desafio **2** (Espaço Todos)

EQUIPA D:

Desafio **4** (bloco 28) -> Desafio **1** (bloco 10) -> Desafio **2** (Espaço Todos) -> Desafio **3** (bloco 19)

Assim, terão que haver 4 "monitores" que estarão em 4 sítios diferentes:

Pessoa 1 - Bloco **10** - ajuda com o Desafio 1

Pessoa 2 - **Espaço Todos** - ajuda com o Desafio 2

Pessoa 3 - Bloco **19** - ajuda com o Desafio 3

Pessoa 4 - Bloco **28** - ajuda com o Desafio 4

Guião para Monitor 1 (bloco 10):

Com os cartões que contêm cada número escrito de 1 a 10, os participantes devem colar no mapa as zonas onde mais gostam de estar, ordenando de 1 a 10.

O número 1 corresponde ao sítio que mais gostam e o número 10 corresponde ao sítio que menos gostam.

No final, todos os números deverão estar designadas a algum dos pontos assinalados do bairro.

A atividade terá a duração máxima de **10 minutos**.

No final, deverá ser tirada uma fotografia e os cartões deverão ser retirados, de modo a ser utilizados de seguida pela equipa seguinte.



Guião para Monitor 2 (Espaço Todos):

Este monitor, para além da ajuda na realização do desafio 2, também terá a responsabilidade de dar cada pista e ajudar a solucioná-las, caso seja necessário.

Os participantes terão que desenhar livremente no papel colado na parede o que mais gostam no bairro, o que menos gostam e o que gostariam de mudar, respetivamente em cada coluna.

Não serão obrigados a desenhar em todas as 3 colunas.

A atividade terá a duração máxima de **10 minutos**.

No final de cada equipa deverá ser tirada uma fotografia.

O QUE MAIS GOSTO:	O QUE MENOS GOSTO:	O QUE GOSTAVA DE MUDAR:
		

Guião para Monitor 3 (bloco 19):

Com uma caneta os participantes terão que circundar os 6 aspetos que mais gostariam de ter / melhorar no seu bairro.

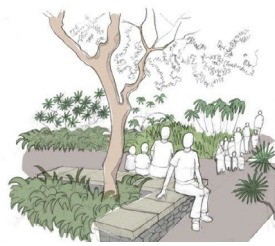
Cada equipa terá uma folha distinta, pelo que cada folha deverá ter o nome da sua equipa.

As crianças terão a liberdade de acrescentar algum aspeto, se assim o desejarem.

A atividade terá a duração máxima de **10 minutos**.



Espaços mais limpos



Mais espaços verdes



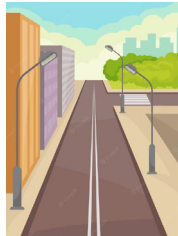
Mais parques infantis



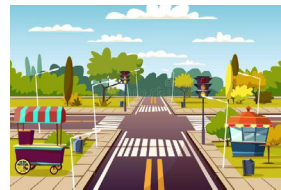
Mais segurança



Mais árvores



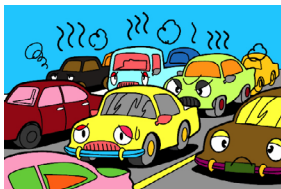
Mais iluminação



Mais espaços de convívio



Mais silêncio



Mais sítios sem carros



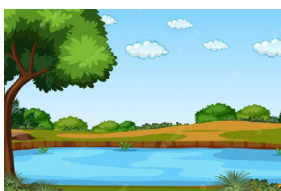
Mais sítios para bicicletas



Mais plantação de hortas



Mais bancos para sentar



Mais zonas de água



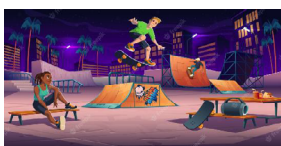
Campo de basket e futebol



Pavilhão multidesportivo



Auditório ao ar livre



Parque de skate

Guião para Monitor 4 (bloco 28):

Com os cartões que contêm cada imagem com zonas do Porto, os participantes devem colar na folha as zonas que conhecem / não conhecem, respetivamente em cada coluna.

No final, todas as imagens deverão estar designadas a qualquer uma das duas colunas.

A atividade terá a duração máxima de **10 minutos**.

No final, deverá ser tirada uma fotografia e os cartões deverão ser retirados, de modo a ser utilizados de seguida pela equipa seguinte.

CONHEÇO:

NÃO CONHEÇO:



PISTAS

PISTA 1

1	S	A	N	D	Á	L	I	A
2	C	H	I	N	E	S		
3			Z	E	B	R	A	

(dez)

1. Espécie de calçado que não tapa o pé todo e que se usa muito no verão, tipo chinelo

2. Natural, habitante ou cidadão da China.

3. Animal herbívoro parecido com um cavalo ou um burro, mas que tem riscas pretas e brancas.

PISTA 2



(vinte e cinco)

PISTA 3

B	L	I	B	E	R	D	A	D	E
D	P	H	E	V	F	D	B	Y	U
E	I	P	R	O	T	E	Ç	Ã	O
Z	C	T	A	J	I	U	X	H	L
A	A	K	F	A	M	Í	L	I	A
N	R	T	U	D	H	E	J	S	M
O	I	R	Y	A	I	L	S	G	O
V	N	B	X	E	A	Q	M	P	R
E	H	R	N	U	C	A	Z	I	B
P	O	R	E	S	P	E	I	T	O

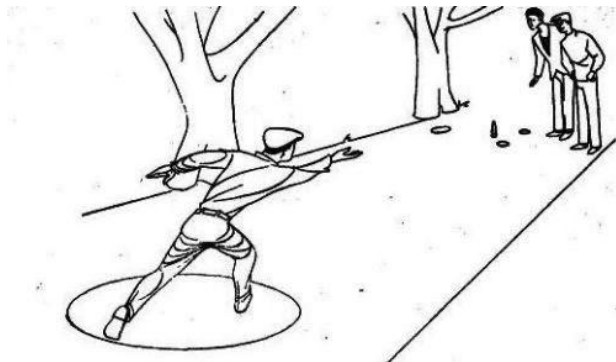
DIREITOS DAS CRIANÇAS

Amor
Carinho
Família
Liberdade
Proteção
Respeito

(descobrir o nº do bloco da seguinte pista na sopa de letras, depois de descobrir todas as outras)

(dezanove)

PISTA 4



(vinto e oito)

ANEXO 8 - Resposta aos desafios aquando da atividade no Bairro do Cerco do Porto

PISTA 1

1 sam Dália
2 chin E S
3 Zebra

1. Espécie de calçado que não tapa o pé todo e que se usa muito no verão, tipo chinelo

2. Natural, habitante ou cidadão da China.

3. Animal herbívoro parecido com um cavalo ou um burro, mas que tem riscas pretas e brancas.

PISTA 1

1 SEN Dália
2 CHIN E S
3 ZEBRA

EQ. A

1. Espécie de calçado que não tapa o pé todo e que se usa muito no verão, tipo chinelo

2. Natural, habitante ou cidadão da China.

3. Animal herbívoro parecido com um cavalo ou um burro, mas que tem riscas pretas e brancas.

PISTA 2



vinte e cinco

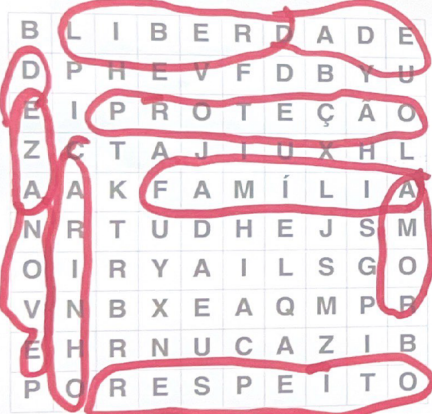
PISTA 2



VINTE E CINCO

PISTA 3

EQ. C



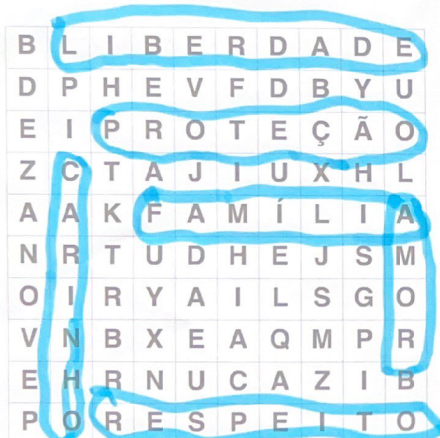
DIREITOS DAS CRIANÇAS

~~Amor~~
~~Carinho~~
~~Família~~
~~Liberdade~~
~~Proteção~~
~~Respeito~~

(descobrir o nº do bloco da seguinte pista na sopa de letras, depois de descobrir todas as outras)

PISTA 3

EQ. A



DIREITOS DAS CRIANÇAS

Amor
Carinho
Família
Liberdade
Proteção
Respeito

(descobrir o nº do bloco da seguinte pista na sopa de letras, depois de descobrir todas as outras)

**Crescer no Bairro do Cerco do Porto: uma proposta
de redesenho do espaço público**

Ana Raquel Ferreira Conceição

FACULDADE DE ARQUITETURA

